Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES / 2016
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Corregedoria Geral da Justiça
MARANHÃO

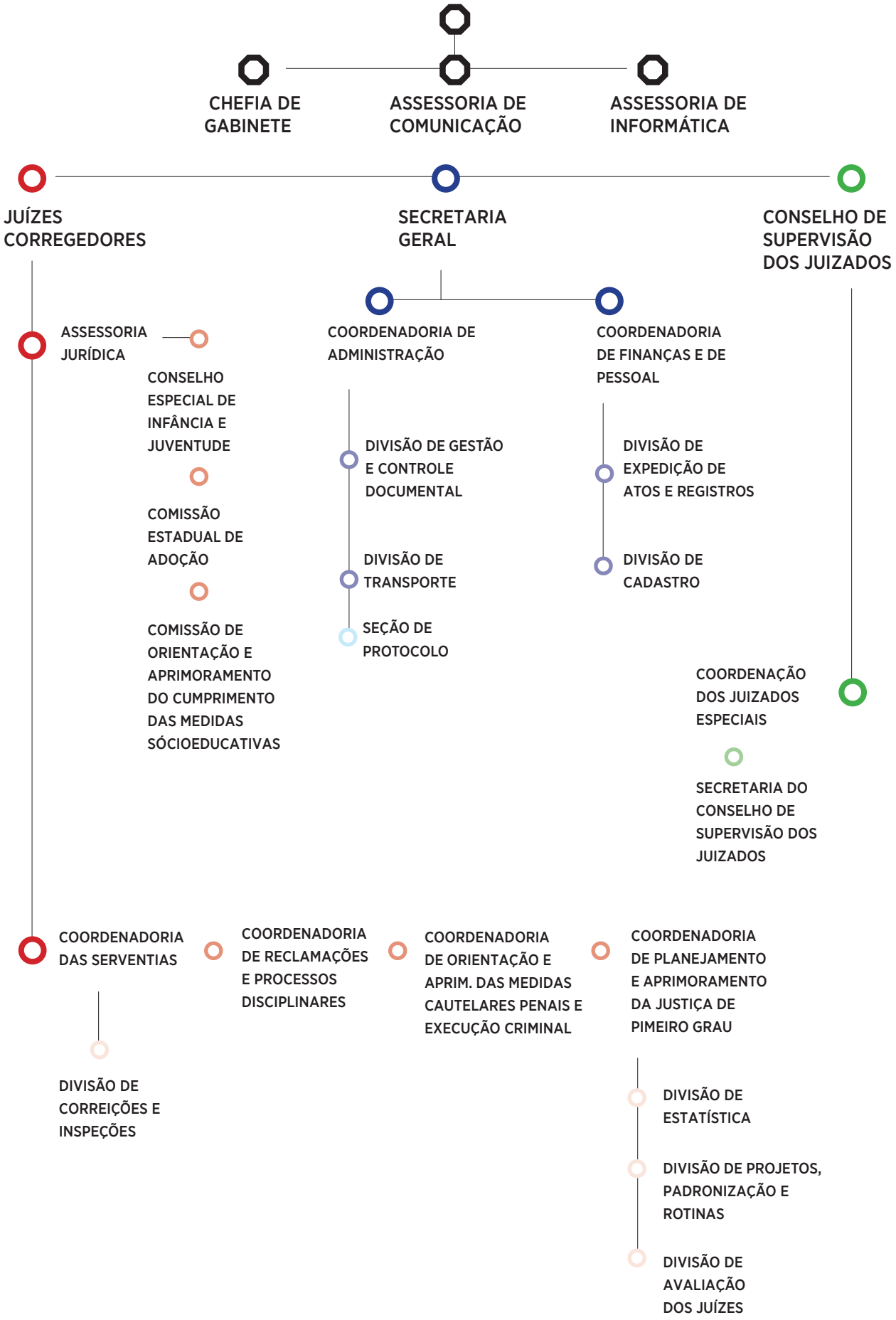
Corregedora-Geral da Justiça
Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Juízes Auxiliares da Corregedoria
Gladiston Luís Nascimento Cutrim (Coordenador de Planejamento Estratégico)
José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude)
Márcia Cristina Coelho Chaves (Coordenadoria dos Juizados Especiais)
Rosângela Santos Prazeres Macieira (Correições Judiciais)
Rosária de Fátima Almeida Duarte (Serventias Judiciais)
Sara Fernanda Gama (Serventias Extrajudiciais)

Diretor da Corregedoria
Gustavo Adriano Costa Campos

Juiz Diretor do Fórum de São Luís
Sebastião Lima Bonfim

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



Palavra da Corregedora

Muito a dizer em tão breves linhas! O ano de 2016 nos reservou muito trabalho para a execução do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça – biênio 2016/2017, alinhado às ações estratégicas do Tribunal de Justiça, por entendermos a unicidade do Judiciário. A implementação das ações necessárias para o enfrentamento dos problemas da Justiça de 1º grau, e a redução do índice de congestionamento das unidades judiciais, estão no centro desse trabalho.

No 1º Semestre reativamos os importantes projetos especiais da Corregedoria; apoiamos ações como o "Maranhão Contra Corrupção", Semana da Infância e Adolescência, Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, entre outras, todas direcionadas ao impulsionamento processual.

Para além de nossa função correicional, remodelamos a atuação da Corregedoria, inserindo uma gestão compartilhada que nos permite ouvir magistrados, cartorários, servidores e representantes de instituições vinculadas à atividade fim do Judiciário. A "Central Única de Cartórios" já em funcionamento, e o projeto "Trocando Ideias" que presta apoio e orientação aos juízes de Direito em vitaliciamento na carreira, também foram colhidos a partir desse diálogo.

Reformulamos pontos estratégicos da Comissão Sentenciante, com a valorização do ser humano como ato social modificador do Judiciário. Já temos bons resultados dessas mudanças, nos meses em que a comissão atuou nas varas cíveis da capital.

No 2º Semestre regulamentamos os procedimentos para a realização das audiências de custódia, de acordo com a convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça. Percorremos centenas de quilômetros e fomos ao encontro de magistrados e servidores, na capital e interior, avaliar o andamento processual, a situação estrutural dos fóruns e as condições de trabalho disponíveis.

Revolucionamos o modo como as ocorrências de violência doméstica chegam à Justiça de 1º grau, pelo Provimento 22/2016 instituímos a MPUe - Medida Protetiva de Urgência Eletrônica que agiliza o recebimento da denúncia pelo Judiciário, e a proteção da vítima de violência doméstica. Participamos de mutirões processuais nas Unidades Prisionais de Ressocialização do interior, enfim, um trabalho incessante.

Utilizando ferramentas disponíveis e sem custos adicionais para o Judiciário, inovamos em agilidade e maior segurança no cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias. Por meio do Termo de Cooperação Técnica (que resultou na elaboração do Provimento 24/2016) os alvarás de soltura de presos são cumpridos no prazo máximo de 24 horas, com a utilização do sistema Hermes (Malote Digital).

No extrajudicial temos avançado em questões importantes que aperfeiçoam a segurança e agilidade dos atos, com vistas a melhoria dos serviços prestados à população. Em julho, desmembramos a 1ª Zona de Registro de Imóveis e disciplinamos o controle de acervo de livros e documentos nas serventias extrajudiciais. Autorizamos a intimação digital de devedores e o protesto extrajudicial das CDA´s – Certidões de Dívida Ativa de contribuintes em dívida com a Fazenda Pública. Pelo Provimento 27/2016, inserimos mais transparência e segurança jurídica ao processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas.

Apesar dos limites impostos pela atual crise, mas com foco em uma gestão compartilhada, seguimos trabalhando e avançando irmanados com a Presidência deste Tribunal, com os colegas desembargadores, nossa equipe de juízes auxiliares, assessores e servidores. Renovo, dessa forma, o convite para que em 2017 façamos melhor, implantando medidas e ações em prol dos jurisdicionados e da sociedade em geral, nosso público-alvo.

Portanto, findo essa mensagem com os ensinamentos de São Francisco de Assis, "comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível".

Muito obrigada!

Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão

Janeiro

A corregedora-geral Anildes Cruz impôs ritmo acelerado de trabalho, no intuito de dar vazão às demandas iniciais da gestão. Em pauta, questões essenciais como a efetivação das audiências de custódia na capital e interior do Estado; redefinição das diretrizes de trabalho da Comissão Sentenciante em seu plano de ação, com objetivos e metas alinhadas ao planejamento estratégico da CGJ; e as decisões que estão melhorando os serviços cartorários no Maranhão.

EFETIVIDADE

EFETIVAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NAS COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) trataram da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do Estado. A corregedora Anildes Cruz apresentou ao secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados nessas audiências. Os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu e Rosângela Prazeres, participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias. A discussão dos procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 213/2015. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas; e o outro, sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.

UMF

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Fróz Sobrinho. O desembargador apresentou o Plano de Trabalho e Cronograma de Atividades 2016/2017 da Unidade de Monitoramento. Falou das últimas ações realizadas pela coordenadoria; apresentou os programas desenvolvidos - Começar de Novo, APAC, Medidas Sócioeducativas, Mutirão Carcerário Permanente, Saúde Mental, Audiências de Custódia e outros, que representam as linhas de ação desenvolvidas pela Unidade.

SEGURANÇA

SISTEMA DE SEGURANÇA DO ESTADO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz reuniu com representantes das instituições que integram o Sistema de Segurança do Estado, para tratar das propostas de regulamentação das audiências de custódia no Maranhão. A regulamentação das audiências de custódia em todo o Maranhão cumpre determinação contida na Resolução n.º 213 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que entrou em vigor em 1º de fevereiro. A resolução determina a obrigatoriedade da apresentação pessoal do preso em flagrante ou por meio de mandado de prisão, a um juiz no prazo de 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados. O texto ressalta, também, a presença do Ministério Público e do defensor durante a audiência, e o contato prévio entre o preso e seu advogado ou defensor público. "As audiências de custódia já acontecem, são uma realidade, por isso queremos ouvir as pontuações e sugestões de todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminharmos a melhor decisão", afirmou a corregedora

MELHORIAS

CGJ E CARTÓRIOS: MELHORIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

Titulares das Serventias Extrajudiciais de São Luís, responsáveis pelo Registro Civil das Pessoas, reuniram-se com o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Sara Gama. Na pauta do encontro a divulgação da tabela de plantão dos cartórios e a coleta de informações que visam a melhoria dos serviços prestados à população. Foram discutidos pontos e ideias para melhorar serviços de registro civil de óbito e registro de casamento. Entre as propostas apresentadas, está a elaboração de cartazes informativos para a população.

I NOVA CSI

REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES DA COMISSÃO SENTENCIANTE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, logo em janeiro, conheceu as instalações do Núcleo Sentenciante, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Tomou conhecimento das diretrizes da Comissão Sentenciante que serviram de base para modificações pontuais do Provimento n.º 25/2014.

O Provimento n.º 03/2016 altera o foco e metodologia de atuação da Comissão para obtenção de resultados mais significativos, um aprimoramento qualitativo.

"A experiência exitosa da Comissão Sentenciante da Corregedoria deve ser valorizada. É um trabalho fundamental, que desafoga unidades e melhora a prestação dos serviços da Justiça em varas e fóruns, seja em São Luís ou interior", ressaltou a corregedora.

O Plano de Ações para impulsionar os processos paralisados nas unidades de maior congestionamento utiliza os trabalhos da Comissão Sentenciante Itinerante. De acordo com o juiz coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, Gladiston Cutrim, as metas inseridas no plano estão inteiramente alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O projeto tem abrangência em todo o Estado, porém, estão sendo priorizadas as unidades com maior taxa de congestionamento. As unidades escolhidas passam por um diagnóstico inicial realizado com base em dados do acervo geral, processos conclusos (e conclusos há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), taxa de congestionamento e gráfico comparativo de dados com outras unidades judiciais, entre outros aspectos.

Ao término dos trabalhos, é elaborado um relatório final com gráficos comparativos da situação anterior e atual da unidade jurisdicional envolvida, bem como uma breve análise do ambiente organizacional, sugerindo, quando necessário, apoio de outros setores do Poder Judiciário.

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

Fevereiro

Em fevereiro, o desafio de reduzir a taxa de congestionamento processual começou a ser enfrentado pela corregedora Anildes Cruz, que priorizou o alinhamento das ações ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, estreitou a relação com juízes, através de reuniões semanais e visitas às unidades para conhecer a realidade e vivência dos espaços onde a Justiça acontece.

METAS

CORREGEDORA APRESENTA PLANO DE GESTÃO - 2016/2017

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, apresentou ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, o Plano de Gestão da CGJ-MA. O Plano de Gestão – biênio 2016/2017 foi constituído de forma a alinhar as ações da Corregedoria com as metas estratégicas do Tribunal de Justiça e os macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que pretende executar todo o planejamento, que é fruto de um trabalho conjunto de sua equipe de juízes auxiliares da CGJ, através de reuniões e debates estabelecidos desde o início da sua gestão. "Aprimorar a Justiça de 1º grau e fortalecer as ações positivas em prol de um Judiciário mais célere e eficaz está entre nossas metas", afirmou a corregedora.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, a missão principal do Plano de Gestão é garantir à sociedade o amplo acesso à Justiça, aperfeiçoando a prestação jurisdicional mediante orientação e supervisão dos serviços judiciais e extrajudiciais. "O modelo de gestão compartilhada adotado pela corregedora geral favorece os objetivos traçados para a elaboração do Plano de Gestão", concluiu o magistrado.

TRANSPARÊNCIA

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DEVEM ALIMENTAR DADOS DO JUSTIÇA ABERTA

A Corregedoria Geral da Justiça notificou os juízes com competência sobre registros públicos, para que eles determinem às serventias judiciais o preenchimento de dados do sistema "Justiça Aberta", do Conselho Nacional de Justiça.

Esse sistema facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais. O provimento do Conselho Nacional de Justiça destaca que os órgãos judiciários de 1ª e 2ª instâncias deverão alimentar mensalmente e diretamente, via internet, todos os dados do sistema "Justiça Aberta" até o dia 10 seguinte de cada mês (ou até o próximo dia útil subseqüente), devendo ainda manter atualizadas quaisquer alterações cadastrais.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

CORREGEDORIA REÚNE COM JUÍZES CRIMINAIS DA COMARCA DA ILHA

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, reuniu com juízes criminais que atuam na Comarca da Ilha de São Luís para tratar das propostas apresentadas pelos magistrados para o aprimoramento das audiências de custódia e plantão judicial. Foi mais um ato da gestão compartilhada proposta pela corregedora.

"Todas as proposições aqui apresentadas são valiosas contribuições dos magistrados que atuam na área criminal para consolidação das audiências de custódia em nosso Estado", afirmou a corregedora.

O coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, desembargador Froz Sobrinho, presente ao encontro, apresentou relatório sugerindo a necessidade, urgente, de intensificar as audiências de custódia.

As audiências de custódia proporcionam ao magistrado o imediato conhecimento do fato, o que reduz, por exemplo, as possibilidades da prática de tortura nas prisões e o número de presos, proporcionando ainda, a comunicação imediata com a família e o defensor do preso.

PROJETO

VITALICIAMENTO DE JUÍZES: TROCANDO IDEIAS

Projeto de Vitaliciamento "Trocando Ideias", objetiva dar suporte aos juízes de direito em fase de vitaliciamento na carreira, prestando o apoio e a orientação para o exercício das atividades judicantes, em diversas áreas.

Por determinação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está sendo implementado um projeto específico para acompanhar o processo de vitaliciamento dos novos juízes, com a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria. "Eles têm uma missão árdua e precisam estar preparados para enfrentar essa enorme responsabilidade, e a Corregedoria, como órgão fiscalizador e principalmente orientador, precisa estar presente nessa adaptação", disse a corregedora Anildes Cruz.

COPEN

REPRESENTANTE DA CGJ NO CONSELHO PENITENCIÁRIO

A corregedora Anildes Cruz empossou o juiz Gladiston Cutrim como membro do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão – COPEN. O presidente do COPEN, Gerson Lélis, esteve acompanhado do defensor público e vice-presidente da entidade, Bruno Dixon e dos conselheiros Francisco Conceição (representante da OAB), Francisca Moraes (Conselho de Psicologia do Maranhão), Maria da Paz Calvet (Conselho de Serviço Social do Maranhão) e Luís Carlos Cintra (representante dos Direitos Humanos). Os membros do COPEN parabenizaram a Corregedoria pela acessibilidade e disposição de enfrentar os problemas do sistema penitenciário. A corregedora Anildes Cruz reafirmou aos membros do COPEN a continuação da parceria institucional com a CGJ na busca de melhorias para o sistema penal.

NAE

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA NÚCLEO PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS CARTORÁRIOS NO MA

Levando em consideração a necessidade de prestação eficiente dos serviços notariais e de registro, e o modelo de gestão compartilhada adotado pela Corregedoria, o que implica a efetiva participação de todos os envolvidos no planejamento das ações fiscalizadas pelo Poder Público, a corregedora Anildes Cruz, instituiu através do Provimento n.º 06/2016, o Núcleo Avançado Extrajudicial - NAE, presidido por um juiz auxiliar da CGJ, e composto pelo diretor do FERJ, coordenador das Serventias, dois servidores da Corregedoria, um notário e um registrador. Entre as competências do NAE estão a discussão de ideias relacionadas aos serviços extrajudiciais, com a elaboração de propostas e estratégias de ações que visem a melhoria dos serviços cartorários no Maranhão. Uma das propostas iniciais busca inserir na Carteira de Identidade do cidadão, o nome do Cartório que emitiu o documento, para evitar a emissão de 2ª via em caso de perda/roubo. Outras 20 propostas de melhoria do serviço extrajudicial, devem ser implantadas até o final da gestão.

Março

A importante iniciativa dos juízes e promotores de Justiça recebeu integral apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O movimento "Maranhão Contra a Corrupção", movimentou 70 unidades judiciais em todo o Estado, com o julgamento e impulsionamento de ações de improbidade administrativa contra gestores e ex-gestores públicos. Ainda em março, a Corregedoria implementou a realização de Correições Virtuais na Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pela 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis do Fórum de São Luís.

ORIENTAÇÃO

CARTILHA DO MERCADO IMOBILIÁRIO ORIENTA CIDADÃOS

A Cartilha do Mercado Imobiliário vai orientar sobre os diversos procedimentos de registro junto aos Cartórios. A ideia nasceu de reunião em que a corregedora Anildes Cruz recebeu os representantes da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Maranhão (ADEMI-MA); Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (SINDUSCON); e Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG-MA). A corregedora determinou a criação de uma comissão para a elaboração do projeto da cartilha. Toda a legislação vigente estará contida, de forma explicativa, no documento.

"A DEMORA E EXTENSÃO DE PRAZOS OCORRE, MUITAS VEZES, EM VIRTUDE DA MINUCIOSA ANÁLISE DE DOCUMENTOS, QUE PRECISA SER FEITA EM CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS"
Mirella Rosa, representante da ANOREG-MA

MULHER

CGJ PARTICIPA DA "SEMANA DA MULHER ADVOGADA" NA OAB-MA

A Corregedoria Geral da Justiça participou das atividades em comemoração ao Dia da Mulher, promovidas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, seção Maranhão. A juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representou a desembargadora Anildes Cruz no evento "Semana da Mulher Advogada". A magistrada traçou um histórico da luta feminina por direitos e garantias sociais, com a palestra "Direito das Mulheres".

REFORMULAÇÃO

NOVA COMISSÃO SENTENCIANTE JÁ ATUA EM UNIDADES JUDICIAIS DA CAPITAL

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), instituída pela Corregedoria através do Provimento n.º 25/2014, desenvolve trabalho que dá suporte às unidades judiciárias. Na atual gestão, a CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando essencialmente a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais escolhidas.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, após reunião com juízes auxiliares e magistrados das Varas Cíveis da capital, determinou o início dos trabalhos da nova Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) pela 1ª, 2ª e 7ª Varas Cíveis.

Em um mês de atuação na 1ª Vara Cível a Comissão recebeu 1.202 (mil, duzentos e dois) processos de diversos assuntos como reparação de dano moral, ação de despejo, execução de título extrajudicial, revisão contratual, e outros. De acordo com a coordenação, foram impulsionados no mês 915 processos, dos quais 586 despachos, 159 decisões e 170 sentenças.

Ao final dos trabalhos, buscou atuar na estrutura funcional do material humano da unidade judicial. Promoveu para os servidores da 1ª Cível o treinamento Desenvolvimento de Equipes. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

A corregedora Anildes Cruz, prestigiou a abertura do evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. "Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho", ressaltou a desembargadora.

A CSI FOI REFORMULADA COM ALTERAÇÕES PONTUAIS EFETIVADAS PELO PROVIMENTO N.º 03/2016, QUE INCLUIU NAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CGJ, BUSCANDO A REDUÇÃO DO ÍNDICE DE CONGESTIONAMENTO NAS UNIDADES JUDICIAIS.

INTEGRAÇÃO

CORREGEDORIA PRESENTE NO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA GGI-SSP

A Corregedoria Geral da Justiça, durante a 1ª reunião do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública do Maranhão (GGI-SSP/MA), discutiu a formatação do "Pacto pela Paz" criado no fim do ano passado com a aprovação do Projeto de Lei nº 275/2015. O objetivo do pacto é concentrar e impulsionar iniciativas estatais e sociais que contribuam para a difusão de práticas para redução da violência e afirmação de uma cultura de respeito à lei e aos direitos humanos. O juiz Gladiston Cutrim informou que a desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça, se colocou à disposição do gabinete, assim como das demais instituições presentes, para colaborar com as ações. "É necessário unir esforços para combater a violência de forma a garantir uma sociedade mais justa e humana", afirmou o juiz.

INÉDITO

CORREIÇÕES VIRTUAIS INAUGURAM NOVO MOMENTO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

A Corregedoria Geral da Justiça implantou o projeto "Correições Virtuais" com objetivo de agregar rapidez e eficiência aos trabalhos da Justiça de 1º grau. A 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais de São Luís foram as primeiras unidades correicionadas eletrônicamente. Os trabalhos são realizados no anexo administrativo da Corregedoria, na Rua Engenheiro Couto Fernandes, Centro.

A desembargadora conversou com a equipe do Núcleo Avançado de Correições Virtuais, acompanhou o exame da tramitação de processos no Sistema de Gerenciamento Processual Themis Primeiro Grau (Themis PG) e se informou sobre o andamento das atividades.

A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017. "Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos", destacou a desembargadora Anildes Cruz.

> "O foco do trabalho da correição virtual é o combate à morosidade processual. Com a ajuda das ferramentas tecnológicas, otimizamos os trabalhos da CGJ"
>
> **Anildes Cruz , Desembargadora**

IMPERATRIZ E AÇAILÂNDIA

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE DEMANDAS DE JUÍZES DIRETORES

As demandas de 18 comarcas da Região Tocantina foram discutidas durante a primeira visita da corregedora Anildes Cruz a Imperatriz. A corregedora falou aos magistrados sobre os planos de sua gestão, estratégias e metas traçadas, que priorizam a aproximação do magistrado com a sociedade, ampliando o acesso à Justiça e voltando as ações para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas de atuação.

A desembargadora disse que é necessário pensar métodos e práticas em um modelo de gestão em que cada magistrado funcione como gestor da meta traçada visando à melhoria dos serviços judiciários. "Embora não tendo os recursos e estruturas necessárias para uma melhor prestação jurisdicional, não deixamos de distribuir Justiça", disse a desembargadora.

Durante a reunião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marcos Antonio Oliveira (2ª Vara Criminal), expôs algumas demandas relacionadas à manutenção do fórum local, como a necessidade de pintura do prédio e substituição da frota de veículos que servem aquela unidade judicial, onde está localizada a maioria das varas judiciais da comarca, enquanto é concluída a construção do novo fórum.

Em seguida, vistoriou os serviços judiciários e as instalações do fórum da comarca de Açailândia. A corregedora esteve acompanhada do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF/TJ), dos juízes auxiliares Rosângela Prazeres e José Américo Abreu Costa, e do juiz vice-presidente da AMMA, Ângelo dos Santos. A desembargadora percorreu as dependências da unidade e avaliou as condições da estrutura do fórum com a finalidade de implementar o projeto de "audiências de custódia".

A corregedora foi recebida pelo juiz André Bogéa Santos (2ª Vara Cível), diretor do fórum. Segundo o magistrado, a comarca possui um fórum modelo-padrão, em boas condições, mas necessita de obras de ampliação das dependências para abrigar mais duas varas criadas, mas ainda não instaladas: 2ª Criminal e Vara da Fazenda Pública. O Juizado Especial da comarca fica localizado em prédio alugado.

I CAMPANHA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA APÓIA O "MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO"

"Maranhão Contra a Corrupção" é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção. O movimento recebeu apoio integral da Corregedoria Geral da Justiça

Os números finais do mutirão de julgamento de ações penais e de improbidade administrativas, movidas contra gestores e ex-gestores, resultado do trabalho desenvolvido em mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas, no período de 7 a 18 de março, movimentou mais de 1.500 processos.

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

As atividades foram direcionadas às ações de crimes contra a administração pública.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu publicamente o trabalho dos juízes de direito que participaram do "Movimento Contra a Corrupção", atuando nos julgamentos do "Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública".

Por meio da Portaria nº 1234/2016, a corregedora considerou que esse ato caracteriza "elevado zelo pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, amoldando-se, perfeitamente aos princípios constitucionais da eficiência". A Portaria de elogio foi publicada no Diário da Justiça e passou a integrar os assentos funcionais dos magistrados.

MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

SOLIDARIEDADE

JUIZ RECEBE SOLIDARIEDADE DA CORREGEDORA DA JUSTIÇA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu no gabinete o juiz Alessandro Bandeira da comarca de Santa Inês, a quem prestou solidariedade. O magistrado foi vítima de agressões públicas em virtude de decisões proferidas em ações judiciais. A corregedora Anildes Cruz reforçou as palavras de solidariedade ao juiz, e destacou que o magistrado Alessandro Bandeira honra e dignifica a Justiça maranhense. "O Poder Judiciário não irá se intimidar diante de ações que ameacem o Estado de Direito representado por juízes e juízas que integram a magistratura estadual", afirmou a corregedora.

• • •

ENCOGE

CGJ-MA PRESENTE NO 71º ENCONTRO DE CORREGEDORES

O desembargador José Bernardo Rodrigues representou a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE), em Cuiabá. O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico, e o diretor da CGJ-MA, Gustavo Costa Campos, participaram dos debates em torno da temática do encontro. As novidades e implicações apresentadas com a chegada do Novo CPC tomaram a maior parte dos debates.

FACILIDADE

CEP PODE DEFINIR ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO JUIZADO CÍVEL

O Código de Endereçamento Postal (CEP) pode ser utilizado para definir a área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, quando as normas em vigor não indicarem o bairro da parte processual. A medida, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), vale para moradores de São Luís.

O Provimento nº 07/2016, editado pela Corregedoria, determina que - caso as disposições normativas do Tribunal de Justiça em vigor não sejam suficientes para definir a qual área de abrangência dos juizados especiais pertence determinada localidade - a solução decorrerá de consulta ao Código de Endereçamento Postal (CEP) que estiver no comprovante de endereço da parte.

"Com o surgimento de novos bairros na capital e a existência de dúvidas ou indefinições quanto à área de abrangência dos juizados especiais entre juízes, servidores, advogados e jurisdicionados, resolvemos disciplinar essa matéria", explica a corregedora Anildes Cruz, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Maranhão.

Quando a consulta ao CEP disponível no endereço eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não for suficiente para sanar a dúvida ou aponte bairro que não pertença à área de abrangência de qualquer juizado especial, a questão será resolvida pela Corregedoria.

Nesse caso, o juizado especial deve diligenciar à CGJ-MA, que expedirá provimento estabelecendo, provisoriamente, a qual área de abrangência pertence o bairro em questão. Se a Corregedoria estabelecer que determinado bairro pertence, provisoriamente, a duas ou mais áreas, a escolha do juizado cabe ao autor da ação.

Quando o CEP for utilizado para resolver a pendência quanto à definição a qual área de abrangência pertence o endereço da parte, essa diligência deverá ser certificada nos autos, antes da publicação da sentença.

PRESIDÊNCIA

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI

Em março, o desembargador Tyrone José Silva tomou posse como presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão. No ato, a corregedora-geral Anildes Cruz enalteceu a atuação do desembargador, destacando o trabalho e a presteza no cumprimento das funções judicantes a ele confiadas. "É mais uma missão que certamente será bem desempenhada pelo desembargador", afirmou a corregedora. O desembargador Tyrone Silva agradeceu o convite e a confiança para o trabalho. "Prometo corresponder às expectativas da Corregedoria e da sociedade nessa nova função", ressaltou o desembargador.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o compromisso do desembargador empossado na entrega da prestação jurisdicional.

Abril

No mês de abril, a corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo Código de Processo Civil. Grupos de trabalho formados por cartorários e presididos por juízes, organizarão propostas de reformulação que irão constar de documento a ser apreciado pela Corregedora. A CGJ editou também o Provimento N.º 10/2016 que determina o encaminhamento de criança ou adolescentes do interior do Estado para São Luís, apenas se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

GESTÃO COMPARTILHADA

CORREGEDORA PRESENTE NO CICLO DE DEBATES DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura do I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado nos dias 15 e 16 de abril, no Fórum "Des. Sarney Costa", em São Luís.

Ao discursar, a desembargadora Anildes Cruz destacou a iniciativa dos notários e registradores pelo debate sobre o aprimoramento e modernização dos serviços notariais e registrais do Maranhão. "Essa atitude demonstra a disposição em prestar um serviço célere e de qualidade nas diversas unidades extrajudiciais do estado", ressaltou a corregedora.

Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares dos Cartórios do Maranhão (ATC), a presença da corregedora no evento da categoria demonstra a intenção do Poder Judiciário trabalhar de forma compartilhada com os cartorários. "As ações da Corregedoria refletem diretamente no trabalho das serventias", completou Thiago.

O desembargador Ricardo Dip (TJSP) proferiu a palestra inicial da noite. Com o tema "Usucapião Extrajudicial e o Registro Civil, Dip resgatou a historicidade dos tabeliães e notários ao longo dos séculos até o cenário atual. Pontuou avanços e desafios da modernidade.

VISITA

DESEMBARGADOR DO TJSP VISITA A CORREGEDORIA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a visita do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Ricardo Henry Marques Dip. Na oportunidade, o desembargador paulista e a corregedora da Justiça do Maranhão conversaram sobre as serventias extrajudiciais (Cartórios), e assuntos referentes ao tema.

Ricardo Dip esteve em São Luís para proferir palestra no I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão. O desembargador abordou o tema Registro Civil das Pessoas Naturais e Usucapião Extrajudicial.

NOVO CPC

CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA EM ATUALIZAÇÃO

A reformulação do Código de Normas da CGJ em adequação ao novo CPC foi tema de reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O objetivo é atualizar os itens que tratam dos serviços extrajudiciais (Cartórios). Na reunião presidida pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, ficou acordado que as propostas de reformulação serão realizadas por grupos de trabalho. Essas equipes serão formadas por um juiz – que coordenará as atividades - e por pelo menos dois cartorários. De acordo com a corregedora Anildes Cruz, a medida é importante em virtude da adequação das normas gerais da Corregedoria ao novo cenário jurídico-social trazido pelo novo Código de Processo Civil – CPC. "A implementação dos grupos de trabalho é mais um passo da gestão compartilhada desenvolvida pela Corregedoria", explicou a desembargadora. As propostas sugeridas pelos grupos serão organizadas em um só documento, que será submetido à apreciação da CGJ-MA. Desse trabalho será extraída uma proposta de atualização da parte do código que trata da área extrajudicial.

PROTEÇÃO

COMARCAS DEVEM ACOLHER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

"Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como "Família Acolhedora", "Apadrinhamento Afetivo" ou semelhantes."
Anildes Cruz, corregedora

Ao Provimento nº 10/2016, a Corregedoria determina que o encaminhamento de crianças ou adolescentes para a capital somente será efetivado se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

A Corregedoria orienta ainda que deverão ser esgotados todos os meios legais de reinserção no ambiente familiar, após cessadas as causas de afastamento do ambiente familiar biológico. Não sendo possível a reinserção na família de origem, será verificada a possibilidade de inserção da criança ou adolescente em situação de risco em famílias substitutas.

"Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como "Família Acolhedora", "Apadrinhamento Afetivo" ou semelhantes. O objetivo é garantir a proteção integral à criança ou adolescente em situação de risco", explicou a corregedora Anildes Cruz.

ECA - A medida da CGJ-MA considerou a dificuldade das equipes multiprofissionais avaliarem a situação familiar das crianças e adolescentes de outras localidades acolhidos institucionalmente em São Luís, o que impossibilita a verificação da reinserção na família biológica ou em famílias substitutas na sede do domicílio da criança e do adolescente acolhido.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, de modo a facilitar e estimular o contato da criança e do adolescente com a sua família de origem no processo de reinserção familiar.

FÓRUM DE SÃO LUÍS

CORREGEDORA INAUGURA GABINETE DE TRABALHO AVANÇADO

A corregedora Anildes Cruz inaugurou gabinete de trabalho avançando no Fórum de São Luís. Trata-se de uma sala onde, pelo menos uma vez por semana, a corregedora cumpre agenda de trabalho. Visitas às unidades judiciais são realizadas periodicamente.

Até abril a desembargadora Anildes Cruz havia realizado três vistorias para verificação das condições de funcionamento e índices de congestionamento processual.

Entre as unidades visitadas estão a 1ª, 2ª, 3ª 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, em virtude de reclamações realizadas junto à CGJ-MA. Os magistrados apresentaram dados sobre as unidades e a grande demanda de trabalho nestes locais. Na 1ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, tramitam 9 mil processos para apenas 05 servidores e 01 juíza; na 2ª são 8 mil; na 3ª e 4ª e 5ª Varas, cerca de 7 mil processos cada.

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos; a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Execuções Penais, também receberam a vistoria da corregedora.

A corregedora determinou medidas iniciais para a melhoria da prestação jurisdicional; a redistribuição da força de trabalho nas Varas e a recontagem dos autos, já que existe uma divergência entre o número físico de processos e a quantidade existente no sistema.

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), da Corregedoria Geral da Justiça, foi designada para atuar - emergencialmente - em algumas dessas unidades visando reduzir o índice de congestionamento processual.

"Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema", ressaltou a corregedora. O juiz Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, tem oferecido o suporte necessário para a implementação de ações que buscam melhorias nas unidades judiciais.

"Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema"

Anildes Cruz , Desembargadora

I ÓBITOS

PLANTÃO DE ÓBITOS EM MUNICÍPIOS DA ILHA

As serventias extrajudiciais de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa publicaram cartazes com informações sobre os contatos - como os telefones de cada serventia das cidades citadas - em locais de acesso ao público, como delegacias, funerárias, nos fóruns, nos ônibus do transporte coletivo, nas prefeituras, câmaras de vereadores e nos próprios cartórios.

Esta ação faz parte de uma série de medidas que estão sendo adotadas pela Corregedoria Geral da Justiça em parceria com as Serventias Extrajudiciais, para facilitar o acesso do cidadão aos serviços extrajudiciais, seja por via eletrônica, ou através de divulgação de informações.

Para o registro de óbito são necessários os dados do falecido e do declarante. Os dados do falecido são: Declaração de Óbito (DO), RG, CPF, título de eleitor e certidão de nascimento ou casamento. Já os dados do declarante são: RG e CPF. Além disto, deve ser informado se o falecido deixa filhos, bens e testamento.

CONTATOS:

Cartório do 2º Ofício de São José de Ribamar
98727-1001
98866-0017

Cartório do 2º Ofício de Paço do Lumiar
987899-6868
98298-4625
99988-1574

Cartório de Raposa
98115-9348/98134-6578

I CORREIÇÃO

CORREGEDORIA DÁ INÍCIO ÀS CORREIÇÕES GERAIS NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou correições gerais ordinárias e extraordinárias nas comarcas do interior do Estado, com a finalidade de fiscalizar o andamento dos serviços da Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pelas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Urbano Santos e Santa Quitéria.

Durante a correição, o atendimento às partes e advogados pela secretaria judicial, assim como os prazos processuais, não são suspensos, de modo a não comprometer o serviço forense.

O calendário de correições 2016 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (Edição nº 66/2016), de 13 de abril. A Portaria de nº 1286/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, traz a lista com as datas e as unidades em que haverá correição e designa as juízas auxiliares da CGJ-MA, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para presidir as correições.

I CONSTRUINDO A JUSTIÇA

CORREGEDORIA ABRE GESTÃO ESTRATÉGICA À POPULAÇÃO

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, lançou, em sessão da corte estadual, o projeto "Construindo a Justiça", com a finalidade de viabilizar a participação popular na administração da Justiça de 1º grau, por meio de ideias para a elaboração e planejamento de projetos de gestão da Corregedoria.

Na apresentação do projeto no pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora destacou que a participação de todo cidadão tem importância fundamental para o desenvolvimento de uma prestação jurisdicional plena, voltada para a sociedade em geral.

"Com esse projeto, pretendemos ampliar o acesso à Justiça, dando oportunidade a qualquer pessoa nos ajudar a construir um Judiciário mais atuante e mais eficiente, capaz de corresponder aos anseios da população", disse a corregedora.

Alguns desembargadores se manifestaram em apoio ao projeto. O presidente do TJMA, Cleones Cunha, parabenizou a Corregedora e sua equipe pela iniciativa e expressou o apoio da direção do Tribunal, ressaltando a execução, sem custos, do projeto. "Os desembargadores são parceiros da Corregedoria em suas ações e projetos", enfatizou.

Segundo o desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto "se coaduna com o lema de gestão compartilhada" proposto pela Corregedoria. Para o desembargador Tyrone Silva, o projeto é "oportuno, por envolver a sociedade na construção da Justiça". Froz Sobrinho ressaltou que a proposta "representa a aproximação da Justiça ao cidadão". Já o desembargador João Santana disse que o projeto "demonstra o compromisso da corregedora com o alcance e a causa da Justiça".

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves (coordenadora dos juizados especiais), Gladiston Cutrim (coordenador de planejamento estratégico), Sara Gama e o diretor da secretaria, Gustavo Campos, acompanharam a apresentação do projeto no Pleno.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

INTERNET – Para participar, qualquer pessoa pode acessar o endereço da Corregedoria Geral da Justiça na internet (http://www.tjma.jus.br/cgj/index), clicar no banner do projeto "Construindo a Justiça" e preencher um formulário, explicando os principais detalhes da sua sugestão.

Após o preenchimento dos dados, um relatório com a proposta será enviado, automaticamente, para a Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas da CGJ-MA, para apresentação e formatação. A ideia será analisada pela Coordenadoria de Planejamento da Corregedoria e, após, submetida à corregedora para deliberação.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

RECONHECER É AMAR!

APOSENTADO FAZ RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE DE CINCO FILHOS ADULTOS

Aposentado José de Ribamar Silva, 75, morador de São Luís, procurou espontaneamente o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio do projeto "Reconhecer é Amar!", para fazer o reconhecimento de paternidade de cinco filhos, todos adultos. Presentes na audiência, realizada em abril, os filhos e também a mãe, que mora no município maranhense de Alcântara. Visivelmente emocionados, após a audiência todos saíram juntos e foram para a casa do pai, no bairro Jaracati.

"Foi uma emoção muito grande. Não ter o nome do nosso pai na certidão de nascimento é como se estivesse faltando um pedaço da gente. Se já o amávamos, com esse gesto dele passamos a amar mais ainda", afirmou a feirante Célia Regina Diniz, uma das filhas que teve a paternidade reconhecida. "Agora temos também os nomes dos nossos avós paternos", completou.

No Centro de Conciliação do Fórum de São Luís funciona o posto de atendimento do Projeto "Reconhecer é Amar!", criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão em 2012, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto vinha ocorrendo nas Varas da Família e agora é executado pelo Centro de Conciliação. No interior, o agendamento pode ser realizado no Fórum local.

PINHEIRO

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA PARTICIPA DE INSPEÇÃO EM PRESÍDIO

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) participam de uma série de ações conjuntas que estão sendo desenvolvidas no interior do Estado com o objetivo de aprimorar a execução penal e garantir a adequada ressocialização do preso.

As ações foram realizadas junto à 1ª Vara da comarca de Pinheiro e se estenderam ao presídio local.

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual, participou de uma inspeção na Unidade de Ressocialização de Pinheiro, acompanhado da juíza titular da 1ª Vara, Tereza Palhares, que possui competência privativa para a execução penal.

Durante a inspeção foi constatado que, em geral, o presídio recém inaugurado atende às condições de humanização do sistema, com salas destinadas ao parlatório, assistência social, atendimento médico-odontológico, psicólogo e salas de aula, além de dispor de outros serviços para a garantia dos direitos dos presos. Quanto à assistência médico-odontológica, falta lotar pessoal pela Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Seap).

I ENUNCIADO

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO DECIDE QUE JUIZADO ESPECIAL NÃO SEGUIRÁ PRAZO DO NOVO CPC

O desembargador Tyrone Silva, presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, realizou a primeira reunião da Turma sob sua direção. Segundo o desembargador, a reunião ordinária decorreu em virtude de consultas formuladas pelos presidentes das Turmas Recursais do estado quanto a aplicação do artigo 219 do novo CPC nos Juizados Especiais do Maranhão.

O Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) emitiu Nota Técnica (n.º 01/2016), na qual externou posição pela inaplicabilidade do artigo 219 do CPC/2015 aos Juizados Especiais. O Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil também firmou posicionamento contrário à utilização do prazo deste artigo na Carta de Cuiabá, após o 71º Encontro (Encoge).

O Colegiado maranhense aprovou, por maioria, a não utilização do texto do art. 219 do novo CPC. "No Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão a forma de contagem dos prazos processuais será em dias corridos, não se aplicando a regra prevista no artigo 219 do CPC, ressalvados os casos expressamente previstos em Lei", discorre o Enunciado n.º 9 aprovado na reunião da Turma de Uniformização.

Maio

Em maio, a corregedora Anildes Cruz prosseguiu vistoriando as unidade judiciais do Fórum de São Luís. As Varas Cíveis que possuem considerável índice de congestionamento foram priorizadas. Na 1ª Vara Cível, após atuação da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), foi ministrado um treinamento para os servidores da unidade com a proposta de melhoria das competências e aprimoramento das habilidades dos servidores. No dia 21 de maio a Corregedoria participou da 23ª Ação Global, na UFMA, oferecendo serviços à população.

FATOR HUMANO

COMISSÃO SENTENCIANTE PROMOVE TREINAMENTO DE SERVIDORES

No fim de abril, a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) promoveu, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, o treinamento Desenvolvimento de Equipes para servidores da 1ª Vara Cível da Capital, na ESMAM. A atividade encerrou a atuação da Comissão na unidade judiciária. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

O palestrante desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias. O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atua a Comissão Sentenciante. "A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas", explicou. Outro assunto abordado foi o desenvolvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, prestigiou o evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações pontuais no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. "Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho", ressaltou a desembargadora. Para a juíza auxiliar da CGJ e coordenadora dos trabalhos da CSI, Rosângela Prazeres, "a reorganização da força de trabalho em relação às demandas só é possível com desenvolvimento humano com foco no objetivo maior da organização".

> "A PROPOSTA É TRABALHAR COM OS SERVIDORES E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DAS EQUIPES, APRIMORANDO HABILIDADES E REALIZANDO O ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS"
>
> **Eliandro Araújo** psicologo

PROVIMENTO N. 09/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA DIVISÃO DE PROTEÇÃO

A Corregedoria Geral da Justiça doMaranhão (CGJ-MA) instituiu a Divisão de Proteção Integral (DPI) junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís.

A divisão é composta e coordenada por comissários de Justiça, responsáveis pelos procedimentos relativos à proteção integral de crianças e adolescentes, no sentido de evitar qualquer forma de violência, abuso, exploração, discriminação e negligência.

Os comissários são responsáveis, dentre outras atividades: pela emissão de autorização de viagem e hospedagem nacional; fiscalização de transporte intermunicipal e interestadual de crianças e adolescentes; fiscalização de bares, restaurantes, boates e casas de show e inspeção de entidades de acolhimento. E, ainda, por acompanhar o processo administrativo de alvará judicial para participação e presença de crianças e adolescentes em apresentações folclóricas e artísticas nas cidades da área de abrangência da comarca.

O Provimento nº 9/2016 traz o detalhamento das atividades realizadas pela divisão, bem como do trabalho desempenhado pelos comissários de Justiça. Pareceres, requerimentos e decisões serão elaborados pelo Conselho Especial da Infância e da Juventude da CGJ-MA e pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.

DIA DAS MÃES

MÃES SÃO HOMENAGEADAS

As mães magistradas, servidoras e terceirizadas que trabalham na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) foram homenageadas com programação especial em comemoração ao dia das mães. Além de café da manhã, houve momento de oração e reflexão sobre a data, distribuição de rosas e sorteio de presentes oferecidos pelos servidores da CGJ para mais de 60 mães.

PROJETO

CORREGEDORIA RECEBE DIRIGENTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB-MA

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu em reunião o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, Thiago Diaz, para tratar de assuntos diversos. O vice-presidente, Pedro Alencar da OAB-MA, também participou do ato.

Os representantes classistas abordaram temas como expedição de alvará judicial em ações judiciais; padronização de atos e carga de processos; trâmite processual; correições; presença de advogados nas mediações e conciliações no âmbito dos Tabelionatos de Notas, entre outros assuntos.

A desembargadora Anildes Cruz prometeu analisar as reivindicações elencadas, e disse que compartilha com a Ordem algumas preocupações na relação advogados – magistrados. "Nossa gestão está centrada no estudo de meios e extensão de boas práticas para reduzir o congestionamento de processos nas unidades judiciárias do Estado", enfatizou a corregedora.

O presidente Thiago Diaz ressaltou à corregedora que tem o compromisso de apurar todas as denúncias protocoladas na OAB sobre maus comportamentos de advogados que atentarem contra a ética profissional prevista no estatuto.

O vice-presidente, Pedro Alencar, parabenizou a corregedora pela postura proativa implantada na Corregedoria, buscando em primeiro lugar o diálogo para resolução dos problemas que acometem as unidades judiciais e que envolvem todos os interessados da sociedade civil organizada.

PROJETO

CORREGEDORIA REATIVA PROJETO "JURADO VOLUNTÁRIO"

JURADO VOLUNTÁRIO
Poder Judiciário do Maranhão
Corregedoria Geral da Justiça

A Corregedoria Geral da Justiça reativou o "Projeto Jurado Voluntário", instituído em 2008, para recrutar a participação de pessoas da comunidade, com notória idoneidade, interessadas em participar das decisões da Justiça criminal, por meio do Tribunal do Júri. Pelo projeto, os jurados podem participar do julgamento dos crimes dolosos contra vida, consumados ou tentados, ou qualquer outro crime que tenha conexão com um crime doloso contra a vida, nas sessões do Tribunal do Júri.

O projeto visa auxiliar os juízes na formação da lista de jurados para compor o Conselho de Sentença nas sessões de julgamento do Tribunal do Júri. Para participar, os interessados devem atender às seguintes condições: ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos; ter notória idoneidade; residir na comarca onde pretende atuar como jurado; estar em pleno gozo dos direitos políticos (ser eleitor) e não ter sido processado criminalmente.

Além de prestar um serviço público relevante, o voluntário tem algumas vantagens, como a preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas; folga no trabalho no dia do comparecimento ao julgamento; benefícios acadêmicos (segundo a instituição de ensino conveniada) e direito à cela especial em caso de prisão.

AVANÇO

CERTIDÕES ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou a expedição eletrônica de certidões negativas de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa e para fins eleitorais no âmbito da Justiça de 1º grau do Estado, que até então eram emitidas presencialmente.

A proposta, encaminhada ao Pleno pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça, foi aprovada por unanimidade pelos desembargadores na sessão plenária do dia 19 de maio.

A certidão emitida eletronicamente acusa a existência ou não de ações penais e de improbidade administrativa em tramitação, sobrestadas ou suspensas no Tribunal de Justiça, considerando os dados fornecidos na consulta, que são de exclusiva responsabilidade do usuário. E evita o deslocamento de interessados aos fóruns judiciais para solicitação do documento.

Anteriormente, as certidões eram emitidas de forma presencial nas comarcas. Com o novo sistema, a certidão pode ser emitida de qualquer lugar, imediatamente, e em quantas vias forem necessárias, evitando deslocamento e perda de tempo pelo interessado.

Desde 2014, a Justiça de 2º Grau já utilizava o sistema que agora passa a funcionar no 1º Grau. Na avaliação da corregedora, há uma crescente demanda pela expedição de certidões nas comarcas que justifica estender essa facilidade ao 1º grau da Justiça, gratuitamente. "Verificamos a possibilidade de extensão desse serviço ao usuário da Justiça de 1º grau, pela praticidade do acesso à informação", justificou a desembargadora Anildes Cruz.

ALTERAÇÃO – para implantação da certidão eletrônica da Justiça de 1º grau, a corregedora Anildes Cruz propôs alteração na Resolução n.º 14/2014, com a inclusão do novo serviço. Desse modo, para emissão da Certidão Única da Justiça Estadual do Maranhão, as buscas serão realizadas nos sistemas: Themis PG, SG, VEP/CNJ e PJE

DIREITOS HUMANOS

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE REPRESENTANTES DA SMDH

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), que solicitaram a implantação de projeto para o acompanhamento das audiências de custódia. Para a SMDH, questões como superpopulação carcerária, torturas, lesões corporais, arbitrariedade policial e a identificação das falhas que ocorrem a partir da prisão até a manutenção ou não dessa medida pelo magistrado serão conhecidas e devidamente identificadas com o advento do projeto. Com isto, as arbitrariedades seriam reduzidas, permitindo, por exemplo, o avanço na ressocialização do preso. Segundo o advogado Luís Antônio Pedrosa, do Conselho Diretor da SMDH, o projeto acompanharia, através de advogados estagiários, as audiências de custódia realizadas pelas Varas criminais do Estado.

A desembargadora informou ao representante da SMDH, que em janeiro deste ano reuniu com os integrantes do Sistema de Segurança do Estado para tratar das propostas que visam regulamentar as audiências de custódia no Maranhão. "As audiências de custódia já são uma realidade em todo o Estado, mesmo assim, queremos ouvir todas as instituições envolvidas neste processo, para juntos, de forma compartilhada, encaminhar a melhor decisão", afirmou a corregedora.

MUTIRÃO

AÇÃO CONJUNTA DO PODER JUDICIÁRIO REALIZA SEMANA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu das mãos da juíza Karla Jeane de Carvalho - titular da 2ª Vara de Coelho Neto e integrante da Coordenadoria da Infância e Juventude - camisa alusiva à Semana da Infância que ocorreu em todo o Estado, com o julgamento prioritário de ações que envolvem violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis.

O evento é realizado pela Coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Foram realizadas audiências e julgamentos em 400 processos judiciais, além da promoção de atividades lúdicas.

A juíza Karla Jeane disse que o apoio da Corregedoria tem sido fundamental no desenvolvimento e avanço de ações desse tipo em todo o Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o Poder Judiciário deve dar especial atenção à proteção que crianças e adolescentes em situação de risco. "A Corregedoria está totalmente envolvida com a causa que é muito importante para a sociedade", destacou a desembargadora.

O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria, enfatizou que a Semana da Infância é um incentivo para o julgamento dos processos relacionados a esse tema, e a oportunidade de divulgação das práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol dessa causa social.

Mais de 30 juízes de todo o Estado participaram das ações desenvolvidas.

RECONHECIMENTO

CORREGEDORA ANILDES CRUZ RECEBE HOMENAGEM DA ADEPOL-MA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu representantes da Associação dos Delegados do Estado do Maranhão (ADEPOL). Os dirigentes classistas homenagearam a corregedora em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos delegados de Polícia Civil do Maranhão.

O presidente da ADEPOL, Marconi Chaves, entregou Diploma e Medalha de Honra ao Mérito à corregedora Anildes Cruz, que agradeceu e disse sentir-se muito honrada com a deferência.

Também estiveram presentes pela ADEPOL, o vice-presidente Lucas Ribeiro, e o diretor de finanças, José Milênio.

FAMÍLIA

CORREGEDORIA VAI IMPLANTAR SALA ÚNICA PARA CONCILIAÇÃO

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu com as juízas das Varas de Família de São Luís, Joseane Bezerra (3ª Vara), Maria do Socorro Carneiro (5ª Vara) e Francisca Galiza (4ª Vara). No encontro, foi discutido a implantação da Sala Única de Conciliação das Varas de Família.

O objetivo da Corregedoria é centralizar as audiências dessas unidades em um único espaço, atendendo dispositivo do novo Código de Processo Civil, que prevê em seu artigo 694: "Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação". A desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a busca da mediação extrajudicial ou atendimento multidisciplinar será objeto de esforço da CGJ para dirimir conflitos de famílias. "Para efetivarmos a audiência de mediação e conciliação, buscaremos – inclusive - parceria com as faculdades para que acadêmicos dos cursos de Direito (estagiários) exerçam esse importante papel à sociedade", disse a corregedora.

Para a juíza Joseane Bezerra, o ambiente único para conciliação de partes familiares em conflitos é uma excelente iniciativa da Corregedoria da Justiça do Maranhão, onde atuarão conciliadores capacitados pelas respectivas unidades judiciais. "As causas familiaristas, com suas subjetividades, exigem um trabalho de alcance diferenciado, pois, além dos autos, existem vidas que necessitam de reorientação especial", defendeu a magistrada.

PAD

CORREGEDORIA DISPONIBILIZA CARTILHA INFORMATIVA SOBRE PAD

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) disponibilizou a cartilha "Modelo de Processo Administrativo Disciplinar", com informações úteis para o trabalho dos magistrados na apuração da responsabilidade disciplinar pela prática de infrações funcionais por servidores e delegatários de serventias extrajudiciais.

A publicação contém modelos de portarias de instalação de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD); ofícios; termos; certidões; intimações e informações referentes ao correto trâmite do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) - da instalação até a decisão final do processo.

O lançamento oficial da cartilha ocorreu na sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, quando a corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, apresentou o documento aos desembargadores."Compartilhando ideias, decisões e informações como essas, é que iremos avançar rumo ao propósito maior que é a plena distribuição da Justiça", explicou a corregedora.

A cartilha foi elaborada pela juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelos serviços extrajudiciais e pelo assessor Lourival Ramos Júnior, com o auxílio de servidores da Comunicação da Corregedoria e do TJ.

Segundo a juíza Sara Gama, a edição da cartilha foi motivada por pedidos dos juízes de direito sobre modelos de procedimentos que pudessem auxiliar o trabalho disciplinar dos magistrados. "A ideia é compilar peças de ordem prática, em forma de roteiro, para facilitar e agilizar a tramitação das atividades disciplinares", explicou a auxiliar da Corregedoria

AÇÃO GLOBAL

CGJ INSCREVE PARA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA 23ª AÇÃO GLOBAL

Representando o Poder Judiciário do Maranhão, a Corregedoria Geral da Justiça participou da 23ª Ação Global na Cidade Universitária da UFMA (Bacanga). No evento, a CGJ-MA abriu as inscrições para o casamento comunitário de São Luís, expediu Certidão de Nascimento e apresentou diversos outros projetos especiais para a população maranhense.

A inscrição para o casamento comunitário de São Luís foi um dos serviços mais procurados na Ação Global deste ano. A Corregedoria disponibilizou espaço de atendimento ao público no Pavilhão da Cidadania, instalado no Centro Pedagógico Paulo Freire.

Além do casamento comunitário e expedição de Certidão de Nascimento, a CGJ-MA apresentou aos participantes da Ação Global deste ano os projetos "Jurado Voluntário" que cadastra interessados em participar das sessões do Tribunal do Júri; "Reconhecer é Amar" que orienta e encaminha os pais interessados em reconhecer a paternidade dos seus filhos; e "Construindo a Justiça", que garante a participação de todos na elaboração de ideias e outros projetos de relevante valor para o cidadão e na construção de um Judiciário mais célere e eficaz. Todos gratuitos.

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhou os trabalhos realizados pelos servidores da CGJ e Cartórios parceiros. "O Poder Judiciário - representado neste momento pela Corregedoria - está mais perto da população oferecendo serviços de relevante valor social", ressaltou a corregedora.

A desembargadora foi recebida pelos organizadores da Ação Global, Roseli Ramos, superintendente do SESI-MA; Edilson Baldez, presidente da FIEMA; Rômulo Barbosa, representante do Sistema Mirante - Rede Globo; Nair Portela, reitora da UFMA; Tati Lima, representante da Prefeitura de São Luís; e José Joaquim, vereador de São Luís.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Gladiston Cutrim, José Américo Costa, Rosária Duarte e Márcia Chaves; os registradores das Zonas de Pessoas Naturais de São Luís, Rosseline Rodrigues (2ª); Margarida de Jesus (3ª); Enoch Ribeiro (4ª); e Núbia Silva (5ª), e o diretor da Secretaria da CGJ-MA, Gustavo Campos, também estiveram presentes durante o dia contribuindo com a Ação Global.

O desembargador Raimundo Barros, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, também visitaram a corregedora Anildes Cruz no espaço da CGJ no evento.

AÇÃO GLOBAL - A Ação Global nacional é uma parceria da Rede Globo com o SESI que promove um mutirão de serviços em prol da cidadania em todo o país. A iniciativa ocorre em todos os Estados e no Distrito Federal. Em 22 edições, a Ação Global já prestou mais de 45 milhões de atendimentos. Em São Luís o evento acontece na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e conta com a presença de mais de 150 parceiros, entre eles, o Poder Judiciário através da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

A CGJ inscreveu número recorde de pessoas para o projeto "Casamentos Comunitários". O projeto cadastrou 351 casais em apenas um dia de evento. Na última edição, em 2015, foram inscritos 175 casais.

No posto montado pela Corregedoria, 80 colaboradores, entre funcionários dos cartórios e da Corregedoria trabalharam no atendimento ao público, das 8h às 18h, prestando informações, cadastrando interessados e encaminhando solicitações sobre os projetos especiais da Justiça estadual.

Os casamentos comunitários são promovidos pela Corregedoria e celebrados gratuitamente pelos juízes de direito das comarcas desde setembro de 1998, quando foram criados pelo então corregedor, desembargador Jorge Rachid. A primeira cerimônia foi realizada em São Luís, em seguida, expandida para todas as comarcas do Estado, beneficiando milhares de casais de todas as idades e condição social.

JUÍZES

NOVOS JUÍZES ENTRAM EM EXERCÍCIO PERANTE A CORREGEDORA DA JUSTIÇA

Os juízes Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, Cinthia de Sousa Facundo, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, Bruno Barbosa Pinheiro e Danilo Mendes de Santana, nomeados pelo presidente do TJ, assinaram os Termos de Exercício perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Os juízes Nelson Luiz Araújo, Cinthia Facundo, Arianna de Carvalho Saraiva e Bruno Pinheiro vão atuar, respectivamente, na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Zonas Judiciárias com sede na comarca de Imperatriz; já o juiz Danilo de Santana foi designado para a 5ª Zona Judiciária com sede na comarca de Açailândia.

Durante a assinatura dos termos, os juízes destacaram o longo caminho percorrido e a árdua jornada enfrentada para a concretização dos sonhos alcançados. Os magistrados prometeram ainda, honrar o Poder Judiciário do Maranhão.

A corregedora Anildes Cruz parabenizou os juízes e disse que se tratava de momento único na vida profissional dos magistrados. "Diversos desafios vão surgir no dia a dia de trabalho nas comarcas, mas eles servirão, sem dúvidas, para a evolução das vossas carreiras," enfatizou a corregedora.

ACOMPANHAMENTO

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, abriu o curso "Praticas de Inspeção em Serventias Extrajudiciais" destinado à formação continuada dos juízes em vitaliciamento. A corregedora apresentou aos juízes o palestrante André Villaverde Araújo, mestre em Teoria do Direito e do Estado (UNIVEM-Marília/SP), Tabelião do 36º Ofício de Notas da capital do Rio de Janeiro e autor do livro "2ª Fase para concursos de cartórios". "O exercício da magistratura requer esforço e dedicação, principalmente, na busca da atualização jurídica, essencial para o labor do magistrado", ressaltou a corregedora Anildes Cruz. Segundo o palestrante André Villaverde, o curso permitirá aos magistrados a obtenção e conhecimento dos parâmetros e procedimentos para melhor análise do funcionamento dos cartórios.

JUIZADOS

CORREGEDORIA CORREICIONA JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO

As correições gerais ordinárias e extraordinárias nos juizados especiais do Estado aconteceram durante todo o primeiro semestre de 2016.

O 1º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís; Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês; de Paço do Lumiar; Juizado Especial do Trânsito de São Luís, entre outros, já foram correicionados.

Segundo a juíza Márcia Chaves, as correições aconteceram em clima de "absoluta tranqüilidade, com análise diária, em média, de 80 processos, dentre físicos criminais e cíveis, e eletrônicos (Projudi e PJe)".

Além dos processos, a equipe da CGJ-MA realiza inspeção em todas as dependências dos prédios que abrigam os juizados, visando identificar as suas reais condições, além dos equipamentos que guarnecem a unidade. Após o encerramento das correições serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados por Juizado, dos trabalhos e fatos constatados durante sua realização.

A lista completa das unidades jurisdicionais, com data e tipo da correição – ordinária ou extraordinária – consta no anexo da Portaria nº 1361/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça.

Junho

A “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente” realizada em junho, rendeu resultados positivos na Justiça de 1º grau, impulsionando cerca de 1700 processos, entre cíveis e criminais. Ainda nesse mês, a Corregedoria lançou a Central Única de Cartórios do Maranhão, que visa modernizar os serviços cartoriais à população.

MEIO AMBIENTE

SEMANA ESTADUAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO MEIO AMBIENTE

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, apresentou a parceiros institucionais, o projeto da "Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente". O evento comemorou o "Dia Mundial do Meio Ambiente" - 5 de junho - e ocorreu de 6 a 10 de junho, com o julgamento prioritário de ações relativas aos crimes ambientais na Justiça estadual.

O projeto recebeu a parceria do Ministério Público Estadual; Polícia Rodoviária Federal; IBAMA; do Planejamento Estratégico do TJMA; e do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça.

"A ideia foi unir esforços da Corregedoria da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal e do IBAMA em torno da iniciativa para agilizar a tramitação das ações judiciais referentes às questões ambientais, na Justiça estadual" frisou a corregedora Anildes Cruz.

Dentre as ações em tramitação foram identificadas questões referentes aos crimes contra a fauna e flora, poluição, agrotóxicos, zona de preservação, saneamento, mineração, caça e pesca.

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da CGJ-MA informou que a proposta da Semana decorreu das discussões do Gabinete de Gestão Integrada do Executivo estadual, acerca das dificuldades encontradas no acesso às ações ambientais que tramitam no Poder Judiciário.

PROCESSOS - Segundo levantamento da coordenação do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, 1.739 processos relacionados à causa ambiental estão em tramitação nas comarcas do Estado, sendo 1.164 criminais e 575 cíveis. Do total, São Luís concentra 310 ações: 196 criminais e 114 cíveis.

Com o apoio de juízes de todo o estado, foram 361 despachos, 90 decisões e 88 sentenças prolatados; 110 audiências realizadas; 112 processos arquivados; e outros 461 conclusos ao magistrado. A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

Entre as decisões prolatadas durante a Semana, houve proibição de derrubada de babaçu e determinação de recolhimento de animais soltos nas ruas (São Luís Gonzaga) e determinação de desativação de lixões (Coelho Neto e Duque Bacelar). Houve também decisões proferidas em Chapadinha e Itapecuru-Mirim. Foram realizados ainda concurso de redação e plantio de árvores na Comarca de Colinas, além de palestra em escola (Tutóia). Em São Luis, além dos julgamentos de ações ligadas ao tema, exposições e oficinas realizadas no Fórum Desembargador Sarney Costa integraram as ações da Semana do Meio Ambiente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - A iniciativa da Corregedoria segue recomendações nº 11/2007 e 27/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que orientam sobre a inclusão de práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais de Justiça. No planejamento estratégico nacional, a Responsabilidade Socioambiental é considerada um "atributo de valor para a sociedade".

A AÇÃO TEVE POR OBJETIVO O IMPULSIONAMENTO DE PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES AMBIENTAIS NA JUSTIÇA ESTADUAL E ESTÁ ALINHADA ÀS METAS DO PODER JUDICIÁRIO (2016/2020)

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

CORREGEDORA PARTICIPA DO I SEMINÁRIO "JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE"

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da abertura do I Seminário "Justiça e Meio Ambiente". O evento é uma iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão, através da ESMAM, CGJ-MA, TJMA e demais parceiros. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha e o governador do Estado, Flávio Dino, também participaram do evento.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que o enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a realização do Seminário "Justiça e Meio Ambiente" e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente. "Durante a Semana do Meio Ambiente, uma força tarefa do Judiciário priorizará o julgamento ou andamento de ações referentes a crimes diversos contra a fauna e a flora, poluição, agrotóxicos, saneamento, exploração mineral, entre outros", pontuou a corregedora.

Durante a cerimônia o governador Flávio Dino fez o lançamento do Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos. O governador destacou que os recursos do fundo - oriundos das multas estabelecidas pela Justiça nas ações promovidas pelo Ministério Público - serão destinados aos investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. O gerenciamento do fundo será incluído no Portal da Transparência do Estado. "Uma gestão participativa, compartilhada com os demais Poderes e a sociedade civil farão o gerenciamento do Fundo de Interesses Difusos e Coletivos", ressaltou o governador.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, enfatizou as ações do Poder Judiciário maranhense como momento de conscientização para as questões de meio ambiente. Parabenizou toda a magistratura de 1º Grau em nome dos juízes presentes. O presidente parabenizou ainda os promotores de Justiça pelos trabalhos desenvolvidos que resultaram no seminário e na semana do meio ambiente.

> "O enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a que acontece com a realização do Seminário "Justiça e Meio Ambiente" e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente."
>
> **Aniles Cruz** corregedora

SAÚDE MENTAL E DIREITO

CORREGEDORA PARTICIPA DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental e Direito, com o tema central "Construindo Interfaces, Concretizando Direitos". O evento realizado no Fórum de São Luís foi promovido pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). A conferência é direcionada a magistrados e servidores do Poder Judiciário e trabalhadores da área da saúde mental que integram a Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão. Além de palestras, mesas redondas e oficinas ministradas por especialistas com produção acadêmica na área da saúde mental e Justiça criminal foram realizadas.A terceira edição da Conferência Nacional de Saúde Mental congregou operadores jurídicos e médicos psiquiatras que buscam soluções conjuntas para as dificuldades práticas que envolvem as duas atividades.

SOLIDARIEDADE

CGJ DOA UMA TONELADA DE PAPEL EM BENEFÍCIO DO HOSPITAL ALDENORA BELLO

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Divisão de Controle e Gestão Documental (Arquivo), realizou a entrega de mais de uma tonelada de material reciclável ao projeto ECOCEMAR, promovido pela Companhia Energética do Maranhão. A renda dessa doação será abatida na conta de energia do Hospital Aldenora Bello, maior referência no tratamento do câncer no Maranhão.

De acordo com Maykon Nunes, Chefe da Divisão de Controle e Gestão Documental, os papéis rasgados e triturados, dispostos em 14 volumes de grande porte (caixas) foram separados para reciclagem junto à CEMAR. "Esses documentos são ofícios, memorandos, portarias e de outra natureza, confeccionados no período de 2011 a 2015 e que já se encontram disponíveis, anexados, nos processos administrativos no DIGIDOC para consulta, ocorrendo dessa forma a duplicidade entre papéis físicos e digital", ressaltou Maykon.

O projeto ECOCEMAR, criado em maio de 2011, consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica. Atualmente está presente nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Imperatriz. Além de organizar um programa de coleta seletiva de resíduos com valor de mercado, os objetivos do programa são: contribuir na preservação do meio ambiente; e oferecer alternativas para o pagamento das faturas. Clientes comerciais ou industriais não podem acumular descontos para sua própria conta de energia, mas podem doar o resíduo de seus processos e direcionar o bônus gerado para uma instituição beneficente ou para qualquer conta contrato residencial. No caso da Corregedoria Geral da Justiça a instituição foi o Hospital Aldenora Bello.

INÉDITO

CORREGEDORIA LANÇA A CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS DO MARANHÃO

A Corregedoria Geral da Justiça lançou, no dia 17 de junho, a Central Única dos Cartórios do Maranhão durante o II Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado no Centro Administrativo do TJMA.

A Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), foi criada para centralizar as informações das serventias extrajudiciais do Maranhão, conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos Provimentos nº 46, 47 e 48, e Provimento nº 13/2016 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). A central disponibilizará os serviços de pesquisa eletrônica, certidões online, protocolo eletrônico e indisponibilidade de bens.

Para o juiz Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), que representou a corregedora Anildes Cruz no evento, a central dos cartórios é fruto de um esforço conjunto da Corregedoria com os cartorários do Maranhão, visando dispor às serventias os meios tecnológicos que possibilitem a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos usuários e a busca de informações, agilizando a solicitação de certidões e outros documentos gerados eletronicamente.

"Em janeiro a corregedora e sua equipe aceitaram o desafio de lançar a central dos cartórios com o objetivo de modernizar os serviços cartoriais do Maranhão, e hoje, graças ao modelo compartilhado de gestão adotado pela Corregedoria em parceria com notários e registradores, foi possível concretizar esse avanço com a chegada da central", pontuou Gladiston Cutrim.

Na ocasião, a corregedora Anildes Cruz e o juiz Gladiston Cutrim foram homenageados com a concessão de uma placa em reconhecimento ao esforço e trabalho compartilhado junto à classe Notarial e Registral para a implantação da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados do Maranhão.

CENTRAL ÚNICA - Para a efetiva prestação dos serviços e segurança dos dados transmitidos, a Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) contratou a empresa especializada Light Tecnologia da Informação e criou a marca Cartórios Maranhão, responsável pela operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no Estado do Maranhão, previsto pela Lei nº 11.977/2009, que impõe a integração das Serventias de Registro de Imóveis ao universo tecnológico de registro eletrônico. Assim, os usuários poderão apresentar títulos e documentos para registro mediante utilização da Cartórios Maranhão, com a comodidade das ferramentas digitais disponíveis, sem ter que se deslocar fisicamente ao cartório.

AVALIAÇÃO - Notários de todo o Maranhão prestigiaram o evento de lançamento da Central Única de Cartórios. Ana Lúcia, do Ofício Único da cidade de Jatobá, ressaltou que a Corregedoria e os registradores do Estado dão um grande passo para a modernização dos serviços dos cartórios, principalmente, no quesito regularização fundiária.

Para o substituto do 1º Oficio de São José de Ribamar, Clemilson Moura, a implantação da Central dos Cartórios eliminará excessos burocráticos e agilizará procedimentos. Já para Henrique Vieira, escrevente e representante do titular do 1º Oficio de Paço do Lumiar, a Central de Cartórios dará maior agilidade no atendimento e a população será a maior beneficiada.

A CORREGEDORA ANILDES CRUZ E O JUIZ GLADISTON CUTRIM FORAM HOMENAGEADOS COM A CONCESSÃO DE UMA PLACA EM RECONHECIMENTO DO ESFORÇO E TRABALHO COMPARTILHADO JUNTO A CLASSE NOTARIAL E REGISTRAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS COMPARTILHADOS DO MARANHÃO.

CIDADANIA

3ª VARA DA FAMÍLIA DE SÃO LUÍS CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO NA VILA CASCAVEL

A 3ª Vara da Família de São Luís celebrou, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), casamento comunitário de 60 casais no bairro Vila Cascavel. O casamento solicitado pela Igreja Assembleia de Deus foi celebrado pelos juízes Joseane Correia Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, e André Ewerton Martins, titular da Comarca de Morros. O casamento ocorreu na Igreja Assembleia de Deus localizada na Vila Cascavel. Os casais lotaram o templo, local onde receberam as últimas instruções sobre a celebração e, assinaram, ao lado das testemunhas, o livro de registro.

A juíza Joseane Bezerra abriu a solenidade ressaltando a importância da regularização conjugal dos casais, muitos dos quais já vivem juntos por mais de uma década, destacando que o Poder Judiciário almeja alcançar os anseios da população que necessita desse direito, mas não tem condições financeiras de arcar com as despesas cartorárias.

"A partir dos casamentos que realizamos no Fórum, as igrejas acabam solicitando casamentos comunitários, além daqueles realizados anualmente pela Corregedoria da Justiça do Maranhão", ressaltou Joseane Bezerra.

Para o diácono da igreja, Clelson Alves, as expectativas foram alcançadas, pois conseguiram unir os 60 casais na forma da lei e gratuitamente. "A importância do projeto Casamentos Comunitários para a sociedade se traduz na realização de sonhos, como este que acontece para essas 120 pessoas e seus familiares nesta noite" concluiu o diácono.

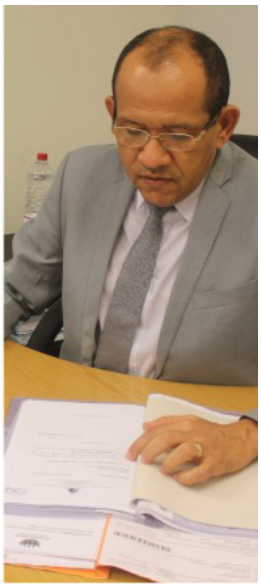
A celebração do casamento foi a oportunidade para Carlos Henrique e Maria Cristina, juntos há 6 anos, com dois filhos, oficializarem a união perante a Justiça. Milena Alves e Edivaldo Silva, de 18 e 24 anos, respectivamente, também aproveitaram a oportunidade para casar após três anos de namoro.

Além dos juízes Joseane Bezerra e André Martins, os atos de celebração do casamento também tiveram a participação da juíza de paz, Ana Paula Carvalho.

> "A importância do projeto Casamentos Comunitários para a sociedade se traduz na realização de sonhos, como este que acontece para essas 120 pessoas e seus familiares nesta noite"
>
> **Clelson Alves** diácono

CELERIDADE PROCESSUAL

DADOS RETRATAM ATUAÇÃO DA COMISSÃO SENTENCIANTE NAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL



O trabalho da Comissão Sentenciante Itinerante, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), está contribuindo para maior celeridade e resolutividade nas demandas processuais da 2ª Vara Cível de São Luís. A comissão, composta por juízes auxiliares, recebeu, em um mês, 1.285 processos daquela vara e analisou 790, proferindo 500 sentenças, 31 despachos e 259 decisões. O objetivo é impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento, com a devida entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

"Procuramos sanear o processo, resolvendo questões processuais pendentes. Nosso objetivo é proferir a sentença de mérito. Procuramos solucionar o litígio, dando uma resposta ao jurisdicionado", afirmou o juiz Clésio Coelho Cunha, integrante da comissão. A próxima unidade a receber o apoio da comissão será a 3ª Vara Cível. Depois será a vez da 7ª Vara Cível da capital. Esse mesmo trabalho já foi realizado na 1ª Vara Cível, nos meses de março e abril deste ano, quando foram impulsionados 1.426 processos, dos quais 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças.

A escolha das unidades para receber o apoio da Comissão Sentenciante se dá após realização de diagnóstico da realidade da demanda judicial das Varas Cíveis da Comarca da Ilha de São Luís, considerando aquelas com maior taxa de congestionamento. Na definição das primeiras quatro varas eleitas foram levados em consideração a base de dados do acervo geral, processos conclusos (há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e taxa de congestionamento apresentados por meio de gráficos comparativos de dados quantitativos, dentre outros aspectos.

Clésio Coelho Cunha destacou a importância do apoio dado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e pelo diretor do Fórum de São Luís e coordenador da Comissão Sentenciante, juiz Sebastião Bonfim, aos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. A corregedora Anildes revitalizou e deu novo foco à comissão, criada na gestão anterior, além de disponibilizar assessores e uma equipe de servidores para compor comissão. O diretor do fórum, conforme destaca Clésio Coelho, vem dando todo o apoio necessário, contribuindo de forma significativa para os resultados alcançados pela comissão.

RECONHECIMENTO - Clésio Coelho Cunha afirmou que os resultados alcançados pela equipe têm sido destacados, principalmente por advogados e pelas partes. No início deste mês, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que "suas decisões são tecnicamente muito boas", diz a manifestação. O juiz acrescentou, ainda, que há também uma boa receptividade por parte dos advogados. "E isso é muito importante, pois sem o advogado não se tem justiça", acrescentou.

ATUAÇÃO – o trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante está alinhado ao Plano de Ação da atual gestão que pretende reduzir as taxas de congestionamento processual na Justiça de 1º grau. Sua atuação depende da anuência do magistrado titular da unidade jurisdicional ou de requerimento prévio, salvo quando determinado pela corregedora-geral de Justiça, por indicação de relatório correicional. Escolhida a unidade jurisdicional, uma equipe itinerante composta por magistrados e servidores vai até a unidade judicial para fazer uma inspeção. Há também reuniões prévias com os juízes titulares das unidades escolhidas para receber o trabalho da comissão.

A Ouvidoria do TJMA encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que "suas decisões são tecnicamente muito boas", diz a manifestação.

METAS/CNJ

CORREGEDORIA DESTACA RESULTADOS POSITIVOS NOS JULGAMENTOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

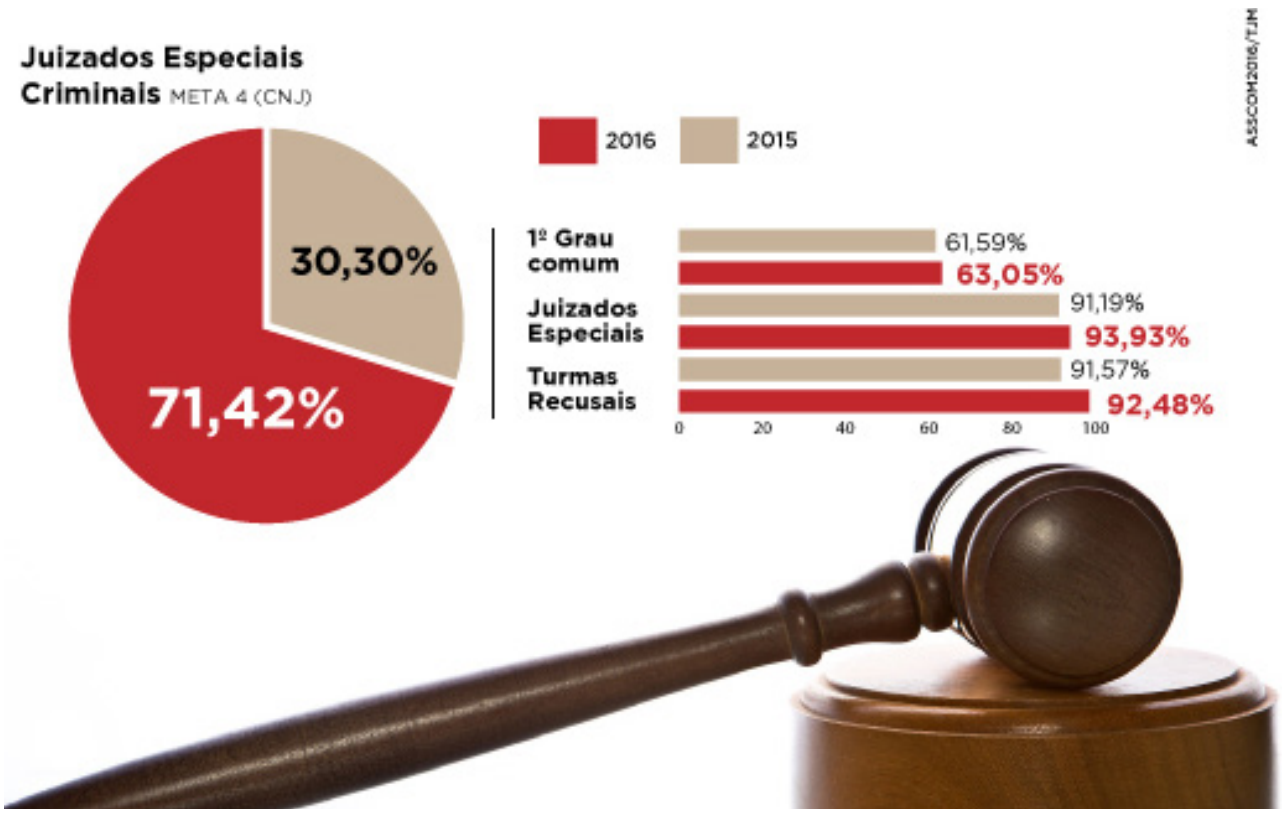
A Corregedoria Geral da Justiça fez uma avaliação do cumprimento das metas de produtividades estabelecidas pelo Judiciário nacional e destacou aspectos positivos dentre os resultados obtidos no julgamento da demanda judicial em nível de primeiro grau nas comarcas do Estado, no primeiro semestre deste ano.

O comparativo de desempenho no período de janeiro a junho de 2015 e 2016, demonstrou pontos positivos decorrentes da proximidade do alcance das metas previstas para serem cumpridas até o final deste ano

META 1
julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, os percentuais foram positivos para o 1º grau comum (varas judiciais) com 63,05% de alcance da meta estipulada, 1,46% a mais de julgamentos em comparação ao mesmo período de 2015. Os Juizados Especiais julgaram 93,93%, superando em 2,74% o ano anterior, e as Turmas Recursais 92,48%, com acréscimo de 0,91%.

META 2
identificar e julgar, nos juizados especiais e turmas recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, os resultados positivos foram de 92,69% dos processos já julgados, que representam um crescimento de 1,34%, e 98,99% nas Turmas Recursais, perfazendo o resultado positivo de 3,07% a mais de ações julgadas.

META 4
identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas 31/12/2013, os juizados especiais criminais foram os responsáveis pelo saldo positivo: 41,12%.



CELERIDADE PROCESSUAL

CORREGEDORIA DISPONIBILIZA CARTILHA SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD

A Corregedoria disponibilizou a cartilha "Modelo de Processo Administrativo Disciplinar", com informações úteis para o trabalho dos magistrados na apuração da responsabilidade disciplinar pela prática de infrações funcionais por servidores e delegatários de serventias extrajudiciais.

A publicação contém modelos de portarias de instalação de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD); ofícios; termos; certidões; intimações e informações referentes ao correto trâmite do Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) - da instalação até a decisão final do processo.

O lançamento oficial da cartilha ocorreu em sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, no mês de junho, quando a corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz apresentou o documento aos desembargadores. "Compartilhando ideias, decisões e informações como essas, é que iremos avançar rumo ao propósito maior que é a plena distribuição da Justiça", explicou a corregedora.

A cartilha foi elaborada pela juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ-MA e responsável pelos serviços extrajudiciais e pelo assessor Lourival Ramos Júnior, com o auxílio de servidores da comunicação da Corregedoria e do TJ.

Segundo a juíza Sara Gama, a edição da cartilha foi motivada por pedidos dos juízes de direito sobre modelos de procedimentos que pudessem auxiliar o trabalho disciplinar dos magistrados. "A ideia é compilar peças de ordem prática, em forma de roteiro, para facilitar e agilizar a tramitação das atividades disciplinares", explicou a auxiliar da Corregedoria.

Julho

Prosseguindo com as ações positivas em âmbito judicial e extrajudicial, a corregedora Anildes Cruz regulamentou a realização das audiências de custódia por meio do Provimento 11/2016, visitou os termos judiciários de Raposa, Paço do Lumiar e São José Ribamar, onde fiscalizou a realização dos serviços judiciais e conversou com juízes buscando estabelecer melhorias. Pelo Provimento 12/2016, descentralizou as competências do 1º e 2º Ofício de Imóveis, para melhorias administrativas, e criou uma equipe de servidores (presidida por juízes auxiliares) para inspeção em serventias extrajudiciais. Ainda em julho, efetivou mais uma etapa do projeto "Trocando Ideias", com juízes de Direito em vitaliciamento na carreira. O projeto presta apoio e orientação para o exercício das atividades judicantes nas mais diversas áreas.

REGRAS

CGJ REGULAMENTA NOVOS PROCEDIMENTOS PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE PRESOS EM FLAGRANTE

A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou os procedimentos para a realização das audiências de custódia para apresentação pessoal do preso em flagrante ao juiz no prazo de 48 horas, de acordo com a convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

O Provimento nº 11/2016, publicado no Diário da Justiça, assegura à pessoa presa em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva a apresentação à autoridade judicial para a realização da audiência de custódia e regulamenta esse procedimento nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e no interior do Estado.

Nas comarcas acima de 100 mil habitantes, as audiências de custódia serão realizadas em até 48 horas, após a comunicação da prisão em flagrante. Já nas comarcas com menos de 100 mil habitantes, a implantação da audiência de custódia ocorrerá de forma gradativa, conforme o índice populacional e as condições estruturais.

Depois de São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar, as comarcas de Timon, Caxias, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Balsas são as que possuem mais habitantes.

Segundo a juíza corregedora Rosângela Prazeres, a regulamentação considerou a dificuldade encontrada pelos juízes das comarcas pequenas do interior em garantir a realização das audiências de custódia devido à estrutura dos órgãos integrantes dos sistemas de Justiça e segurança pública.

PRISÃO EM FLAGRANTE - Nos casos de prisão em flagrante ocorridos em São Luís, as audiências de custódia serão feitas pelos juízes da Central de Inquérito do fórum "Des. Sarney Costa". Nos demais termos judiciários da região metropolitana - Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar -, as audiências de custódia serão realizadas pelos próprios juízes desses termos, nos dias úteis, durante o expediente forense.

Aos finais de semana e feriados, os autos de prisão em flagrante ocorridos nos termos judiciários de toda a Região Metropolitana serão recebidos no plantão judicial, junto à Central de Inquéritos de São Luís, para análise da regularidade da prisão e realização da audiência de custódia.

Durante a realização da audiência, o juiz informará o autuado da possibilidade de não responder às perguntas que forem feitas e o entrevistará sobre a sua qualificação, condições pessoais, tais como estado civil, grau de alfabetização, meio de vida ou condições pessoais, como estado civil, grau de alfabetização, meios de vida ou profissão, local de residência, lugar onde exerce sua atividade, ainda, circunstâncias objetivas da sua prisão.

> NAS COMARCAS ACIMA DE 100 MIL HABITANTES, AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA SERÃO REALIZADAS EM ATÉ 48 HORAS, APÓS A COMUNICAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE.

MELHORIAS

1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS

Na regulamentação das alterações da lei, a Corregedoria determinou a manutenção do acervo de livros e documentos do serviço registral da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís, quando da instalação da 3ª e 4ª zonas de registro de imóveis do mesmo município, desmembradas daquela serventia pela nova lei.

Determinou, ainda, a transferência imediata do acervo de livros e documentos do serviço notarial do 1º Ofício inseridos no artigo 191 do CDOJ-MA, passando para as serventias extrajudiciais do 2º Ofício, tendo em vista a desacumulação das atribuições de tabelionato de notas.

As medidas da Corregedoria estão disciplinadas no **Provimento nº 12/2016**, assinado no dia 1º de julho deste ano pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e publicado no Diário da Justiça do dia 5 de julho.

FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA REALIZA CORREIÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA

A Corregedoria cumpriu programação de correições ordinárias nas comarcas do interior do Estado, localizadas na Região Tocantina. Os trabalhos foram realizados nas comarcas de Amarante do Maranhão e Imperatriz.

Durante a atividade correicional dos serviços judiciais, a juíza auxiliar Rosângela Prazeres e o juiz gestor de Metas e Planejamento Estratégico, Gladiston Cutrim, colheram informações junto aos advogados e partes sobre a atuação do juiz na unidade e orientaram os serviços forenses.

"Recebemos boas referências quanto ao trabalho desenvolvido na comarca", informou a juíza Rosângela Prazeres.

O prédio que abriga o fórum está equipado com quantidade suficiente de aparelhos de informática, de modo a atender a necessidade dos servidores e dos jurisdicionados, mas possui problemas estruturais, como rachaduras e infiltrações, o que influencia na segurança de todos, inclusive da população atendida na unidade. A equipe verificou também carência de servidores naquela vara única, que possui um déficit de três cargos vagos a serem providos por concurso público.

DIÁLOGO

COMITIVA DA OAB-MA DE AÇAILÂNDIA É RECEBIDA NA CORREGEDORIA

A corregedora Anildes Cruz recebeu representantes da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Açailândia, Stela Anicácio (presidente), Daniel Galvão (vice-presidente) e Waldelicy Gonçalves (secretária-geral). Eles apresentaram uma pauta de reivindicações para redução do congestionamento processual naquela comarca.

A corregedora ressaltou o esforço conjunto de toda a Corregedoria e juízes em busca de melhorias na prestação jurisdicional. "Diante da crise financeira, estamos buscando mecanismos que nos ajudem a melhorar a prestação jurisdicional na Justiça de 1º grau, área que mais sofre com a falta de juízes e servidores", explicou a corregedora.

Stela Anicácio, presidente da Subseção, manifestou preocupação com a atual situação jurisdicional em Açailândia, ao mesmo tempo que compreende as limitações que o judiciário estadual enfrenta.

A desembargadora Anildes Cruz elogiou a intenção dos advogados em tentar solucionar os problemas de forma compartilhada, como está sendo trabalhado desde o início da sua gestão. A corregedora assegurou que vai encaminhar medidas para reduzir o índice de congestionamento processual na comarca. "Não descartamos acionar a Comissão Sentenciante Itinerante e a realizar mutirões de conciliação e julgamentos para desafogar as unidades judiciais de Açailândia", assegurou.

Participaram da reunião, os juízes auxiliares Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), Márcia Chaves (Juizados Especiais), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais) e Rosária Duarte (Serventias Judiciais). O juíz André Bezerra Ewerton Martins, recentemente promovido para a Comarca de Açailândia, durante sessão plenária do TJMA, também participou do ato.

CIDADE OLÍMPICA

ENCAMINHADA MEDIDAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Pelo menos 1500 famílias da Cidade Olímpica devem receber o título de propriedade dos imóveis nos próximos meses. O assunto foi debatido durante reunião presidida pela juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama - responsável pelas Serventias Extrajudiciais e com a juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital, Luzia Neponucena.

Segundo Luzia Neponucena, o bairro Cidade Olímpica foi ocupado há 19 anos, em uma área total de 270 hectares, adquirida posteriormente pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), absolvida pela Empresa Maranhense de Habitação - EMARPH. Esta, fez doação da área ao Estado do Maranhão, que a transformou em loteamento urbano em dezembro de 2003.

"Entretanto, os 9770 lotes para os quais foram abertas novas matrículas, permanecem como propriedade do Estado, o que jamais poderia acontecer, vez que o parcelamento em lotes já conferia a doação destes imóveis aos ocupantes ali identificados", pontuou a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da capital. Duas cerimônias de entrega de títulos já ocorreram no 2º semestre de 2016 na Santa Efigênia.

ACOMPANHAMENTO

PROJETO 'TROCANDO IDEIAS' ORIENTA E APOIA JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A Corregedoria efetivou mais uma etapa do projeto "Trocando Ideias", que visa a dar suporte aos juízes de Direito em vitaliciamento na carreira. O projeto presta apoio e orientação para o exercício das atividades judicantes nas mais diversas áreas.

Nos encontros, realizados trimestralmente, os juízes em processo de vitaliciamento recebem orientação e acompanhamento. As atividades têm a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria e de convidados, que contribuem com o debate e esclarecimento das dúvidas existentes do tema escolhido pelos vitaliciandos.

Nessa edição do projeto o tema escolhido foi execução penal. Membros da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF/TJMA) apresentaram dados e abriram a discussão sobre temas como superlotação nas unidades prisionais, transferência de presos, emissão de cartas de guia, dentre outros. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, destacou a experiência da Unidade desde a sua criação até a atualidade, enfatizando aos vitaliciandos que eles devem pensar como juízes. "Nós somos juízes, e devemos agir como tais na aplicação da lei".

AVANÇO

CRIADA EQUIPE DE SERVIDORES DA CGJ PARA INSPECIONAR AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A Corregedoria Geral da Justiça criou uma equipe de servidores, sob a presidência das juízas auxiliares da Corregedoria, Sara Gama, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para conduzirem os trabalhos de inspeção de serventias extrajudiciais.

Por meio da Portaria nº 2253/2016, a desembargadora Anildes Cruz designou os servidores Acayene Lopes, Adriano Braga, Arthur Neto, Andrea Coelho, Cláudio Bernardes, Eliana Ferreira, Germano Ribeiro, Jammson Almeida, Josmar Filho, Lourival Júnior, Priscilla Souza, Rita de Cássia de Nóvoa, Rafael Ribeiro, e Tânia Ramos.

INSPEÇÃO Durante os trabalhos de inspeção extraordinária não ficarão suspensos o atendimento ao público pelas serventias extrajudiciais. Após o encerramento dos trabalhos de inspeção serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por serventia extrajudicial, das atividades e dos fatos que forem constatados durante sua realização.

Compete à corregedora Anildes Cruz, por deliberação própria, fiscalizar, em caráter geral e permanente os serviços extrajudiciais do Estado do Maranhão.

CGJ ITINERANTE

TERMOS JUDICIÁRIOS DE RAPOSA, PAÇO DO LUMIAR E RIBAMAR RECEBEM COMITIVA DA CORREGEDORIA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou os termos judiciários de Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, integrantes da Comarca da Ilha de São Luís. Durante as reuniões, os juízes diretores dos fóruns apresentaram demandas à corregedora.

No termo de Raposa, com um acervo de 1.842 processos; 978 estão conclusos ao juiz. Em 2016 já foram distribuídos 566 processos. O acervo total é de 4.513 ações judiciais. O termo processa e julga todas as matérias de competência da Justiça estadual, a exemplo de fazenda pública, juizados, Maria da Penha, família e crimes contra crianças e adolescentes.

Em Paço do Lumiar a corregedora Anildes Cruz foi recebida pela juíza Jaqueline Caracas, titular da 1ª Vara. Segundo a juíza, o principal problema da unidade judicial são as obras do prédio que abriga o fórum. O prolongamento das obras tem atrapalhado os serviços judiciais. "Estamos trabalhando em estrutura reduzida, fato que impossibilita a melhoria da prestação jurisdicional no termo", explicou a magistrada.

Em São José de Ribamar, termo judiciário com cinco Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal, a diretora do fórum, juíza Teresa Mendes, apresentou as instalações da unidade à corregedora. Teresa Mendes solicitou a abertura do Depósito e Arquivo Público para recebimento de bens apreendidos nos três termos integrantes da Comarca da Ilha. Segundo a juíza, até então, os espaços só acondicionam bens do termo de São Luís.

TRANSPARÊNCIA

CGJ REALIZA AUDIÊNCIA E SORTEIA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS VAGAS E NÃO INSTALADAS

A audiência foi convocada através do Edital n.º 4/2016, de 22 de julho, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

Participaram do ato os juízes auxiliares da CGJ, Sara Gama (serventias extrajudiciais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), o diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, e o assessor jurídico do 2º Tabelionato de Protestos e Títulos da Capital, Juvêncio Costa Belfort.

Seguindo o estabelecido nas resoluções, as serventias - antes do sorteio - foram agrupadas pelas datas de criação, da seguinte forma:

Grupo 1 – Serventias Extrajudiciais com data de vacância e criação em 30/11/2000;

Grupo 2 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância em 13.04.2015 e criação em 10/11/1994;

Grupo 3 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância em 13.10.2015 e criação em 10/11/1994;

Grupo 4 - Serventias Extrajudiciais com data de vacância e criação em 25/05/2016.

RESOLUÇÕES - a Resolução 27/2016, que aprova o Regulamento do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações de Notas e de Registro do Estado do Maranhão – Ingresso e Remoção, alterou a Resolução 28/2010. O documento estabelece em seu artigo 4º, § 2º, que "Quando vagas e criadas na mesma data, ou criadas na mesma data e ainda não instaladas, a ordem de que trata o caput deste artigo será estabelecida por sorteio, em audiência pública, presidida pelo corregedor-geral da Justiça e convocada com cinco dias de antecedência, por meio de edital, a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico".

Agosto

Cumprindo meta prevista no Plano de Gestão, a corregedora Anildes Cruz vistoriou diversas comarcas do interior do Estado. Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita receberam a visita da desembargadora. No extrajudicial inovou, por meio dos Provimentos 18 e 19/2016 autorizou a intimação via edital digital de devedores; e a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública. Agosto ainda reservou espaço para a Corregedoria instituir, pelo Provimento 22/2016, a MPUe - Medida Protetiva de Urgência Eletrônica, que revolucionou o modo como as ocorrências de violência doméstica chegam à Justiça de 1º grau.

CGJ ITINERANTE

COMARCAS DE ICATU, MORROS E ROSÁRIO RECEBEM VISITA DA CORREGEDORA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, cumprindo ação prevista no Plano de Gestão para melhoria da Justiça de 1º Grau, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual, visitou as comarcas de Icatu, Morros e Rosário, onde foram avaliados itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores.

Acompanhada da juíza auxiliar CGJ, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e do diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, a corregedora Anildes Cruz conversou com o juiz titular de Icatu, Karlos Alberto Mota, que também respondia pela comarca de Morros.

O magistrado apresentou um acervo de 3.503 processos, dos quais 2.564 em tramitação, 1.477 arquivados e 422 conclusos. Karlos Alberto expôs as rotinas do fórum, ressaltando as boas condições de trabalho, com quadro satisfatório de servidores, mas necessitando de analista judicial. A corregedora chamou atenção para cumprimento das rotinas de alimentação do sistema Themis, para aferição de produtividade, cujos dados são utilizados para promoção e remoção de magistrados.

No fórum de Morros, a corregedora foi recebida pelo secretário judicial da comarca, Emanoel Botelho. Nesta unidade a corregedora detectou alguns problemas estruturais no piso, luminárias, falhas elétricas, dentre outros. Diante da situação, Anildes Cruz determinou a produção de relatório e posterior envio ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

A juíza Rosângela Prazeres recomendou ao secretário a contagem manual dos processos para aferir se os números correspondem ao indicado no sistema Themis, com a atualização dos "status" e localização processual.

Em Rosário, a comitiva da Corregedoria foi recebida pelos juízes titulares Karine Castro (1ª Vara) e José Augusto Sá Leite (2ª Vara). Na unidade tramitam 4.262 processos, dos quais 2.174 na 1ª Vara e 2.088 na 2ª Vara. Os juízes apresentaram a estrutura predial do fórum, apontaram as reformas necessárias em razão de infiltrações e solicitaram equipamentos de informática para a melhoria dos trabalhos judiciais, dentre outras reivindicações.

Nos encontros, a corregedora-geral ratificou a parceria da CGJ na priorização dos julgamentos das ações judiciais, e conclamou os magistrados a participarem desse esforço conjunto. "Precisamos priorizar a celeridade processual e melhorar a prestação jurisdicional aos que buscam os serviços judiciais", ressaltou a desembargadora Anildes Cruz.

"Precisamos priorizar a celeridade processual e melhorar a prestação jurisdicional aos que buscam os serviços judiciais",

Anildes Cruz desembargadora

EM UMA SEMANA

CORREGEDORA VISITOU OITO COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO

Corregedora Anildes Cruz iniciou visitas pela comarca de Caxias. Participou de seminário promovido pela Esmam

No período de 16 a 19 de agosto a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou oito comarcas do interior do Estado. Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita, foram as primeiras unidades judiciais a receber a visita da corregedora, que busca acompanhar o desempenho da Justiça de 1º grau, dialogando com juízes e servidores em busca da melhoria na prestação jurisdicional.

Nas visitas, a corregedora encontrou, dentre outros, problemas como a falta de servidores, insuficiência de mobiliário para comportar a demanda processual, aparelhos de ar-condicionado sem manutenção e outros esperando instalação há mais de um ano, e até a necessidade de alugar um outro prédio para funcionamento do fórum, como é o caso da comarca de Timbiras.

Para as questões de trâmite administrativo de competência da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), os pedidos aos setores responsáveis foram encaminhados imediatamente; os problemas de ordem macro foram inseridos em relatório entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária do TJMA, sugerindo a resolução de forma compartilhada.

Nas visitas são vistoriadas as condições estruturais dos fóruns, mobiliário, equipamentos, números de servidores, entre outros. A corregedora adentra as secretarias judiciais, conhece as metodologias de trabalho, os problemas, as reivindicações, dialoga e alerta os juízes acerca do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para a desembargadora, é preciso ir além dos relatórios mensais que a Corregedoria recebe, e conhecer de perto a realidade vivida nos fóruns para efetivamente melhorar a Justiça de 1º grau.

> "Problemas existem, assim como as boas práticas que almejam a melhoria da prestação jurisdicional, por isso, precisamos corrigir os erros e apoiar as iniciativas que fortalecem o Poder Judiciário junto à sociedade"
>
> **Anildes Cruz** desembargadora

EM CAXIAS

CORREGEDORA ANILDES CRUZ CUMPRIU EXTENSA AGENDA DE COMPROMISSOS E REUNIÕES

Em visita à Caxias, a corregedora Anildes Cruz cumpriu extensa agenda de compromissos e reuniões. A desembargadora participou do III Seminário de Atualização Jurídica promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); vistoriou os serviços judiciais do Fórum Des. Artur Almada Lima; as correições ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria; e no final da visita, reuniu com os juízes da comarca para tratar de assuntos jurisdicionais.

Durante a vistoria realizada no fórum local, a desembargadora foi recebida pelos juízes Sidarta Gautama (titular da 1ª Vara e Diretor do Fórum) e Marcela Lobo (titular da 5ª Vara).

Os magistrados apresentaram as instalações e a estrutura do fórum. Rachaduras atingem diversas áreas do prédio (piso, paredes e vidraças), mas segundo o Juiz Diretor, vistoria já realizada pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça atesta que são superficiais e não há perigo de desabamento. Por falta de manutenção, elevadores estavam parados há mais de um ano, comprometendo a acessibilidade às varas que estão localizadas no piso superior do fórum. Outro problema, segundo os magistrados, é a falta de isolamento acústico das salas de audiências, fato que compromete o sigilo dos atos.

A corregedora determinou a produção de relatório com anotação de todas as problemáticas encontradas e reivindicações realizadas pelos magistrados, documento que a desembargadora entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, requerendo o encaminhamento das melhorias.

REUNIÃO - No final do dia, a corregedora Anildes Cruz, acompanhada de sua equipe de assessores e juízes auxiliares, reuniu-se com todos os magistrados da comarca para uma conversa e apresentação das ações que a Corregedoria desenvolve nos últimos meses.

Os juízes Sidarta Gautama Farias Maranhão (1ª Vara), Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara), Paulo Afonso Vieira Gomes (3ª Vara), Antonio Manoel Araújo Velozo (4ª Vara), Marcela Santa Lobo (5ª Vara), e João Pereira Neto, do Juizado Especial Cível e Criminal, participaram do encontro.

Entre os diversos temas abordados, os juízes direcionaram suas preocupações para a questão da realização das audiências de custódia e a escolta de presos para as audiências criminais. Sidarta Gautama disse que só há uma viatura da polícia para atender a demanda em Caxias. Segundo os magistrados, a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) está no limite e sem capacidade para abrigar mais presos, além da falta constante de policiamento no local (agentes penitenciários).

A corregedora enfatizou a importância dos magistrados, na impossibilidade de realizarem as audiências de custódia por motivos alheios ao Poder Judiciário, justificarem por escrito em suas decisões.

A juíza auxiliar, Rosângela Prazeres, ressaltou que no processo de elaboração do Provimento n.º 11/2016, que regulamenta a realização das audiências de custódia por determinação da Resolução n.º 213 do CNJ, a Corregedoria oportunizou através de reuniões e prazos a sugestão e participação de todas as instituições envolvidas, inclusive o Poder Executivo através das Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. "Todo o trabalho desenvolvido pela Corregedoria em relação às audiências de custódia são de pleno conhecimento do CNJ, a nossa realidade e dificuldades inclusive", explicou a juíza.

O juiz Gladiston Cutrim entregou aos magistrados relatório das metas do CNJ contendo as taxas de congestionamento de cada unidade judicial, e lembrou aos colegas a importância do acompanhamento dos números e cumprimento das metas estipuladas.

BOAS PRÁTICAS

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO JUDICIAL EM COELHO NETO

Em visita realizada dia 17 de agosto, à Comarca de Coelho Neto, a corregedora Anildes Cruz conheceu a metodologia de trabalho desenvolvida na unidade. A juíza Raquel Araújo de Menezes, titular da 1ª Vara, recebeu a corregedora e apresentou toda a estrutura do Poder Judiciário na cidade.

Durante a reunião, a juíza pontuou dados da prestação jurisdicional da 1ª Vara, destacando que nos últimos três anos as duas unidades (1ª e 2ª Varas) têm cumprido as metas e sendo reconhecidas com a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ). O relatório de atividades do ano de 2015, objeto de apresentação em audiência pública para a sociedade coelho-netense, e os dados de produtividade do período de janeiro a agosto desse ano, também constaram na exposição da juíza.

"Em 2015 tivemos um crescimento de 32,52% de produtividade na realização das audiências em comparação à 2014, conseguindo diminuir o acervo processual em 62,69%, baixando a quantidade de 2402 processos para 1506 ações", declarou Raquel de Menezes.

Segundo a juíza, o trabalho desenvolvido de forma alinhada com os servidores, resultou em um índice de 112% de operosidade na 1ª Vara em de 2015. Em 2016, apesar da demanda crescente, com a distribuição mensal média de 250 processos, a unidade tem conseguido manter o nível de produtividade, mesmo diante de algumas dificuldades.

"Em 2016 já alcançamos as metas 4 e 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); estamos focados em atingir a meta 1, que é um desafio diante da crescente distribuição processual", finalizou a juíza Raquel de Menezes.

Ainda na apresentação, a magistrada ressaltou os projetos sociais que estão sendo desenvolvidos na comarca. "Justiça e Cidadania - Porque Fazer o Bem Faz Bem" tem por objetivo aproximar o Poder Judiciário da comunidade local mediante a realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, e incentivar a realização da cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto.

"Cartilha da Justiça" visa alcançar os estudantes da rede municipal de ensino dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. Produzida pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMA, a Cartilha da Justiça visa promover o contato direto entre estudantes e professores do ensino fundamental com o Poder Judiciário, possibilitando um acesso mais fácil às noções de cidadania e de justiça. Por meio de ilustrações com histórias em quadrinhos, a Cartilha aborda temas diversos, como a separação dos poderes, atribuições dos magistrados, promotores, polícia, advogados e defensores públicos. Conciliação, ativismo judicial e meio ambiente também são abordados na publicação.

A corregedora Anildes Cruz fez diversos elogios ao trabalho e resultados obtidos nas duas varas. A desembargadora afirmou que a magistrada Raquel de Menezes honra e dignifica a magistratura do Maranhão, se referindo ao empenho constante na melhoria da prestação jurisdicional, e no afinco e determinação na implementação de projetos sociais que ajudam a sociedade de Coelho Neto e dos demais termos judiciários à promoção da cidadania.

"As magistradas da 1ª e 2ª Varas, bem como todos os servidores do fórum estão de parabéns pelo trabalho desenvolvido, sigo viagem na certeza de que os jurisdicionados dos termos estão bem servidos de Justiça", finalizou a corregedora Anildes Cruz.

PEDIDOS - a juíza Raquel de Menezes apresentou à corregedora e sua equipe de assessores, algumas reivindicações, para a melhoria do trabalho desenvolvido. A disponibilização de policial militar para o fórum; a climatização das áreas internas do prédio, em especial o corredor que serve de espera para as audiências; a troca do disjuntor de energia, para dar fim às oscilações elétricas que atingem o fórum; e a cobertura da garagem.

A corregedora informou que vai cobrar do Poder Executivo através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária, a regularização dessa situação, que segundo a desembargadora é inadmissível. Quanto aos pleitos administrativos, eles constaram de relatório com pedido formal entregue durante sessão plenária ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

PAZ EM CASA

CORREGEDORA PRESENTE À V SEMANA 'JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA' EM COROATÁ

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou, em Coroatá, das atividades que integraram a V Semana "Justiça pela Paz em Casa".

O evento organizado pelos juízes Josane Braga (1ª Vara) e Francisco Ferreira (2ª Vara), foi aberto com debates, dinâmicas e palestras sobre autoestima e tipos de violência com as psicólogas Vilma Buna e Marluce Viégas. Também foram repassadas, por profissionais da saúde, informações e orientações de prevenção às mulheres; realizados testes de glicemia, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV, vacinas, entre outros.

A corregedora Anildes Cruz saudou o público presente ressaltando o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) no combate à violência contra a mulher. "Ações que fortalecem a rede de proteção da mulher e promovidas pela Justiça de 1º grau, a exemplo do que acontece em Coroatá, têm o nosso total apoio", afirmou a desembargadora.

Além das ações preventivas e de orientação, as mulheres tiveram espaço para momentos de cuidados com a beleza e autoestima. Um estúdio de maquiagem foi montado para atender o público presente. A corregedora Anildes Cruz fez a entrega de brindes às estudantes sorteadas.

De acordo com a juíza Josane Braga, o evento é o primeiro de muitos que acontecerão na comarca. "O Poder Judiciário precisa levar informação e orientação à sociedade como forma de proporcionar às mulheres, o exercício dos seus direitos como cidadãs", declarou a magistrada.

O juiz Francisco Ferreira disse que o evento realizado pela comarca através dos magistrados, servidores e com apoio de parceiros, alcançou o objetivo de mobilizar a sociedade e chamar a atenção da população para questão tão importante. Após a fala do juiz foi exibido o filme "A Preciosa", inserido dentro da temática do evento.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), e o diretor da Secretaria da CGJ, Gustavo Campos, acompanharam a corregedora nas visitas aos fóruns do interior do Estado.

> "Ações que fortalecem a rede de proteção da mulher e promovidas pela Justiça de 1º grau, a exemplo do que acontece em Coroatá, têm o nosso total apoio"
>
> **Anildes Cruz** desembargadora

APAC COROATÁ

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA AOS PRESOS

A corregedora Anildes Cruz visitou a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Coroatá. A corregedora conversou com membros da diretoria da instituição, recebeu informações sobre o funcionamento das atividades assistenciais e conheceu as instalações onde condenados participam das atividades de auxílio na recuperação e reintegração social enquanto cumprem penas privativas de liberdade.

A APAC de Coroatá fica localizada no bairro de Trizidela. Segundo informações da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, a APAC de Coroatá tem capacidade para 34 recuperandos, mas abriga, atualmente, 22 internos, que participam de atividades laborais como a produção e comercialização de redes de dormir.

Os juízes Rosângela Prazeres, auxiliar da CGJ-MA; e Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico; Josane Farias Braga (1ª vara), diretora do fórum de Coroatá, e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara) e o diretor da secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, acompanharam a visita.

INÉDITO

CORREGEDORA REALIZA ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM CANTANHEDE

Em visita realizada à comarca de Cantanhede, a corregedora Anildes Cruz prestou atendimento ao público, oportunidade em que conversou com uma jurisdicionada, a professora Maria da Piedade, demitida após 23 anos de serviços prestados à Prefeitura de Pirapemas. "A professora deve juntar toda a documentação referente ao período trabalhado, inclusive os atos de nomeação e exoneração, e procurar um advogado para ajuizar uma ação judicial", orientou a corregedora. Durante a visita, o juiz Francisco Eduardo Girão Braga apresentou as instalações da comarca. O magistrado, que atua há um ano na unidade, entregou relatório descritivo da situação anterior e atual, e os trabalhos desenvolvidos no período. "Apesar das dificuldades temos avançado, mesmo diante da crescente demanda de 150 processos/mês de distribuição", explicou o juiz.

CELERIDADE

CORREGEDORIA ENCAMINHA INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS EM TIMON

Na comarca de Timon a corregedora Anildes Cruz conversou com os juízes Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes (1ª Cível), Susi Ponte de Almeida (2ª Cível), Rosa Maria da Silva Duarte (1ª Família), Simeão Pereira e Silva (2ª Família), Rogério Monteles da Costa (Juizado Especial Cível e Criminal), Josemilton Silva Barros (1ª Criminal e Diretor do Fórum) e Francisco Soares Reis Júnior (2ª Vara Criminal).

Os magistrados apresentaram toda a estrutura do Poder Judiciário em Timon, e solicitaram a implantação da central de mandados na comarca, com a inclusão do Juizado Especial Cível e Criminal no novo sistema. O funcionamento da central já foi autorizado há cerca de dois anos.

Os juízes foram informados que em decisão assinada pela corregedora, foi determinada a remessa do processo à Comissão de Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça, para apreciação da minuta do projeto de lei complementar que cria o cargo de Chefe da Central de Mandados. "Temos interesse em melhorar os serviços judiciários de 1º grau, e a chegada desse setor otimizará os trabalhos em Timon", ressaltou a corregedora Anildes Cruz.

DIÁLOGO

CORREGEDORIA OUVE SOLICITAÇÕES DOS JUÍZES DA COMARCA DE CODÓ

A comitiva da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) passou pela comarca de Codó no dia 18 de agosto, durante a semana de trabalho itinerante realizada pela corregedora Anildes Cruz e juízes auxiliares.

Em reunião no fórum, a corregedora discutiu os juízes Holídice Barros (2ª vara) e Ailton Lima (3ª vara e diretor do fórum), sobre as necessidades da comarca. A principal delas, o reforço de mais dois técnicos e três auxiliares para atuar nas secretarias judiciais das três varas e do juizado locais, que atualmente atendem à demanda de 5.505 processos em andamento.

O juizado possui um acervo de 1.021 processos em tramitação, do total. O juiz da 3ª vara que respondia pela unidade, relatou dificuldade com a lentidão no sistema de processo judicial eletrônico PJE, que dificulta os despachos.

Os juízes solicitaram, além da nomeação de pessoal, providências para adquirir equipamento de som para o júri, sistema de monitoramento por câmeras para dar mais segurança ao fórum, serviço de manutenção do sistema de ar-condicionado, além de cursos para qualificação dos servidores.

INOVAÇÃO I

CARTÓRIOS DE PROTESTO JÁ PODEM FAZER INTIMAÇÃO DIGITAL DE DEVEDOR DESCONHECIDO

Cartórios de protesto de títulos do Maranhão podem fazer a intimação via edital digital quando a pessoa indicada para quitar a dívida for desconhecida ou sua localização for incerta ou ignorada, ou, ainda, se houver recusa do pagamento.

A medida se aplica aos casos previstos na Lei nº 9.492/97 que regulamenta os serviços referentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida: se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.

A intimação por meio eletrônico deve seguir um modelo predefinido pela Corregedoria Geral da Justiça no **Provimento nº 18/2016**, assinado pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora geral da Justiça.

Ao assinar o documento, a corregedora considerou que "os tabelionatos de protesto de vários estados já adotam a publicação de seus editais em sítios eletrônicos, mantidos e custeados pelos tabeliães, com acesso gratuito às pessoas, em qualquer parte do mundo". Essa lei estabelece a possibilidade de intimação do devedor de título de crédito via edital, a adoção de sistemas informatizados em microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e outros meios de reprodução de documentos relacionados ao protesto de créditos e dispensa a conservação física desses documentos após a digitalização.

PORTAL DO PROTESTO – O edital eletrônico deverá ser publicado pelo tabelião no "Portal de Protesto" (www.protestoma.com.br) ou em endereço eletrônico da internet, na própria serventia e na imprensa local. A versão eletrônica do documento será publicada diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e estaduais.

INOVAÇÃO II

CARTÓRIOS DE PROTESTO JÁ PODEM RECEBER CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA POR MEIO ELETRÔNICO

A Corregedoria Geral da Justiça autorizou os cartórios de protesto extrajudicial do Estado do Maranhão a apresentação, por meio eletrônico, da Certidão da Dívida Ativa (CDA), visando ao protesto extrajudicial de dívida de contribuinte com a fazenda pública.

Poderão ser apresentadas por via digital para protesto as CDAs emitidas pela União, Estados e Municípios, bem como autarquias e fundações. A apresentação pode ser no original ou por simples indicação do órgão competente encaminhada por meio digital.

Quando for por indicação, o documento deverá constar, também, a declaração de que a dívida foi regularmente inscrita e o que o respectivo termo contém todos os requisitos exigidos por lei. Mas, em ambos os casos, o apresentante da CDA deve firmar declaração garantindo a origem e a integridade do documento digitalizado, bem como a posse da documentação digitalizada.

A decisão da desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça, por meio do **Provimento de nº 19/2016**, considerou que as novas tecnologias permitem a aprestação de serviços extrajudicial de maneira integrada, segura e célere, a partir da adoção de mecanismos de compartilhamento de dados digitalizados.

"A adoção de tais medidas representam considerável melhoria, em face da celeridade e da segurança demonstradas, da prestação dos serviços das serventias extrajudiciais", assegurou a corregedora Anildes Cruz no provimento.

FISCALIZAÇÃO I

CORREIÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL E TURMA RECURSAL DE CAXIAS

Centenas de processos no Juizado cível e criminal e da Turma Recursal de Caxias passaram por uma correição determinada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Tramitam no juizado caxiense 1.602 processos, dos quais cem foram revisados durante a correição extraordinária. Na Turma Recursal, o acervo em tramitação é de 554 processos, sendo parte deles submetidos à correição ordinária.

A corregedora Anildes Cruz, acompanhou pessoalmente os trabalhos da equipe responsável pela correição, presidida pela juíza coordenadora dos juizados especiais do Estado, Márcia Chaves, e auxiliada por servidores da Corregedoria deslocados para auxiliar nas atividades na comarca.

"No juizado, todos os processos avaliados na correição ordinária realizada pela Corregedoria em 2015 estão sendo reanalisados pela equipe correicional, dentre outros. Na turma recursal, vamos correicionar todos os processos. O que nos interessa, na verdade, é avaliar o trabalho da secretaria, verificar o número de recursos julgados por sessão e se os julgadores julgam por tema único ou variados", informou a coordenadora.

FISCALIZAÇÃO II

CORREIÇÃO ORDINÁRIA EM UNIDADES DE JUSTIÇA COMUM EM CAXIAS

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, acompanhou em Caxias a realização de correição ordinária na comarca, presidida pela juíza corregedora Rosária Duarte, no período de 15 a 19 de agosto, com o apoio de uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Foram analisados, em média, 70 processos em cada uma das quatro varas correicionadas.

Segundo a juíza corregedora, os trabalhos foram realizados com "tranquilidade", e dentro do prazo estabelecido pela Corregedoria.

A comarca de Caxias possui cinco varas da Justiça comum, 1 turma recursal e 1 juizado especial. Segundo o diretor do fórum, juiz Sidarta Gautama, somente na 1ª vara, 65% dos 13 mil processos em tramitação são de execução fiscal.

AVANÇO

COMISSÃO SENTENCIANTE DA CORREGEDORIA APRESENTA RESULTADOS POSITIVOS

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, conheceu os dados positivos resultantes do trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) nas Varas Cíveis da capital. A CSI foi reformulada com o objetivo estratégico de impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento. Os juízes Lorena de Sales Rodrigues Brandão, Gustavo Henrique Silva Medeiros e Clésio Coelho Cunha, integrantes da CSI, apresentaram a metodologia aplicada e gráficos comparativos do trabalho realizado.

Na 1ª Vara Cível, em que a CSI atuou nos meses de março e abril, foram impulsionados 1.426 processos, com 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças. Já na 2ª Vara Cível, através dos trabalhos realizados em junho e julho, foram analisados 1.295 processos, sendo 793 sentenças, 63 decisões e 439 despachos.

Em agosto a Comissão Sentenciante Itinerante atuou na 3ª Vara Cível, que possuía um acervo total de 6.139 processos, sendo 4.098 conclusos para despacho. Destes, 2.453 processos estavam conclusos há mais de cem dias. Cerca de 80% desta demanda foi analisada pela comissão.

A corregedora parabenizou todos os membros da Comissão, juízes e servidores, pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses. "O trabalho da CSI representa a busca pela duração razoável do processo e da prestação jurisdicional eficaz", declarou a corregedora.

EXECUÇÃO PENAL

CORREGEDORIA PARTICIPA DE VISTORIA DO COPEN NA UPR DE ITAPECURU-MIRIM

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, e membro do Conselho Penitenciário do Maranhão (COPEN), participou de inspeção realizada na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR), no dia 4 de agosto.

Durante a visita da comitiva do COPEN, as condições da estrutura física da prisão foram avaliadas e os presos, entrevistados. As autoridades do sistema de segurança e Justiça percorreram as instalações administrativas e carcerárias da prisão e levantaram informações sobre a assistência aos internos.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a estrutura física da UPR precisa ser ampliada para dar lugar a mais celas, tendo em vista que boa parte das instalações são ocupadas pelas atividades administrativas. De outro lado, o magistrado destacou como aspecto positivo a inclusão dos internos em programa educativo pelo sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a prefeitura local, e a regularidade do atendimento de enfermagem.

MENSAGEM

PRIMEIRA TURMA DE JUÍZES EM VITALICIAMENTO COMPLETA UM ANO DE MAGISTRATURA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, se manifestou no dia 8 de agosto sobre a passagem de um ano de atuação dos 30 novos juízes, empossados em 07 de agosto de 2015. A corregedora ressaltou que o trabalho dos novos magistrados têm sido fundamental para a melhoria da prestação jurisdicional nas comarcas do interior do Maranhão.

Segundo a desembargadora, o desejo de ver os novos magistrados praticando a judicatura com vontade, zelo, isenção, com verdadeiro senso de Justiça e a elevada responsabilidade profissional, se reflete nas ações desenvolvidas pela Corregedoria na atual gestão. "O projeto "Trocando Ideias" é um exemplo de ação com o objetivo de contribuir na formação dos magistrados em processo de vitaliciamento e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional", ressaltou a corregedora.

Nos encontros, realizados trimestralmente, os juízes recebem orientação e acompanhamento. As atividades têm a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria e de convidados, que contribuem com o debate e esclarecimento das dúvidas existentes e dos temas sugeridos pelos vitaliciandos.

A desembargadora Anildes Cruz parabenizou os juízes em vitaliciamento pelo empenho e dedicação. "Reafirmamos o compromisso de zelar por melhores condições de trabalho e valorização da Justiça de 1º grau", finalizou a corregedora.

PROTEÇÃO À MULHER

X JORNADA LEI MARIA DA PENHA NO STF

O evento foi promovido pela coordenação do Movimento Permanente pelo Combate à Violência Doméstica e Familiar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Participaram do evento a juíza Rosângela Prazeres, indicada pelo TJMA, a juíza Sônia Amaral, indicada pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), e a desembargadora Ângela Salazar, coordenadora estadual da mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão. "O diálogo na rede de proteção e de atendimento à mulher", tendo a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, como moderadora foi um dos assuntos mais debatidos do evento. Oficinas com o tema "Efetividade no cumprimento das medidas protetivas de urgência" também movimentaram o encontro.

BRASÍLIA-DF

72º ENCONTRO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DA JUSTIÇA / ENCOGE

O 72º ENCOGE – Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça aconteceu em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto. O encontro abordou a temática "Os Impactos do Novo Código de Processo Civil e as Corregedorias-Gerais da Justiça: tendências e resoluções". A corregedora Anildes Cruz, participou do encontro acompanhada da juíza auxiliar, Rosária Duarte e do diretor geral da CGJ-MA, Gustavo Campos. "Os tribunais não podem ser ilhas isoladas, mas devem constituir-se em arquipélago em prol do bom funcionamento - jurisdicional e administrativo - e de ações otimizadas", disse a ministra Nancy Andrighi, então corregedora nacional da Justiça, em mensagem dirigida aos participantes.

Dentre outros temas, os participantes discutiram a "Regulamentação das modificações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil: Atos Normativos do CNJ"; "Regulamentação das Modificações do Novo Código de Processo Civil pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados"; "Os impactos do Novo Código de Processo Civil no foro extrajudicial: reflexos na normatização administrativa", e "As corregedorias-gerais da Justiça e a unificação do sistema de execução penal".

SISTEMA PRISIONAL

MUTIRÃO ANALISA SITUAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS DA UNIDADE PRISIONAL DE ITAPECURU-MIRIM

A situação processual dos presos da Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR) foi analisada por um grupo de juízes em mutirão realizado de 3 a 5 de agosto. Ao final dos trabalhos, 26 presos provisórios foram liberados após a regularização do processo, e um dos condenados vai cumprir a pena em regime aberto.

A UPR de Itapecuru tem capacidade para apenas 90 presos mas abrigava 157 internos com problemas de "superlotação, tentativa de fugas, mortes e rebeliões", segundo constatou o Judiciário. Do total de internos da UPR, 133 estavam presos provisoriamente e 24 cumpriam pena - vinte em regime fechado e quatro no semiaberto.

O mutirão reuniu 120 processos de presos das comarcas do polo de Itapecuru, que inclui, além da sede, Miranda, Anajatuba, Cantanhede, Pirapemas, Presidente Vargas, Nina Rodrigues e Vargem Grande. Durante os trabalhos os juízes analisaram situações como excesso de prazo da prisão e aplicação de medidas cautelares relacionadas aos presos provisórios, e recebimento de guias de execução e progressão de regime dos presos definitivos que já cumprem a pena.

O mutirão foi realizado pelo Grupo de Análise de Presos Provisórios (GAPP), criado pela parceria da Corregedoria Geral da Justiça e Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF) e formado pelos juízes Tereza Palhares (1ª Vara de Pinheiro) – coordenadora, Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paurá) e Mirella Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim). Os promotores de Justiça Carla Alencar, Flávia Silva e Tiago Carvalho também participaram do mutirão, atuando pelo Ministério Público estadual. Pela Defensoria Pública atuaram Giovana Leite, Thiago Amin, Bruno Santos, Marcus Monteiro e Victor de Assis.

REPERCUSSÃO

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA CGJ – 2016.1

A corregedora Anildes Cruz apresentou durante o 72º Encoge, o Relatório Semestral de Atividades da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), 2016/1.

Durante o encontro, a corregedora Anildes Cruz entregou cópia do relatório à ministra Nancy Andrighi. Na oportunidade, parabenizou a corregedora nacional pela exitosa e marcante gestão. "A vossa passagem pela Corregedoria Nacional estabelece um marco nas relações institucionais entre as Corregedorias estaduais, e nos deixa um legado positivo de ações", disse Anildes Cruz.

A presidente do CCOGE, desembargadora Maria Erotides Kneip, da Corregedoria-Geral de Mato Grosso, também recebeu um exemplar do relatório das mãos da corregedora Anildes Cruz, que ressaltou o trabalho e empenho da presidente na realização das duas últimas edições do Encoge, a 71ª em Cuiabá, e a 72ª em Brasília-DF.

Constam na publicação todos os doze Provimentos editados pela corregedora no primeiro semestre, e destacadas as principais ações da gestão e das coordenações que integram a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e todo o trabalho desenvolvido pelo órgão nos primeiros seis meses de sua gestão.

ABERTURA - Na abertura do evento a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, fez o discurso em tom de despedida dos trabalhos realizados à frente do órgão do Conselho Nacional de Justiça. Ela realizou um rápido balanço citando dados e pontuando, por exemplo, as mais de 20 mil decisões e despachos proferidos, 11 mil processos arquivados; mutirões nas Justiças estaduais que recolheram aos cofres públicos a ordem de 5 bilhões, dos quais 1 bilhão somente no Distrito Federal, dentre outras ações positivas. Nancy Andrighi finalizou apresentando o ministro João Otávio Noronha, que a sucedeu no cargo a partir do dia 24 de agosto.

MODERNIZAÇÃO

CORREGEDORA INSTITUI A MPUE - MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA ELETRÔNICA

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, instituiu, no dia 15 de agosto, o projeto "Medida Protetiva de Urgência Eletrônica", durante solenidade de lançamento da "V Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa", no Tribunal de Justiça. A medida vai agilizar o conhecimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher entre as autoridades do sistema de Justiça e segurança pública.

Conforme o **Provimento nº 22/2016**, assinado pela corregedora Anildes Cruz, o requerimento da MPUe poderá ser enviado eletronicamente pelo requerente, via Malote Digital, e encaminhado diretamente à secretaria judicial das unidades especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher de São Luís e Imperatriz.

Durante a solenidade, as instituições participantes – Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança do Estado - assinaram com o Tribunal de Justiça do Maranhão o Termo de Cooperação Técnica que viabiliza a adequação do projeto ao sistema Hermes (Malote Digital) do TJMA.

Segundo a corregedora, a ferramenta vai contribuir no combate à violência contra as mulheres, agilizando as medidas protetivas e benefícios das vítimas. "Através do Malote Digital será possível garantir as medidas em menos tempo e aumentar a proteção das vítimas", avaliou.

O requerimento deve estar acompanhado da versão digitalizada e assinada do registro da ocorrência e o termo com pedido de concessão de medida protetiva especializada, da identificação, endereço e contato da vítima e do agressor.

PRIORIDADE - A MPUe terá prioridade diante dos demais atos, devendo ser apreciada pelo magistrado competente no prazo máximo de até 48 horas, e a decisão judicial comunicada à autoridade policial, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, em 24 horas.

O REQUERIMENTO DEVE ESTAR ACOMPANHADO DA VERSÃO DIGITALIZADA E ASSINADA DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA E O TERMO COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA ESPECIALIZADA, DA IDENTIFICAÇÃO, ENDEREÇO E CONTATO DA VÍTIMA E DO AGRESSOR.

"MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO"

CORREGEDORA RECONHECE TRABALHO DE JUÍZES

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou do encerramento dos debates sobre o combate à corrupção da IV Semana de Valorização da Magistratura, promovida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.

A desembargadora enalteceu a iniciativa dos 54 juízes homenageados na solenidade pela participação no "Movimento Maranhão contra a Corrupção", durante o qual foram movimentados mais de 1.500 processos e prolatadas 216 sentenças. "A demanda daqueles que batem à porta do Poder Judiciário é um constante desafio para a magistratura. E nesse universo de juízes e juízas, temos aqueles que vislumbram além dos processes decididos diariamente e se entregam a projetos como o Movimento Maranhão contra a Corrupção", destacou a magistrada.

CAPACITAÇÃO

CURSO 'INSPEÇÕES EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS' PARA JUÍZES VITALÍCIOS

A corregedora Anildes Cruz participou do curso 'Inspeções em Serventias Extrajudiciais' promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), a pedido da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e destinado aos juízes vitalícios. A juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, acompanhou a desembargadora. O curso objetiva dar suporte aos magistrados maranhenses nas atividades de fiscalização das serventias extrajudiciais.

Ricardo Henry Marques Dip, desembargador do TJSP, e Daniel Lago Rodrigues mestre em Direito, diretor da Associação de Notários e Registradores e da Associação de Titulares de Cartórios de São Paulo, e Fátima Cristina Ranaldo Caldeira, bacharel em Direito, titular de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Sede da comarca de Americana (SP), foram os palestrantes do evento. A corregedora conversou com os juízes e discorreu sobre a importância das serventias extrajudiciais na segurança jurídica dos atos judiciais. "O correto exercício das atividades extrajudiciais tem reflexos diretos na jurisdição, podendo, por exemplo, reduzir a quantidade de ações judiciais por meio da resolução administrativa de diversas demandas requeridas pela população", afirmou a corregedora.

GESTÃO COMPARTILHADA

CORREGEDORA DA JUSTIÇA REÚNE COM JUÍZES DE COROATÁ

Durante reunião de trabalho com os juízes, a corregedora Anildes Cruz tomou conhecimento das instalações do fórum e da regularidade da prestação jurisdicional em geral.

Durante a reunião, os juízes Josane Farias Braga (1ª vara), diretora do fórum, e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara) relataram as dificuldades encontradas, fizeram sugestões e solicitações com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços forenses nas duas varas judiciais, onde tramitam 10.223 processos.

UPR – a juíza da 1ª vara relatou a existência de grande número de presos de outras regiões que se encontram na Unidade Prisional de Ressocialização de Coroatá, instalada na cidade em 2014 e solicitou à corregedora a instalação de uma vara especializada em execução penal, diante da crescente demanda de processos dessa natureza que tramitam naquela comarca. O volume de cartas precatórias criminais, pelas quais juízes de outras jurisdições solicitam atos processuais e diligências para serem cumpridas em Coroatá, têm aumentado a cada ano e hoje correspondem a 45,71% dos processos criminais distribuídos até agosto de 2016.

Para reduzir a demanda, os juízes propuseram a assinatura de um termo de acordo entre a Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), no sentido de regularizar a transferência de internos e também solicitaram a instalação da comarca de Peritoró.

As solicitações dos magistrados foram discutidas com a participação dos juízes Rosângela Prazeres, auxiliar da Corregedoria, e Gladiston Cutrim, coordenador de planejamento estratégico, e anotadas pelo diretor Gustavo Campos, para serem encaminhadas junto ao Tribunal de Justiça pela CGJ-MA.

POSSE

CORREGEDORA PRESTIGIA POSSE DO NOVO CORREGEDOR DO CNJ

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral da Justiça do Maranhão, participou no dia 24 de agosto, em Brasília (DF), da posse do ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no cargo de corregedor nacional de Justiça, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Noronha foi indicado para o cargo por aclamação, pelo Pleno do STJ, para o biênio 2016-2018, em substituição à corregedora, ministra Nancy Andrighi. A indicação do ministro foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal no dia 22 de junho.

REINCLUSÃO

CORREGEDORIA PARTICIPA DA SOLENIDADE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE CONDENADOS

A Corregedoria Geral da Justiça participou, no centro administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, da cerimônia de Livramento Condicional de presos que tem por objetivo orientar os apenados quanto aos seus direitos e deveres, no período em que estiverem no cumprimento de suas penas, em liberdade.

A solenidade, prevista no artigo 137 da Lei de Execução Penal (LEP), foi organizada pelo Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão (COPEN), com o apoio da CGJ e da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA. Durante a solenidade, os apenados e seus familiares foram orientados sobre essa nova etapa no processo de execução da pena. O presidente do Conselho Penitenciário, Gerson Lelis, ressaltou a importância da cerimônia para esclarecer e informar todos os direitos e deveres dos apenados.

O juiz Gladiston Cutrim destacou o compromisso da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em acompanhar mais de perto a execução penal do nosso Estado, ressaltando a importância do instituto do livramento condicional como porta de entrada para que o egresso ultrapasse as barreiras do preconceito e retome o seu lugar na sociedade e até mesmo na sua família.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

CORREGEDORIA APRESENTA CUMPRIMENTO DE METAS DURANTE REUNIÃO DE AVALIAÇÃO

O juiz auxiliar Gladiston Cutrim (coordenador de Planejamento Estratégico), apresentou o cumprimento de metas exigidas pelo planeamento estratégico do Poder Judiciário do Maranhão e do CNJ, na II Reunião de Avaliação Estratégia (RAE) do TJMA, realizada no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), e presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

O representante da Corregedoria apresentou oito metas executadas pela Corregedoria, destacando os objetivos estratégicos e macrodesafios de cada meta, bem como a apresentação de vinte ações realizadas no âmbito da competência da Corregedoria, como a instituição da Central Única de Cartórios (Cartórios Maranhão); manutenção e ampliação do Projeto "Casamentos Comunitários"; reativação e modernização do Projeto "Jurado Voluntário"; instituição do Projeto "Construindo a Justiça"; efetivação da "Semana de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente" em todo o Estado, além de mutirões para agilização de processos, destacando a mudança de foco da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI).

O juiz apresentou gráficos estatísticos com percentuais de cumprimento das metas sobre celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e ações planejadas para o próximo trimestre. "Implementar melhorias e aprimorar a gestão da Justiça têm sido o foco de trabalho da desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça. A execução dessas metas passa pelo diálogo direto com juízes, servidores e entidades da sociedade civil organizada", concluiu Gladiston Cutrim.

EQUIPE – Os técnicos Maycon Wendel Correa Silva (chefe da Divisão de Estatística da CGJ) e Eduardo Henrique (Assessoria de Informática da CGJ) acompanharam o juiz corregedor na reunião.

Setembro

Para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, a corregedora Anildes Cruz assinou Termo de Cooperação Técnica (que resultou na elaboração do Provimento 24/2016) para a utilização do sistema Hermes (Malote Digital), com o objetivo de dar cumprimento aos mandados no prazo máximo de 24h. A medida, já em vigor, utiliza as novas tecnologias disponíveis e muda - totalmente - a forma como o documento era cumprido desde que o Poder Judiciário foi criado, há 204 anos. A Corregedoria também implantou um projeto de revitalização da 1ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís, uma das mais antigas do Maranhão, com restauração do acervo, resgate histórico-cultural e da viabilidade econômica da serventia.

INTEGRAÇÃO

CGJ ASSINA COOPERAÇÃO PARA GARANTIR CELERIDADE NO CUMPRIMENTO DE ALVARÁS DE SOLTURA

Durante reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) - foi assinado Termo de Cooperação Técnica com a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/MA) e Delegacia Geral de Polícia Civil que tem por objeto a troca de informações entre as instituições para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). Dessa forma, o cumprimento dos mandados ocorrerá no prazo máximo de 24h.

O documento foi assinado pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, desembargador Froz Sobrinho (Coordenador Geral da UMF), Murilo Andrade (Secretário de Administração Penitenciária), Jefferson Portela (Secretário de Segurança Pública), e pelo delegado-geral Lawrence Pereira.

A Corregedoria disponibilizará, mediante prévio cadastramento, o acesso ao "Malote Digital", possibilitando o recebimento eletrônico de alvarás de soltura. A execução da cooperação técnica não implica em gastos para nenhuma instituição parceira, e prevê a comunicação oficial entre as Justiças de 1º e 2º graus e o Poder Executivo por meio da SEAP e SSP.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou grande satisfação de contribuir para o aperfeiçoamento da comunicação entre a Justiça e o Sistema de Segurança do Estado. **"O Poder Judiciário, ora representado pela Corregedoria e Tribunal de Justiça, estão unidos em busca do bem-estar e segurança da sociedade. O alvará por via eletrônica é mais uma ação positiva da gestão compartilhada por nós trabalhada desde o início do ano", ressaltou a corregedora.**

RESGATE

PROJETO DA CORREGEDORIA VAI REVITALIZAR 1ª ZONA DE REGISTRO CIVIL DA CAPITAL

A corregedora Anildes Cruz apresentou ao presidente Cleones Cunha, a situação atual da 1ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís, em funcionamento no centro de São Luís. A Corregedoria está implantando projeto de revitalização do cartório com restauração do acervo, equilíbrio financeiro, e resgate histórico-cultural da serventia, uma das mais antigas do Estado.

Na apresentação, a corregedora ressaltou a necessidade de atuação do Poder Judiciário na revitalização do cartório da 1ª Zona, tendo em vista a difícil situação estrutural ocasionada, também, pela falta de registrador titular nos últimos anos. "A serventia possui um acervo de 58 anos e uma longa história de serviços prestados à sociedade maranhense", pontuou Anildes Cruz.

Entre os pontos sugeridos estão a mudança provisória da 1ª Zona de Registro Civil para as dependências de um prédio próprio do Poder Judiciário, acessível à população, e a concessão provisória de quatro servidores do quadro ou terceirizados para atuarem na digitalização do acervo dessa serventia. Também foram apontadas outras necessidades para a execução dos objetivos, como suporte de informática e equipamentos, designação de um juiz de Registro Público para a fiscalização dos trabalhos, e a otimização das rotinas administrativas para garantir celeridade na prestação do serviço.

Na oportunidade, o presidente Cleones Cunha determinou a disponibilização de um espaço próprio do Poder Judiciário para a acomodação da serventia por um período provisório. "O projeto tem nosso apoio, pois resgata não só uma serventia, mas todo um acervo histórico que é parte do Poder Judiciário", enfatizou o presidente.

Segundo a juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, o projeto é necessário e providencial para a retomada da higidez econômica da serventia. "Por determinação da corregedora Anildes Cruz, nós temos trabalhado nesse projeto que visa a reestruturação total da serventia e o saneamento dos problemas existentes, com o intuito de melhorar os serviços prestados à população, que embora privados são por delegação pública", explicou a magistrada.

Através da Portaria n.º 3297/2016, a corregedora-geral designou os servidores Adriano Aurélio Braga (Assessoria Jurídica), Acayene Lopes (Coordenação das Serventias), e Wandher Henrique da Silva (FERJ), para atuarem por um período de três meses na 1ª Zona de Registro Civil da capital, e auxiliarem a juíza Sara Gama.

> "O projeto tem nosso apoio, pois resgata não só uma serventia, mas todo um acervo histórico que é parte do Poder Judiciário"
>
> **Cleones Cunha,** presidente do TJMA

DIÁLOGO

JUÍZAS DE EXECUÇÃO PENAL EM COMARCAS DO INTERIOR SÃO RECEBIDAS NA CGJ

A corregedora Anildes Cruz recebeu as juízas Josane Braga (1ª vara de Coroatá), Ana Gabriela Ewerton (2ª vara de Pedreiras), Tereza Cristina Palhares (1ª vara de Pinheiro), Daniela de Jesus Bonfim Ferreira (2ª vara de Bacabal), Denise Pedrosa Torres (1ª vara de Zé Doca), e Luciany Cristina Ferreira (2ª vara de Santa Inês), para tratar de assuntos relacionados à execução penal. O presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, participou da conversa.

As juízas, todas com competência para execução penal em suas comarcas, expuseram as dificuldades e a sobrecarga de trabalho ocasionadas com a chegada das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR´s), que têm atribuído uma série de atividades adicionais aos magistrados e servidores dessas varas.

"As demandas ocasionadas pelas UPR´s expuseram um aumento significativo de trabalho, por exemplo, na quantidade das cartas precatórias, que tiveram um crescimento de 62% de 2014 para 2015", ressaltou a juíza Josane Braga.

A magistrada Denise Pedrosa disse que a demanda de trabalho aumentou, fato inversamente proporcional ao número de servidores. "Estou com o déficit de quatro servidores, o que tem sobrecarregado a minha equipe de trabalho", informou.

Segundo a juíza Daniela Bonfim, a UPR de Bacabal dispõe de 80 vagas, mas abriga atualmente 145 presos, entre provisórios e definitivos. "O reflexo dessa sobrecarga é sentida no Judiciário local", explicou a magistrada.

O presidente ressaltou que tão logo seja apresenta a proposta, o documento será apresentado aos demais desembargadores durante sessão plenária do TJMA, e, com a aprovação, o imediato envio do projeto de lei à Assembleia Legislativa.

VEP´s – As juízas solicitaram à corregedora Anildes Cruz e ao presidente Cleones Cunha a criação e instalação de Varas de Execução Penal (VEP) nas comarcas onde funcionam as Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR´s) para o melhor acompanhamento do cumprimento das penas. Outra medida, a curto prazo, seria a reestruturação das varas competentes para a execução penal com pelo menos mais dois servidores (analista e técnico judiciário) para cuidarem da demanda.

Cleones Cunha informou que o Tribunal de Justiça está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Criar e prover novos cargos nesse momento é inviável", explicou o presidente do TJ.

Anildes Cruz sugeriu a formação de um grupo de trabalho para estudar alterações nas competências dos juízes das comarcas ondem existem as UPR´s. "Um redimensionamento neste momento é perfeitamente viável, vamos estabelecer um grupo de trabalho, conversar, formular e encaminhar, de forma compartilhada, a melhor solução para o problema", sugeriu a corregedora.

INTERINSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO CONHECE DINÂMICA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

A sistemática de trabalho dos magistrados e promotores de Justiça na realização das audiências da Central de Inquéritos do fórum de São Luís foi discutida na Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão com os promotores de Justiça Marco Antonio Amorim, diretor da secretaria de assuntos institucionais do Ministério Público (MPMA) e Reginaldo Júnior Carvalho, assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça.

A juíza Rosângela Prazeres, auxiliar da Corregedoria, explicou aos promotores sobre o funcionamento da Central de Inquéritos e a competência para receber os autos de prisão em flagrante do termo judiciário de São Luís, por força do artigo 9, LXV da LC 14/1991, alterada pela LC 163/2014 e a dinâmica das audiências de custódia realizadas pelos juízes da central e plantonistas.

Conforme o **Provimento nº 11/2016** da CGJ-MA, antes de proferir a decisão sobre a legalidade da prisão ou sobre o seu relaxamento ou cumprimento de medida cautelar pelo preso, o juiz deve ouvir o defensor e o Ministério Público.

Segundo os representantes do MPMA que participaram da reunião, quatro promotores de Justiça (dois titulares e dois substitutos) foram designados para atuar junto à Central de Inquéritos de São Luís. "Os promotores solicitaram a reunião para entender a dinâmica do funcionamento da Central de Inquéritos de modo a ajustar a pauta das audiências de custódia presididas pelos juízes, visando a participação efetiva dos promotores de Justiça", explicou a juíza auxiliar.

AMPLIAÇÃO

CORREGEDORA SOLICITA A INSTALAÇÃO DA 6ª E 7ª VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz solicitou a instalação das 6ª e 7ª varas da Fazenda Pública de São Luís ao presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha. A corregedora apresentou a atual situação processual das unidades em funcionamento, as projeções de distribuição e seus impactos para os próximos anos.

A reunião contou com a participação dos juízes que atuam nas varas da Fazenda Pública. Eles opinaram sobre a importância da instalação das duas unidades já criadas desde 2013. "Uma ação ordinária, depois do julgamento, pode se transformar em outras centenas de ações de cumprimento de sentença, a exemplo do que ocorreu recentemente com um processo do Sindicato dos Professores", ressaltou o juiz Carlos Henrique Veloso, titular da 2ª vara da Fazenda Pública.

Dentro das projeções apresentadas, sem a instalação da 6ª e 7ª varas, haverá, no período de um ano, o crescimento médio de 35% no número de ações por vara. Em 2020, segundo o levantamento, serão mais de 75 mil ações tramitando nas cinco primeiras unidades da Fazenda Pública da capital.

SAÚDE PÚBLICA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

O Poder Judiciário do Maranhão, em evento realizado dia 12 de setembro, congregou em um Protocolo de Intenções, uma rede solidária de trabalho de prevenção ao suicídio, com a implementação de ações de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos, políticos e administradores de servidores públicos, mediante a realização de atividades acadêmicas, de assistência humanitária e de educação geral.

Além do Tribunal de Justiça (TJMA), assinaram o documento, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), a Procuradoria-Geral do Estado, Associação dos Magistrados do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, Seccional da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), Associação Maranhense de Psiquiatria, Departamento de Atenção à Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria Municipal de Saúde e Conselhos Regionais de Medicina, Psicologia, Serviço Social.

REDE SOLIDÁRIA DE TRBALHO E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DE AGENTES PÚBLICOS, POLÍTICOS E SERVIDORES PÚBLICOS MEDIANTE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.

PROTEÇÃO

CGJ VAI DISCIPLINAR ATUAÇÃO DO 1º GRAU EM CASOS ENVOLVENDO VÍTIMAS E TESTEMUNHAS SOB PROTEÇÃO

A desembargadora Anildes Cruz, acompanhada do juiz auxiliar José Américo Abreu Costa (Medidas Socioeducativas) receberam representantes do Programa de Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA). Na ocasião, os membros do Programa apresentaram reivindicações sobre a prioridade na tramitação processual dos casos que envolvam testemunhas ou vítimas ameaçadas.

Os membros Maycko Passos (supervisor de atenção às vítimas e pessoas ameaçadas), Jorge Serejo (superintendente de proteção e defesa dos Direitos Humanos), Diogo Cabral (coordenador do Programa) e Fernando Rites (comissão arquidiocesana de justiça e paz), solicitaram o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) para a demanda.

Eles informaram que em outros Tribunais já existem provimentos que disciplinam procedimentos e orientam a atuação de magistrados e servidores na operacionalização e especificidades do Programa de Proteção, e por isso, apontam a necessidade de regulamentação no âmbito das unidades jurisdicionais de 1ª instância do Poder Judiciário do Maranhão, para os inquéritos e processos criminais em que figurem indiciado, acusado, vítima ou testemunhas protegidas pelo programa.

Segundo o coordenador do PROVITA, Diogo Cabral, a sensibilidade da corregedora Anildes Cruz para com a causa, abre um diálogo com vistas à regulamentação no âmbito do Poder Judiciário para o atendimento de vítimas ameaçadas, no que tange não só a celeridade processual, mas também ao sigilo documental. "A sinalização positiva da corregedora representa um avanço fundamental para os trabalhos executados pelo PROVITA/MA", afirmou Cabral.

A corregedora ressaltou que implementa uma gestão compartilhada, buscando várias parcerias para atender demandas de âmbito social que necessitam de uma presença mais atuante do Judiciário, seja como executor ou apoiador dessas ações. "A reivindicação do PROVITA é mais que oportuna, por isso determinamos o estudo e elaboração de um provimento que discipline a atuação de magistrados do 1º grau e servidores nos casos de vítimas ameaçadas e incluídas no programa de proteção", ressaltou a desembargadora Anildes Cruz.

A SENSIBILIDADE DA CORREGEDORA ANILDES CRUZ PARA COM A CAUSA, ABRE UM DIÁLOGO COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ATENDIMENTO DE VÍTIMAS AMEAÇADAS, NO QUE TANGE NÃO SÓ A CELERIDADE PROCESSUAL, MAS TAMBÉM AO SIGILO DOCUMENTAL

JUSTIÇA

MORADORES DA SANTA EFIGÊNCIA RECEBEM TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Os Moradores da Santa Efigênia, em São Luís receberam, no dia 18 de setembro, os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro. Os juízes da 1ª e 5ª varas da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena e João Francisco Rocha, acompanhados de representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia e líderes comunitários da área, conduziram a entrega dos títulos, cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Os moradores lotaram a associação em busca de um direito que demorou 25 anos para se concretizar. Durante a cerimônia, juíza Luzia Neponucena informou aos moradores que os títulos de regularização são fruto de uma parceria realizada entre Estado do Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça, através de provimento assinado em 2015. "Cada um dos senhores e senhoras, a partir de hoje, estão adquirindo a regularização definitiva dos seus imóveis, ou seja, não estamos fazendo regularização fundiária, mas a regularização imobiliária, porque cada beneficiário já tem um documento de cessão de uso do Estado e todos vão receber seus registros de propriedade", ressaltou a magistrada.

"Para mim é um momento de felicidade, pois agora tenho a certeza que a casa onde moro é verdadeiramente minha", comentou emocionada, disse Maria Domingas, moradora.

EXTRAJUDICIAL

CORREGEDORIA INSPECIONA 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS DE SÃO LUÍS

A Corregedoria realizou inspeção no 2º Tabelionato de Protesto de Letras e outros Títulos de Créditos de São Luís (Avenida Dos Holandeses, 01. Shopping do Automóvel, Calhau). A inspeção objetivou fiscalizar os serviços prestados pelo cartório e avaliar as condições gerais de funcionamento. Os resultados das inspeções constaram em um relatório que foi encaminhado à corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para providências.

O trabalho foi presidido pela juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, com o auxílio dos servidores Andrea Coelho, Eliana Ferreira, Artur Lima e Rafael Ribeiro.

CELERIDADE

CORREGEDORA PARTICIPA DE MUTIRÃO DO 1º JEC DE SÃO LUÍS

A juíza Marcia Chaves ressaltou a importância do mutirão na medida em que atinge o propósito da Lei 9.099/95, que é a celeridade do trâmite processual. "O juiz Marco Antonio está de parabéns pela excelente iniciativa", registrou a juíza coordenadora. A corregedora Anildes Cruz prestigiou a abertura do mutirão de audiências realizado pelo juiz Marco Antônio Netto Teixeira, titular do 1º Juizado da capital. O juiz explicou que o juizado já vem cumprindo as metas exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o mutirão visa a agilidade, ou seja, a abreviação do tempo do processo entre seu ajuizamento e a decisão final. A desembargadora Anildes Cruz parabenizou o magistrado pelo trabalho desenvolvido, e ressaltou que tem conversado com os juízes e sugerido ações dessa natureza não só para o cumprimento das metas exigidas, mas para a redução do índice de congestionamento processual na Justiça de 1º grau. O advogado Éder Marques, que atua em várias causas junto ao juizado, falou das vantagens proporcionadas pelo mutirão. "Essa iniciativa traz muitos benefícios para nós advogados e partes envolvidas nos processos, uma vez que todo o acervo processual que tramita na unidade tende a ter uma resolução mais rápida, inclusive com a possibilidade de acordo entre as partes", observou o advogado. A juíza Marcia Chaves ressaltou a importância do mutirão na medida em que atinge o propósito da Lei 9.099/95, que é a celeridade do trâmite processual. "O juiz Marco Antonio está de parabéns pela excelente iniciativa", registrou a juíza coordenadora.

CORTESIA

ELEIÇÕES 2016 - CORREGEDORA CONHECE PLANO DE SEGURANÇA DO TRE PARA MAGISTRADOS

Em visita de cortesia ao desembargador Raimundo Barros, corregedor regional eleitoral do Maranhão, a corregedora Anildes Cruz conheceu o Plano de Segurança do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) para o pleito 2016.

O corregedor eleitoral, Raimundo Barros, informou que todas as estratégias de segurança montadas pelo Sistema de Segurança das eleições, incluíram um grande efetivo de policiais, as inteligências integradas das Polícias Militar, Civil, Federal, além do Exército brasileiro. Os agentes de segurança atuaram equipados em todos os municípios maranhenses.

EXECUÇÃO PENAL

CGJ PARTICIPA DE VISTORIA EM UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon, nos dias 19 e 20 de setembro. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, ha uma obra de construção de presídio em fase terminal, com previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Holídice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: "É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URP´s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes, especialmente, os da execução, além de contribuir de forma fundamental para a redução da violência", disse.

Na comarca de Caxias, o juiz auxiliar informou que a solicitação de mais um veículo para transporte dos presos para as audiências, encaminhada pela corregedora geral da justiça, desembargadora Anildes Cruz, no dia 18 de agosto, foi atendida pela SEAP e no prazo máximo de 20 dias serão entregues as viaturas para aquela unidade prisional.

A juíza da execução Marcela Lobo (5ª Vara de Caxias) reafirmou a sua preocupação com a infraestrutura da unidade de Caxias, onde já vem solicitando maior atenção para as reformas necessárias. Outra demanda solicitada e já encaminhada foi a reativação do IML no polo regional de Caxias, informou o juiz auxiliar Gladiston Cutrim: "o pleito facilitará o atendimento das vítimas de violência doméstica da região, dando mais segurança ao trabalho da Justiça".

Na comarca de Timon a visita foi acompanhada pelo juiz Elismar Marques (3ª Vara Criminal), responsável pela execução penal, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Na oportunidade, foi constatada a necessidade de urgência na conclusão da obra da nova unidade prisional, considerando que o presídio atual já conta com cerca de 500 presos, aproximadamente.

Presente à visita, a subsecretaria da SEAP Ana Luísa Falcão, discutiu a proposta de uma equipe para fazer o acompanhamento dos presos do regime aberto e semiaberto. E garantiu a parceria para que seja discutido em conjunto os problemas existentes referentes a administração penitenciária.

> "É VISÍVEL O ESFORÇO E BOA VONTADE DA CORREGEDORA EM COBRAR DO GOVERNO DO ESTADO PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE MELHOR ESTRUTURAR E EQUIPAR AS URP´S E PRESÍDIOS, O QUE REPERCUTE POSITIVAMENTE NO TRABALHO DOS JUÍZES DA EXECUÇÃO".
>
> **Holídice Cantanhede** juiz

CORREIÇÕES

EM SESSÃO PLENÁRIA CORREGEDORA APRESENTA RELATÓRIO DE ATIVIDADES CORREICIONAIS

Em Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão em 21 de setembro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, entregou ao presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, relatório de atividades correicionais presenciais dos serviços judiciais no Estado do Maranhão.

Na apresentação do relatório a corregedora Anildes Cruz ressaltou que a atividade correicional sobre os serviços judiciais é uma das principais funções da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). "É de fundamental importância que este Plenário fique ciente do andamento dos trabalhos anuais desta natureza, iniciados no último dia 17 de março", ressaltou.

A desembargadora corregedora discorreu sobre os trabalhos correicionais realizados em 47 unidades judiciais da Justiça comum pela equipe de juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu Costa, Rosária de Fátima Almeida Duarte e Rosângela Santos Prazeres Macieira, além de servidores designados. Foram correicionadas, em São Luís, a central de inquérito, vara de interesses difusos e coletivos, 1ª, 2ª, 3ª, 5, 7ª, e 9ª varas cíveis; 1ª, 3ª e 4ª varas do Tribunal do Juri, 2ª, 6ª e 7ª varas da Família, 1ª vara da Fazenda Pública, vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, auditoria militar, e 1ª e 2ª varas criminais de São José de Ribamar.

No interior do Estado as atividades correicionais foram executadas nas comarcas de Santa Quitéria, Urbano Santos, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Bacuri, Cururupu, Cedral, Bequimão, Olho D'agua das Cunhas, Pio XII, Monção, Pindaré-Mirim, Joselândia, Esperantinópolis, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Amarante do Maranhão, Santa Luzia (1ª e 2ª varas), Zé Doca (1ª e 2ª varas), Imperatriz (vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 2ª e 3ª varas cíveis) e Caxias (1ª, 3ª, 4ª e 5ª varas).

Já nos Juizados Especiais, sob a coordenação da juíza Marcia Coêlho Chaves, foram correicionadas 12 unidades judiciais. Os trabalhos foram iniciados pelo termo de São Luís com o 1º, 11º e 13º juizados especiais cíveis e das relações de consumo, 1º juizado criminal, 1º juizado especial da Fazenda Pública e turma recursal cível e criminal. Os juizados especiais de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e Caxias também passaram por correição. A turma recursal cível e criminal com sede na comarca de Caxias também foi correicionada no último mês de agosto. "Friso que todos os relatórios estão sendo criteriosamente analisados e, consequentemente, aprovados, conforme delegação do Plenário do Tribunal de Justiça por meio da Resolução n.º 9/2016, que atribui competência exclusiva da Corregedoria, e destaco, que depois de aprovados, cópias destes relatórios serão encaminhados aos juízes das unidades judiciais correicionadas, bem como à Corregedoria Nacional de Justiça, em cumprimento à Resolução nº 24/2009 do Conselho Nacional de Justiça", pontuou a desembargadora Anildes Cruz.

A corregedora informou ainda que restavam 35 unidades judiciais a serem correicionadas em 2016, sendo 24 no interior e 11 na capital, destas, nove realizadas na modalidade virtual.

CORREIÇÃO VIRTUAL - As correições virtuais são realizadas à distância, nas dependências da Corregedoria Geral da Justiça, de onde a equipe do núcleo avançado de correições virtuais acessa os dados da vara e dos processos a serem analisados, por meio de computadores ligados ao Sistema de Gerenciamento de Processos do 1º Grau (Themis PG).

A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017, anunciado pela corregedora Anildes Cruz na sessão plenária do Tribunal de Justiça no dia 17 de fevereiro deste ano. "Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos", destacou a desembargadora.

Até o momento as correições virtuais foram realizadas nas 1ª, 3ª, 4ª e 5ª varas criminais de São Luís; 1ª vara de entorpecentes e 2ª vara de Infância e Juventude, todas da capital, cujos relatórios foram submetidos ao plenário do Tribunal de Justiça no último dia 03 de agosto.

CGJ ITINERANTE

CORREGEDORA APRESENTA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE VISITA INSTITUCIONAL

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), realizada dia 21 de setembro, apresentou o 1º Relatório de Visita Institucional aos termos judiciários de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, e comarcas de Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu cópia integral do relatório.

No documento, composto de textos, dados e imagens, a desembargadora corregedora destaca acervo processual, taxa de congestionamento e estrutura física dos prédios onde funcionam as unidades judiciais visitadas. "No intuito de acompanhar de perto a realidade da Justiça de 1º grau, em especial as localizadas no interior do Estado, bem como auxiliar os magistrados na solução das dificuldades enfrentadas no exercício das atividades, realizamos itinerância nessas comarcas", ressaltou a corregedora Anildes Cruz.

O relatório aponta problemas de natureza estrutural e administrativa, insuficiência de servidores, e indicação das taxas consideráveis de congestionamento processual em algumas unidades, dentre outros. Em Coroatá, por exemplo, os juízes da comarca relataram que nas duas varas tramitam 10.223 processos, que somados ao grande número de presos de outras regiões que se encontram na Unidade Prisional de Ressocialização do município, requerem a necessidade de criação de uma vara especializada em execução penal ou instalação da já criada comarca de Peritoró.

A corregedora ressaltou os problemas existentes na comarca de Timbiras. Ela pediu atenção especial ao caso em virtude de o imóvel que abriga o fórum apresentar estrutura interna precária, sem condições de funcionamento, não comportar o acervo da unidade, e apresentar intensas rachaduras. "Tivemos que orientar o magistrado a buscar, de forma urgente, um outro imóvel para alugar em razão das péssimas condições de trabalho e do volume de processos acondicionados em cima de mesas e cadeiras por falta de espaço nas estantes", informou a corregedora Anildes Cruz.

CORREIÇÃO

CGJ ANALISA ANDAMENTO DE PROCESSOS NA COMARCA DE BACABAL

Uma equipe da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou correição no Juizado Cível e Criminal e na Turma Recursal da comarca. Foram analisados, em média, 100 processos em cada unidade.

O trabalho de correição foi realizado junto ao sistema de acompanhamento processual eletrônico, por meio da análise do andamento dos processos cadastrados, verificação das pendências encontradas na tramitação e a regularidade na duração dos prazos processuais.

UNIÃO

CORREGEDORIA PARTICIPA DE ATO EM SOLIDARIEDADE AO JUIZ CLÊNIO LIMA CORRÊA

A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Rosângela Prazeres – representando a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz – participou de uma manifestação pública de apoio ao juiz Clênio Lima Corrêa, titular da comarca de São Domingos do Maranhão, no dia 26 de setembro. O ato de desagravo e solidariedade ao magistrado ocorreu no Fórum da comarca, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha.

Rosângela Prazeres levou a mensagem da corregedora e disse que a magistratura do Maranhão é forte e unida, e que a população precisa de juízes livres e independentes em suas convicções para a tarefa de julgar. "Este momento nos leva a refletir a importância da nossa função, de mostrar à sociedade que gostamos do que fazemos, portanto, não vamos admitir atos de covardia que visem intimidar a atuação de um grande magistrado", alertou.

A ação – de iniciativa da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) – foi em repúdio ao atentado sofrido pelo juiz Clênio Lima Corrêa na madrugada do dia 21 de setembro, quando duas pessoas em uma moto passaram em frente à residência do juiz, em São Domingos do Maranhão, e dispararam seis tiros, que atingiram o portão da casa, o carro e uma porta.

"Prestamos incondicional apoio ao magistrado e reafirmamos o nosso repúdio diante do lamentável fato, que é um atentado contra o Estado Democrático de Direito. Estamos aqui para mostrar que o Poder Judiciário é uno e precisa de salvaguarda para prestar serviço à sociedade", ressaltou o presidente do Tribunal, desembargador Cleones Cunha, acrescentado que com o ato o Judiciário mostra união e força diante desse tipo de violência.

COOPERAÇÃO

EM REUNIÃO COM O GOVERNADOR, CORREGEDORA REAFIRMA IMPORTÂNCIA DE PARCERIA INSTITUCIONAL

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, começou o mês de setembro se reunindo com o governador do Estado, Flávio Dino, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, desembargadores das Câmaras Criminais, juízes e a cúpula do Sistema de Segurança Pública do Estado. Todas as ações desenvolvidas pelo Executivo Estadual com vistas à melhoria do sistema de segurança no Maranhão, foram apresentadas durante o encontro.

Durante a apresentação, Flávio Dino ressaltou a importância da parceria entre os poderes e instituições para a melhoria do sistema. O governador apresentou casos em que o mesmo preso aparece com homônimos, sobrenomes diferentes, e até filiação diversa da registrada na última passagem pela polícia, e assinalou que é preciso empreender esforços para melhoria do sistema de identificação dos presos tanto nas delegacias, quanto no Judiciário.

A corregedora Anildes Cruz informou que estavam em ritmo acelerado os trabalhos da comissão interinstitucional que discute o compartilhamento de dados entre os sistemas de informação do Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Instituto Médico Legal (IML), e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e que resultaram na assinatura – ainda em setembro - de termo de cooperação técnica visando a integração dos serviços por intermédio da tecnologia "Web Service", agilizando a atividade dos agentes de segurança pública. A magistrada disse ainda, que em janeiro deste ano remeteu ofício ao secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, solicitando a inclusão do nome da serventia extrajudicial (cartório de Registro Civil) na carteira de identidade expedida pelo órgão.

"Com todas essas medidas teremos mais segurança na identificação e autuação dos presos de Justiça, facilitando, por exemplo, a consulta e acesso do magistrado ao decidir um processo criminal", explicou Anildes Cruz.

Na ocasião, a corregedora solicitou ao governador a melhoria no gerenciamento de apresentação de presos nas audiências de custódia e de processos criminais. "Por todas as comarcas que temos visitado há queixas de juízes que deixam de realizar os atos devido a não apresentação dos presos pela SEAP", cobrou a desembargadora.

Flávio Dino explicou que tem implementado melhorias na área com a realização de seletivos para agentes penitenciários, e novas viaturas para condução de presos. "Nós encontramos uma realidade de terceirizações e caos, reconheço as dificuldades e garanto que estamos trabalhando para sanar esses problemas", assinalou o governador.

A desembargadora destacou ainda, que os juízes responsáveis pela execução penal nas comarcas do interior têm reclamado da falta de comunicação prévia nas transferências dos presos das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR´s). Ela citou o exemplo da UPR de Coroatá, que em uma só noite recebeu dezenas de presos sem que a juíza fosse informada.

> "Com todas essas medidas teremos mais segurança na identificação e autuação dos presos de Justiça, facilitando, por exemplo, a consulta e acesso do magistrado ao decidir um processo criminal"
> **Anildes Cruz** corregedora

Outubro

O processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas foi regulamentado pela Corregedoria por meio do Provimento 27/2016. A medida estabelece transparência e a segurança jurídica do processo. Para agilizar o trâmite e reduzir o índice de congestionamento processual das unidades judiciais, a corregedora Anildes Cruz determinou a implantação do projeto "Cartório do Futuro" nas cinco primeiras varas da Fazenda Pública da capital, através de uma Secretaria Remota Digital (SRD) para atender, exclusivamente, os processos eletrônicos. Com a medida, prevista para entrar em funcionamento no ínicio de 2017, a Corregedoria pretende ampliar a operosidade das unidades e reduzir, consideravelmente, a quantidade de processos.

ALVARÁ ELETRÔNICO

CORREGEDORIA AGILIZA CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA DE PRESOS

Ordens de soltura e de livramento condicional de presos já podem ser enviadas eletronicamente para a unidade prisional ou policial, agilizando o cumprimento da decisão judicial. A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou o uso do "Sistema de Malote Digital" na Justiça de 1º grau, com a finalidade de eliminar ou reduzir os entraves administrativos para restituir a liberdade aos encarcerados no cumprimento dos alvarás de soltura.

De acordo com o **Provimento nº 24/2016**, a entrega de alvarás de soltura, de guias de recolhimento, de decisão de livramento condicional e de retificação de penas na repartição competente pelo seu cumprimento será feita - preferencialmente -, por meio eletrônico ou oficial de Justiça da vara competente ou da Central de Mandados.

Os alvarás de soltura serão encaminhados de forma eletrônica para a unidade prisional ou policial, ou órgão central de recebimento por meio do "Sistema de Malote Digital", com assinatura digital, imediatamente após o juiz determinar a soltura do preso, de modo que sua liberação ocorra no prazo de máximo 24 horas – salvo se tiver que permanecer preso por outra causa.

O retorno ao juiz do cumprimento ou não da decisão de soltura também deve ser feita por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 horas do recebimento do documento. Caso a unidade prisional ou policial não possuir internet que possibilite o recebimento eletrônico do documento, o juiz encaminhará a ordem de soltura impressa, por meio de oficial de Justiça.

Para o juiz auxiliar Gladiston Cutrim, a utilização do alvará de soltura eletrônico é uma ação esperada por magistrados e servidores há algum tempo. "A medida vai garantir a segurança, e agilidade no procedimento judicial na ocasião da soltura da pessoa presa, garantindo a preservação dos direitos regulamentados na Resolução N.º 108/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", explicou o magistrado.

MALOTE DIGITAL – Esse sistema contém recursos de segurança da informação, como assinatura digital e criptografia de armazenamento e tráfego de sinais eletrônicos que permitem seu emprego no cumprimento seguro de ordem judicial, conforme a lei federal nº 11.419/2006.

A medida foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 3 de outubro e entrou em vigor no dia 3 de novembro.

FORÚM DE SÃO LUÍS

CORREGEDORA DA JUSTIÇA PARTICIPA DE ATO EM DEFESA DAS CARREIRAS JURÍDICAS

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou de ato público promovido pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), dia 4 de outubro, no Fórum de São Luís. O evento, em Defesa do Poder Judiciário e do Ministério Público, reuniu autoridades, juízes, procuradores e promotores federais e estaduais.

No final da manifestação os signatários assinaram um documento em que repudiam a tramitação, no Congresso Nacional, de projetos que, se aprovados, segundo eles, podem inviabilizar a atuação do Judiciário e do Ministério Público em todo o País.

Participaram do ato o presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Marcelo Moreira; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha; o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público Estadual, Tarcísio Bonfim; o chefe da Procuradoria Geral da República no Maranhão, Juraci Guimarães Júnior; o presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer), Newton Pereira Ramos Neto; e o Diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim.

Magistrados e procuradores comungam do entendimento de que existe uma tentativa, no âmbito do Poder Legislativo, de enfraquecer e reduzir as prerrogativas dessas categorias, por meio de diversos projetos em tramitação no Congresso Nacional. Um deles é o PL 257, que entre outras coisas, propõe alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal e suas diretrizes.

Para a corregedora Anildes Cruz, os projetos de lei (PL 280/2016 e PEC 62/2015) visam minar a independência do Judiciário, conquistada arduamente na carta constitucional de 1988. "Atuamos diariamente como cidadãos brasileiros na defesa da Justiça, por isso, não podemos aceitar tais retrocessos", finalizou a corregedora.

QUESTÃO AGRÁRIA

OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL VISITA A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho foi recebido pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para tratar da atuação do Poder Judiciário maranhense em casos de conflitos agrários. O promotor Haroldo Paiva de Brito, titular da 38º Promotoria Especializada em Conflito Agrário do Maranhão, o secretário estadual adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, e o ouvidor regional do INCRA, Márcio de Oliveira, também participaram do encontro.

Durante a reunião, o ouvidor Gercino Filho abordou questões relacionadas ao Provimento n.º 29/2009 da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que dispõe sobre recomendação aos juízes para que ouçam - nas ações de manutenção e reintegração de posse coletiva envolvendo imóveis rurais ocupados por trabalhadores sem-terra -, o Ministério Público, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a própria Ouvidoria Agrária Nacional, que é órgão ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil, e tem o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural.

Na ocasião, o ouvidor solicitou à corregedora a criação e instalação de uma Vara Agrária no Judiciário maranhense, para atuar conjuntamente com as áreas especializadas de outros poderes, a exemplo da Promotoria Agrária, Delegacia Agrária, Ouvidoria Agrária da Polícia Militar do Maranhão, ITERMA, INCRA, em centenas de casos, judicializados ou não, que aguardam uma solução.

OUTUBRO ROSA

FÓRUM DE SÃO LUÍS REALIZA MOSTRA FOTOGRÁFICA DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Mulheres mastectomizadas e que buscam vencer o câncer de mama integraram a mostra fotográfica no lançamento da campanha Outubro Rosa, promovida pelo Fórum Des. Sarney Costa. A campanha, além de destacar a luta das mulheres contra ao câncer, realiza palestras e arrecadação de materiais de higiene para pacientes atendidos do Hospital Aldenora Bello, Hospital do Câncer e da Fundação Antônio Brunno.

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, Anildes Cruz, lembrou, durante o lançamento da campanha, que o movimento Outubro Rosa procura chamar a atenção da sociedade para o problema do câncer de mama e conscientizar as mulheres sobre a importância dos exames preventivos e do diagnóstico da doença que "pode ser tratada com eficiência se detectada precocemente", ressaltou a corregedora. "Ajudar a combater o câncer de mama é uma missão de todos nós", concluiu.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, destacou que a Mostra Fotográfica Impressões de Mulher faz o registro de pacientes em tratamento no Hospital Aldenora Bello e Hospital do Câncer do Maranhão (Hospital Geral), externando a garra e o amor pela vida, a luta e a força do recomeço dessas mulheres. O magistrado ressaltou, ainda, que por meio da campanha Outubro Rosa o Fórum de São Luís quer também mobilizar as pessoas e contribuir para a redução do número de casos de câncer de mama no país. Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa de novos casos da doença no Brasil é de 57.960 só este ano.

TRANSPARÊNCIA

CORREGEDORIA PUBLICA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE APLICAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS

De acordo com o Provimento nº 10/2012, os editais, os resultados dos processos seletivos e as prestações de contas referentes aos valores da aplicação da pena pecuniária nas unidades jurisdicionais com competência criminal estão sendo publicados na área "Institucional" - item "Downloads", do site da Corregedoria Geral da Justiça.Segundo o Provimento, o juiz de direito da unidade com competência criminal deverá publicar, no mínimo, anualmente, Edital convidando as entidades públicas ou privadas com finalidade social, a participarem do processo de seleção de projetos para obtenção dos recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou transação penal.

As entidades beneficiadas deverão prestar contas dos valores recebidos ao juiz até 60 dias após o repasse dos recursos, com uma série de documentos anexos, como relatório da utilização dos recursos, comprovantes de pagamentos, entre outros. Essa documentação é enviada, ainda, a uma equipe de serviço social e Ministério Público. O Provimento foi elaborado diante da necessidade de dar maior efetividade à pena de prestação pecuniária e zelar pela publicidade e transparência na destinação dos valores arbitrados. A CGJ-MA também leva em consideração as Resoluções nº 101/2009 e nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que tratam da regulamentação da destinação das prestações pecuniárias.

CAPACITAÇÃO

CGJ CERTIFICA SERVIDORES DA 3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

A Corregedoria representada pelo juiz auxiliar José Américo Abreu Costa, certificou os servidores da 3ª Vara Cível, que participaram do Curso "Desenvolvimento de Equipes", realizado na Esmam. A atitude é uma iniciativa da corregedora Anildes Cruz, que ao designar a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) determinou a implementação de um cronograma de atividades motivacionais nas unidades judiciais atendidas pela CSI.

O treinamento dos servidores é realizado em parceria com a Diretoria RH do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e é voltado à organização do ambiente de trabalho, aspectos interpessoais e gestão de competências. O psicólogo Eliandro Araújo, do TJMA, ministrou a palestra e desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias.

O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atuam a Comissão Sentenciante. "A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, para que ao final estejam sensibilizadas para as atividades que lhe serão submetidas", explicou.

Outro assunto abordado foi o desenvolvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

Para o juiz auxiliar da Corregedoria, José Américo Abreu, a produtividade das unidades judiciais passa pela motivação de toda equipe que compõe a unidade judicial. "A gestão compartilhada trabalhada pela corregedora Anildes Cruz passa também pela integração dos servidores das unidades judiciais, com o objetivo de enfrentar as demandas submetidas ao Poder Judiciário", ressaltou José Américo.

SORTEIO

XL FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Corregedoria selecionou, por sorteio, quatro juízes de juizados especiais, para participarem do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, realizado em Brasília, de 16 a 18 de novembro, com o tema "Novos desafios dos Juizados Especiais". O sorteio foi realizado por determinação da corregedora Anildes Cruz, pelas juízas auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves e Rosária Duarte, acompanhadas do vice-presidente da AMMA, juiz Ângelo Santos. Foram contemplados os seguintes juízes: 1º. Juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida – Titular do Juizado Especial de Trânsito; 2º. Juiz Clênio Lima Corrêa – Membro Titular da Turma Recursal com sede em Presidente Dutra; 3º. Juiz Adinaldo Ataídes Cavalcante – Titular do 2º JECRC; 4º. Juiz Luís Pessoa Costa – Titular do 12º JECRC

CEAV

SEMINÁRIO DO CENTRO ESTADUAL DE APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, representou a Justiça maranhense na abertura do Seminário de apresentação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV), criado e instalado pelo Poder Judiciário. O Centro é fruto de uma parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Ministério Público, Defensoria Pública do Estado, Universidades Federal e Estadual do Maranhão, Polícia Civil, secretarias estaduais e municipais, além do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A corregedora ressaltou as ações desenvolvidas e esforços envidados para dar suporte àqueles que são vítimas de crimes, dentre os quais, maus tratos, estupros, agressões, ameaças. Para a desembargadora corregedora, o Centro Estadual de Apoio à Vítima representa um avanço, uma esperança para aqueles que precisam voltar à vida, à liberdade, e ao exercício das suas atividades normais, sem pânico, sem medo.

"As vítimas necessitam do apoio e proteção dos poderes constituídos, através de assistência psicológica e jurídico social. O Poder Judiciário maranhense, por ações próprias ou em cumprimento das ações recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tem implementado projetos de apoio às vítimas, a exemplo da Casa Abrigo", ressaltou Anildes Cruz.

EFICÁCIA

CORREGEDORIA VAI REESTRUTURAR PROCESSOS INTERNOS

Durante a reunião, os servidores foram informados que será realizado um estudo dos procedimentos internos e da estrutura de trabalho disponível na Corregedoria visando à implantação de um fluxograma dos processos administrativos iniciados e deliberados nos diversos setores do órgão.

O estudo tem como objetivos identificar os processos em tramitação; disponibilizar ferramentas de gerenciamento eficaz das atividades internas; reduzir o tempo de duração dos processos; sanear os processos mais antigos em tramitação, além de estabelecer novos fluxos de trabalho para otimização dos serviços.

A corregedora Anildes Cruz falou da necessidade de garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Corregedoria e disse que é preciso engajar todos os servidores com a produtividade, para sanear os processos administrativos internos. "Pretendemos finalizar os processos que estão paralisados e iniciar 2017 com os serviços saneados", destacou a desembargadora.

PENTE FINO

CORREGEDORIA DISCUTE SÉRIE DE MEDIDAS PARA COMBATER FRAUDE EM PROCESSOS DE EMPRÉSTIMO

A corregedora Anildes Cruz reuniu-se com juízes, advogados e representantes de instituições bancárias para tratar da crescente demanda processual envolvendo empréstimos consignados. Os juízes auxiliares da Corregedoria, e das coordenações de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, também participaram do encontro.

Segundo a juíza da comarca de Coelho Neto, Karla Jeane, as crescentes demandas processuais referentes a empréstimo consignado contra o Banco Bradesco, por exemplo, estão inviabilizando até a própria Distribuição do fórum. A reclamação foi compartilhada pelo titular da 2ª vara de Códo, juiz Holídice Barros, que sugeriu o envolvimento da Corregedoria e das policiais estadual e federal para a resolução do problema. "Muitas dessas ações são ajuizadas sem que os autores tenham conhecimento da referida causa", observou o magistrado.

A advogada Priscila Campos - representante do Banco Bradesco na reunião - apresentou dados gerais referentes aos processos de empréstimos consignados, os quais, segundo o Bradesco, apresentam nítida má-fé de quem os ajuiza. "As ações e práticas do Bradesco são transparentes, e quando se detecta a falha, o Banco tem cumprido as determinações e procedimentos previstos em Lei e nas ordens judiciais", frisou a advogada.

O conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA), Walney Abreu, vê com preocupação a alta demanda de processos sobre empréstimo consignado, e sugere medidas preventivas e repressivas, pois, segundo ele, a maioria são de direitos inexistentes. "A OAB não compactua com qualquer de seus membros que se comportem sem a ética que a profissão exige", ressaltou o representante da Ordem.

A corregedora Anildes Cruz informou que a Corregedoria e a Presidência do TJMA estudam medidas para conter e identificar tais abusos que porventura estejam ocorrendo no ajuizamento de ações dessa e de outras naturezas em todo o Estado. "Temos orientado os juízes para que realizem - formalmente - os procedimentos judiciais de notificação aos órgãos competentes, quando identificarem ações com autoria e documentação de caráter duvidoso, para as providências cabíveis", ressaltou a desembargadora corregedora.

A juíza Sônia Amaral, da Coordenadoria de Planejamento Estratégico do TJMA, disse que as medidas mencionadas pela corregedora Anildes Cruz, estão sendo discutidas com a Coordenadoria de Planejamento Estratégico da CGJ, por meio do juiz Gladiston Cutrim.

Um workshop direcionado aos juízes com ênfase no tema fraude em empréstimos consignados deve ser realizado assim que for firmada uma parceria entre Poder Judiciário e Fenabam (Federação Nacional dos Bancos), que viabilizará, também, a troca de informações, o mapeamento de fraudes, e o acionamento do Sistema de Segurança do estadual e federal para investigar os casos.

Outro ponto discutido entre CGJ e TJ, é o desenvolvimento de parcerias para o processo de inclusão digital nas localidades de maiores ocorrências de fraudes. "Muitos usuários do sistema bancário ainda têm dificuldades em lidar com a informatização dos Bancos, o que contribui para o surgimento das fraudes", finalizou a corregedora.

SÃO LUÍS

1ª VEP INSPECIONA O CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PEDRINHAS

A juíza titular da 1ª VEP – Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís - Ana Maria Almeida Vieira, realizou inspeção no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas (CDP) para entregar a 269 apenados os cálculos de penas, concessão de remição, livramento condicional, progressão de regime e respostas de solicitações feitas em visitas da magistrada às unidades prisionais. Durante a visita, ocorrida no último dia 25, a juíza esteve acompanhada de uma equipe de servidores auxiliares.

Cada uma das 36 celas que integram os três pavilhões do CDP foi inspecionada pela juíza Ana Maria. Ela entregou pessoalmente os cálculos de pena, as respostas de solicitações feitas para à Vara de Execuções Penais, e encaminhou demandas para a Defensoria Pública Estadual (DPE), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

APURAÇÃO - A Lei 7.210/84 de Execuções Penais (LEP) estabelece que o juiz da execução penal deverá inspecionar - mensalmente - os estabelecimentos prisionais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. "Durante a inspeção eu converso com todos os presos da unidade escolhida (provisórios, regimes fechado e semiaberto), anotando reclamações, checando a situação e resolvendo pendências. Dois meses depois voltamos com as decisões e respostas que incluem revisão de cálculos penais, remição ou progressão de penas", informou a juíza da 1ª VEP. A magistrada disse ainda que 11 defensores públicos que atuam no Núcleo de Execuções Penais participam desse trabalho de atendimento às demandas dos apenados.

Para o diretor do CDP de Pedrinhas, Fábio Costa, o trabalho realizado pela juíza resolve a dúvida do interno, porque ele fica sabendo quanto tempo falta para o fim da pena e quando ele pode progredir no regime. "Esse trabalho é importante, pois possibilita ao preso saber sua realidade dentro do Sistema Prisional", finalizou o direitor.

• • •

TRANSPARÊNCIA

CGJ REGULAMENTA PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS

O processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) por meio do **Provimento nº 27/2016.**

No ato, a Corregedoria considerou a precariedade das designações de interinidade e de intervenção; a necessidade de continuidade dos serviços notariais e registrais e a ausência de normas detalhadas para o procedimento de transmissão do acervo nesses casos.

Conforme o Provimento, uma vez afastado o titular do cartório, é obrigatória a transmissão do acervo para quem for designado para a vaga, cabendo ao juiz de registros públicos da comarca o acompanhamento dos atos de transição.

O acervo do cartório inclui todos livros físicos e eletrônicos, fichas, documentos, papéis, microfilmes, carimbos, mídias, selos de fiscalização, arquivos digitais, banco de dados, credencias, senhas e informações de usuários necessários ao acesos de programas usados na efetivação dos atos notariais e registrais.

Os delegatários envolvidos na transmissão do acervo deverão assinar um Termo de Compromisso assinado por eles e pelo juiz de registros, que deve ser encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça.

I CORREIÇÃO

CORREGEDORIA FISCALIZA PROCESSOS EM COMARCAS DO INTERIOR

A Corregedoria Geral da Justiça cumpriu agenda de correições ordinárias para fiscalização das comarcas de Pastos Bons, São João dos Patos, Passagem Franca e Buriti Bravo.

A juíza corregedora Rosária Duarte, que preside os trabalhos da correição, e mais quatro assessores foram deslocados para o interior para realizar o trabalho de fiscalização. Em cada comarca são escolhidos cerca de 70 processos físicos em tramitação - 40 dentre os mais antigos e 30 dos novos -, conforme a Resolução nº 24/2009.

Juíza e equipe analisam, em cada processo, o andamento dos atos processuais em geral, o cumprimento dos despachos, os processos conclusos pendentes da decisão do juiz, a prolação de sentenças e a aplicação do Código de Normas da CGJ-MA. Conforme o que for constatado, são feitas anotações no processo acerca das recomendações ao juiz da vara, oficial de Justiça e funcionários da secretaria. Também são observadas as condições de prediais e patrimoniais do fórum, o quadro de funcionários e a demanda processual.

CORREIÇÃO EM ESTREITO E PORTO FRANCO

A juíza Rosária Duarte, auxiliar da CGJ, presidiu correição ordinária que a Corregedoria Geral da Justiça realizou nas comarcas de Estreito e Porto Franco, no período de 24 a 27 de outubro.

Os trabalhos correicionais foram iniciados pela 1ª e 2ª varas de Estreito. Em seguida, a equipe se deslocou até Porto Franco, onde os trabalhos abrangeram as duas varas da comarca.

Apesar de a legislação determinar a análise de apenas 40 processos por unidade judicial correicionada, a juíza Rosária Duarte decidiu verificar 70 processos, dentre esses os 20 mais antigos em tramitação, e mais 50 escolhidos de forma aleatória, incluindo os relativos a réus presos.

A magistrada avaliou que a estrutura dos fóruns das comarcas, em geral, é satisfatória para desenvolvimento dos trabalhos judiciais nas comarcas. "Em Porto Franco foram detectadas deficiências na estrutura física do Salão do Júri, que necessita de uma reforma para tornar o ambiente mais favorável à realização das sessões do Tribunal do Júri", observou a juíza.

EQUIPE - Auxiliam a juíza nos trabalhos os servidores Eurico Rocha, Josemar Filho, Tatiana Pereira, Bruna Menezes e João Castelo Branco. "Estamos concluindo, de forma satisfatória, os trabalhos da correição nessas comarcas com o auxílio dos servidores da Corregedoria, que estão muito comprometidos com o resultado da correição", ressaltou a juíza corregedora.

FAZENDA PÚBLICA

CARTÓRIO DO FUTURO VAI AGILIZAR TRÂMITE PROCESSUAL NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) estuda projeto que objetiva unificar as secretarias judiciais das cinco primeiras varas da Fazenda Pública do termo da comarca da Ilha de São Luís, através de uma Secretaria Remota Digital (SRD), que irá agilizar a tramitação processual nessas unidades. O projeto, denominado Cartório do Futuro, foi apresentado à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, pelo juiz corregedor Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), no dia 27 de outubro.

A Secretaria Remota Digital seria estruturada para atender exclusivamente os processos eletrônicos das cinco varas da Fazenda Pública, possuindo uma coordenação e setores distintos por atividades, sem a necessidade da criação de novos cargos e aquisição de novas tecnologias. As seções da SRD serão divididas em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público.

Segundo o magistrado, a existência de uma secretaria híbrida com processos físicos e eletrônicos, a crescente demanda processual e o alto índice de congestionamento nessas unidades judiciárias tornam necessária a implementação de modelos de gestão de produtividade cada vez mais eficientes, otimizando recursos humanos e tecnológicos. "No âmbito do Poder Judiciário do 1º grau, a sugestão é a adoção de um modelo já existente em outros estados, onde os resultados são tecnicamente garantidos", ressaltou Gladiston Cutrim.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, seria inviável adotar o mesmo tipo de gestão para os processos físicos e eletrônicos, de forma que o estudo de diversos modelos possibilitou a elaboração de uma proposta inicial de implantação

Novembro

A expressão “compartilhar e integrar” resume as principais ações da Corregedoria em novembro. Por meio do termo que autoriza a integração dos sistemas de informações criminais do Sistema de Segurança do Estado, assinado pela corregedora Anildes Cruz, o combate à criminalidade ascende a um novo patamar de agilidade e eficiência no Maranhão. Também nesse mês, pelo Provimento 28/2016, a CGJ regulamentou as audiências de custódia para menores apreendidos em ato infracional. Regularização imobiliária no bairro Coroado, em São Luís; realização da 3ª etapa do projeto “Trocando Ideias”; e a recomendação de práticas preventivas para lavratura de atos pelas serventias extrajudiciais, também foram algumas das ações da Corregedoria no período.

COMBATE AO CRIME

CORREGEDORIA ASSINA TERMO QUE INTEGRA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS DO ESTADO

A corregedora Anildes Cruz ressaltou que o termo é o resultado do esforço conjunto entre o Poder Judiciário, órgãos de segurança do Estado, e demais instituições envolvidas, para o combate à criminalidade e agilidade processual. "O Sistema de Segurança do Estado entra em um novo momento a partir de agora, com mais eficiência, agilidade e segurança na tomada de decisões", assinalou a desembargadora corregedora.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, destacou a importância da parceria entre os órgãos. "A assinatura do termo de cooperação representa um avanço para administração pública estadual e trará bons frutos no campo institucional", afirmou.

O procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coêlho, por sua vez, afirmou que a integração dos sistemas vai trazer um avanço gigantesco na prestação de serviços.

Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJMA, a maior vantagem é a segurança da informação, que vai possibilitar ao juiz identificar a pessoa que está sendo processada e as outras provas que existem no processo de maneira mais rápida.

"A partir desse convênio, o juiz poderá acessar documentos no próprio órgão de origem. Ele poderá consultar informações na fonte, sendo desnecessário o envio de ofícios para que o documento seja encaminhado", explicou.

De acordo com o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, a assinatura do termo fortalece o relacionamento entre os órgãos e entidades públicas. "Essa visão compartilhada do problema contribui positivamente para a administração pública com todos marchando no mesmo tom", frisou.

O secretário de Estado de Governo, Antonio Nunes, destacou que a utilização de um sistema unificado de informações, com o uso da tecnologia, resolve problemas internos e permite uma melhor prestação de serviços à sociedade.

ACOMPANHAMENTO

CORREGEDORIA REALIZA 3ª EDIÇÃO DO PROJETO 'TROCANDO IDEIAS'

No 'Trocando Ideias' os juízes discutem temas de grande relevância na atividade judicante dos magistrados do Maranhão, como incentivo ao aprimoramento da prestação jurisdicional nas comarcas onde atuam.

Durante a abertura, a desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a troca de ideias e as boas práticas desenvolvidas pelos juízes proporcionam grande aprendizado a todos, por isso, devem ser compartilhadas e difundidas.

"O tempo tem nos exigido um esforço conjunto no enfrentamento dos problemas, dessa forma, a capacitação em Gestão Judiciária é para nós, mais uma ferramenta que visa melhorar a prestação jurisdicional, além de multiplicarmos as experiências positivas", concluiu a corregedora.

O presidente em exercício da AMMA, juiz Marcelo Moreira, manifestou a satisfação da associação em sediar um encontro de capacitação de magistrados. "Desejo que todos os objetivos planejados sejam alcançados", ressaltou.

A juíza Raquel Menezes, titular da 1ª vara de Coelho Neto, e o juiz José Augusto, titular da 2ª vara de Rosário, compartilharam, com os demais juízes, experiências desenvolvidas na gestão das unidades judiciais das comarcas onde atuam.

Os juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu (Infância e Juventude), Marcia Chaves (Coordenação dos Juizados), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e Sara Gama (Serventias Extrajudiciais), acompanharam a corregedora no evento.

DIREITOS HUMANOS

CORREGEDORIA RECEBE ENTIDADES DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Entidades representativas de Direitos Humanos da Mulher foram recebidas na Corregedoria, pela desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral. Em pauta, o processamento e julgamento de ações que envolvem a Lei Maria da Penha. De acordo com o Centro de Promoção de Cidadania e Defesa de Direitos Humanos Pe. Josimo, processos que tratam do mesmo caso familiar e que envolvem violência doméstica e guarda dos filhos, processados em diferentes varas judiciais, resultam em decisões divergentes.

Para Thiago Viana, representante do Centro de Cidadania, é necessário estabelecer uma conexão nessas ações que tramitam na Vara da Mulher e nas Varas da Família, para evitar decisões conflitantes em um mesmo caso.

A corregedora Anildes Cruz propôs uma discussão que alcance todos os envolvidos no tema, um debate amplo. "Os direitos da mulher e das crianças, reivindicados perante o Poder Judiciário devem ser processados e julgados com os cuidados inerentes à matéria, para que haja a eficaz e completa prestação jurisdicional", pontuou a corregedora Anildes Cruz. Representantes da Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Maranhão - ACECTMA; Secretaria Municipal de Educação de São Luís; e Universidade Federal do Maranhão, também participaram do encontro.

Acompanharam a corregedora durante a reunião, os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude) e Rosária Duarte (Serventias Judicias).

PROVIMENTO 28/2016

CORREGEDORA REGULAMENTA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PARA ADOLESCENTES

O **Provimento nº 28/2016**, já em vigor, determina que o adolescente apreendido por ato infracional ocorrido no termo judiciário de São Luís deverá ser apresentado em 24h, pela unidade da FUNAC, ao juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, após ouvido o Ministério Público. Quando a apreensão ocorrer nos finais de semana e feriados, a apreciação deverá será feita pelo plantão judiciário criminal.

Para o juiz auxiliar da CGJ, José Américo Abreu Costa, a medida regulamentada pela Corregedoria "garante tratamento igualitário entre adultos e adolescentes, no que se refere ao direito de ser ouvido por autoridade judiciária nos casos de flagrante delito".

INFÂNCIA E JUVENTUDE - As audiências de apresentação de adolescentes apreendidos em flagrante serão realizadas diariamente nas dependências da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, em horários marcados. O juiz apreciará a legalidade da apreensão e tomará as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que podem ser o arquivamento dos autos; a remição (absolvição) ou a aplicação de medida socioeducativa. As audiências de apresentação de adolescentes já são uma prática corrente na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, onde o primeiro ato do processo e os procedimentos relativos à continuidade da ação acontecem em uma mesma audiência.

"Estamos lidando com a adolescência - uma fase curta da vida - que depende de uma medida protetiva ou socioeducativa da Justiça importante para a reinserção social do adolescente. Com a audiência de apresentação podemos dar uma resposta mais célere acerca da responsabilização do adolescente infrator", explicou o Juiz José Costa (2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís), que propôs a regulamentação das audiências de apresentação à Corregedoria.

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei é feito de forma conjunta pelos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, Delegacia de Polícia do Adolescente Infrator e da unidade de atendimento da Fundação da Criança e o Adolescente (Funac).

> "Estamos lidando com a adolescência - uma fase curta da vida - que depende de uma medida protetiva ou socioeducativa da Justiça importante para a reinserção social do adolescente. Com a audiência de apresentação podemos dar uma resposta mais célere acerca da responsabilização do adolescente infrator"
>
> **José Costa,** juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís

NOVEMBRO AZUL

FÓRUM DE SÃO LUÍS LANÇA CAMPANHA ALERTANDO PARA A PREVENÇÃO DO CÂNCER EM HOMENS

Com um alerta sobre o crescimento do número de casos de câncer em homens no Brasil e a importância da realização do exame preventivo para o diagnóstico precoce da doença que deve atingir este ano 295.200 novos casos no país, foi lançada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a Campanha Novembro Azul, movimento mundial de combate ao câncer masculino. O evento foi aberto com a instalação da Geladeira Solidária e encerrado com a esquete da comédia Pão com Ovo.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, disse que o órgão está engajado no movimento de combate ao câncer masculino e que continuará as parcerias nas campanhas de responsabilidade social.

O vice-presidente da Fundação, Antonio Dino Tavares, falou sobre a importância das parcerias para o trabalho da instituição que atua na luta contra o câncer no Maranhão desde 1976. Além do Hospital Aldenora Bello, a entidade mantém duas casas de apoio que hospedam pacientes vindos do interior e de outras localidades, para tratamento do câncer; e o consultório móvel, unidade ambulatorial utilizada em campanhas de prevenção da doença.

O diretor Comercial e Marketing da Psiu, José Rafael da Silva, lembrou que o projeto Geladeira Solidária, idealizado pela empresa e já funcionando há seis meses, tem como principal vertente a responsabilidade social, o incentivo à solidariedade e a consciência cidadã. É que o público terá livre acesso ao equipamento instalado durante todo o mês de novembro no Fórum de São Luís e nenhum funcionário da empresa ficará ao lado para acompanhar a venda e entrega dos produtos. O próprio consumidor ficará livre para pegar o refrigerante, água, suco ou energético e depositar no cofre acoplado à geladeira o dinheiro equivalente a sua compra. Cada item custa de R$ 2,00.

SEGURANÇA

CGJ RECOMENDA PRÁTICAS PREVENTIVAS NA LAVRATURA DE ATOS PELOS CARTÓRIOS DE NOTAS

A Corregedoria Geral da Justiça expediu Recomendação (Nº 01/2016) a ser seguida pelos tabeliães de notas na lavratura de atos, de escritura pública, escrituras relativas a imóveis rurais e urbanos, e de escritura de separação/divórcio e de inventário/partilha, dentre outros casos.

Dentre outras quatro recomendações, a Corregedoria orienta que antes da lavratura de qualquer ato de seu ofício os tabeliães verifiquem se as partes estão com os originais dos documentos de identificação (CI ou CPF/CNPJ e, se for o caso, Certidão de Casamento).

Nos casos de lavratura de escritura pública, são vinte recomendações. Os requisitos incluem, por exemplo, dia, mês, ano e local; assinatura e qualificação das partes.

Escrituras relativas a bens imóveis – rurais e urbanos - devem ter a identificação e prova de quitação de tributos municipais, além de mais dez exigências. Lavraturas de escritura de separação e divórcio de inventário e partilha deverão observar os requisitos constantes na Resolução nº 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça.

ISO 9001:2015

EXAME DE DNA LABORATÓRIO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS RECEBE NOVA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

O Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) foi referenciado com a certificação ISO 9001:2015. O selo, aplicado mundialmente, atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA realizados pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

A recomendação para recebimento do certificado foi entregue ao diretor do Fórum, juiz Sebastião Bonfim, pelo auditor Marcos Viana, da empresa certificadora suíça SGS (Societé Generale de Surveillance), que passou dois dias avaliando os procedimentos do laboratório. Segundo o auditor da SGS, a certificação padroniza os processos de maneira consistente, assegurando confiabilidade e qualidade nas análises de DNA.

Marcos Viana já havia certificado o laboratório com o ISO 9001:2008, em 2013. Ele explicou que o ISO 9001:2015, obtido agora, diferencia-se do anterior por enumerar mais elementos para comprovação de excelência, como, gestão de riscos, contexto organizacional, necessidades e expectativas das partes interessadas. "É a garantia de que as análises de DNA são feitas mediante padrão de excelência e foco no atendimento ao cliente".

Para o diretor Sebastião Bonfim, a nova certificação premia o esforço conjunto da gestão e de toda a equipe de servidores do laboratório. "É o resultado da dedicação de todos; a competência aliada ao zelo profissional, o compromisso da diretoria em oferecer um trabalho de qualidade ao jurisdicionado". Alias, foi na gestão de Sebastião Bonfim, em 2013, que o laboratório recebeu a certificação internacional pela primeira vez.

Criado em 1999, na gestão do corregedor Jorge Rachid, o Laboratório Forense conta atualmente com uma equipe de 10 profissionais, sendo três analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins. Este ano, até o mês de outubro, a unidade laboratorial já realizou 930 exames de DNA. No ano anterior (2015) foram 1.073 exames; em 2014, 1.074; e em 2013, 1.130 exames.

No laboratório são realizados exames de DNA para fins processuais, requisitados por juízes das comarcas do interior e da capital. O exame pode ser requisitado nos processos de investigação de paternidade, por magistrados das varas da família ou por um juiz criminal para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e incesto, seguido de gravidez. Em relação à Vara da Infância e Juventude, o exame é indicado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez.

ALVARÁ ELETRÔNICO

TREINAMENTO DE ANALISTAS DA SEGURANÇA PREPARA IMPLANTAÇÃO DO ALVARÁ ELETRÔNICO

Especialistas penitenciários jurídicos participaram de um treinamento no Fórum de São Luís, sobre o uso do sistema de "Malote Digital" do Poder Judiciário no cumprimento de alvarás de soltura expedidos por magistrados para liberação de presos. Os doze servidores da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (SEAP) são responsáveis pela análise dos alvarás de soltura de presos antes de dar efetividade à ordem judicial.

O treinamento foi ministrado pela diretoria de informática do Tribunal de Justiça do Maranhão e assessoria de informática da Corregedoria, com o acompanhamento do juiz Gladiston Cutrim coordenador de planejamento estratégico da CGJ-MA e do supervisor geral de gestão de alvarás da SEAP, Samyr Duarte Kzam.

Uma segunda etapa de treinamento será ministrada aos servidores das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPRs) vinculadas à SEAP e aos servidores das Delegacias Regionais subordinadas a Secretaria de Segurança Pública. A Corregedoria enviou uma Circular a todos os juízes de direito com competência criminal, sobre as providências tomadas para a efetivação do sistema.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a preparação dos servidores da área da segurança pública que atuam nos órgãos recebedores dos alvarás de soltura é a etapa anterior à implantação e uso do sistema de malote digital para essa finalidade, que tem como meta reduzir o prazo do cumprimento da ordem de soltura de 24h, como geralmente acontece atualmente, para duas horas.

"A Corregedoria providenciará junto a Diretoria de Informática a melhoria do perfil de usuário dos analistas da área da segurança, com o objetivo de agilizar a pesquisa atual de dados referentes à situação do preso. Eles vão passar a utilizar o sistema com um perfil mais adequado, facilitando o trabalho de análise dos dados sobre a situação do preso".

A capacitação oferecida pelo Judiciário decorreu de cooperação técnica firmada pela Corregedoria Geral da Justiça com a Unidade de Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA, a SEAP, a SSP e a Delegacia Geral de Polícia Civil, que permitiu o emprego do sistema de Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça como meio de comunicação oficial entre a Justiça de primeira e segunda instâncias para cumprimento de ordens judiciais de soltura, conforme a Lei Federal nº 11.419/2006.

MALOTE - O uso do sistema de Malote Digital foi regulamentado pela CGJ-MA por meio do Provimento Nº 24/2016 , que Institui o Alvará de Soltura Eletrônico e seu uso no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus por meio do Sistema de Malote Digital.

> "A Corregedoria providenciará junto a Diretoria de Informática a melhoria do perfil de usuário dos analistas da área da segurança, com o objetivo de agilizar a pesquisa atual de dados referentes à situação do preso."
>
> **Gladiston Cutrim,** juiz

PROPOSTA

CGJ VAI PADRONIZAR PROCEDIMENTO DE MEDIDAS APLICÁVEIS A PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Em atenção à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), apresentou à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, o modelo de fluxograma processual das medidas terapêuticas em execução penal, nos casos de incidentes de insanidade mental detectados no sistema prisional do Estado do Maranhão. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), também acompanhou a apresentação do fluxograma.

O trabalho detalha todos os procedimentos e medidas judiciais aplicáveis aos casos de incidente de insanidade mental detectados pela Rede de Atenção Psicossocial, que dão suporte às decisões judiciais.

O modelo apresentado aos desembargadores foi concebido a partir de uma articulação com os órgãos e unidades que integram a rede de atenção à saúde de apenados. Dentre eles, o Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública (DPE), Hospital Nina Rodrigues, Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Departamento Estadual de Saúde Mental, e Núcleo de Perícias Psiquiátricas do Estado do Maranhão.

A corregedora elogiou o trabalho desenvolvido pelo juiz da 2ª VEP e pela UMF, que objetiva realinhar e otimizar o fluxo de aplicação de medidas terapêuticas a presos com incidente de insanidade mental. "O alcance e a importância dessas medidas se concretizam na plena prestação jurisdicional à sociedade, na medida em que a CGJ vai orientar os magistrados com um procedimento padrão", ressaltou a desembargadora corregedora.

Segundo o desembargador Froz Sobrinho, a partir desse fluxo é possível otimizar os procedimentos para atendimento de pessoas internadas com base em incidente insanidade mental, inclusive, com a cooperação da família.

O modelo apresentado será convertido em formato de cartilha e servirá como manual de instrução para uso dos magistrados em processos judiciais que envolvem incidentes de insanidade mental, e que envolvam custodiados do sistema prisional portadores de transtornos de ordem mental.

O juiz Fernando Mendonça, destacou ainda, que a partir desse trabalho será viabilizado um termo de cooperação com as instituições envolvidas. "Estamos sugerindo um modelo de procedimentos para utilização pelos juízes da Execução Penal, que concede atenção integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, envolvendo toda a rede de proteção, a família do paciente e a sociedade", finalizou o titular da 2ª VEP.

Participaram da reunião, o juiz auxiliar da corregedoria, Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), Gustavo Adriano Campos (diretor da Secretaria da CGJ) e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

> "O ALCANCE E A IMPORTÂNCIA DESSAS MEDIDAS SE CONCRETIZAM NA PLENA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL À SOCIEDADE, NA MEDIDA EM QUE A CGJ VAI ORIENTAR OS MAGISTRADOS COM UM PROCEDIMENTO PADRÃO"
>
> **Anildes Cruz,** desembargadora

CARTÓRIO DO FUTURO

CGJ CONHECE EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA JUDICIAL ÚNICA PARA A FAZENDA PÚBLICA

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) conheceu o funcionamento da secretaria judiciária única do "Cartório do Futuro", do Poder Judiciário do Ceará, para fins de implantação de projeto semelhante nas varas da Fazenda Pública de São Luís.

Os juízes Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão e Gladiston Cutrim, juiz auxiliar de planejamento da CGJ-MA, visitaram o fórum de Fortaleza (CE), onde foram recebidos pelo juiz José Maria dos Santos Sales, diretor do fórum "Clóvis Beviláqua", e pelo juiz Demetrio Saker Neto, auxiliar da corregedoria geral da Justiça do Ceará, além de servidores.

A oportunidade serviu para captar informações junto aos servidores e magistrados da Fazenda Pública cearense sobre a experiência na implantação da secretaria única – experiência bem sucedida implantada em janeiro de 2014, por autorização nº 02/2013 – TJCE. A tramitação processual no fórum local é inteiramente eletrônica por meio do sistema SAJ, o que facilitou a implantação da Secretaria Judiciária Única.

Atualmente, a secretaria cearense conta com 47.500 processos. A unificação do serviço permitiu um incremento em 95% da expedição de mandados, cartas, ofícios e alvarás e 74% em arquivamento definitivo de processo, em relação à sistemática anterior à instalação da secretaria judicial única.

AGILIDADE - De acordo com o supervisor da secretaria judiciária única, Francisco Clávio Saraiva Nunes, em tese, a Secretaria Judiciária Única assumiu os expedientes e procedimentos voltados à tramitação processual, enquanto os gabinetes ficaram responsáveis pela produção.

O juiz Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão explicou que nos últimos 11 meses, as cinco varas da Fazenda Pública receberam, aproximadamente, 34 mil processos. "De repente fomos pegos com uma avalanche de processos e permanecemos com o mesmo número de servidores, mesmas práticas desenvolvidas no processo físico, e exatamente por isso que estamos em busca de alternativas para melhorar o atendimento dos processos digitais e assim, consequentemente, melhorar a prestação jurisdicional", disse o magistrado.

Para o juiz de planejamento, Gladiston Cutrim, a experiência de conhecer de perto o funcionamento da secretaria única do tribunal cearense deixou claro a certeza de ser possível dar maior agilidade na movimentação processual. "A padronização de rotinas e procedimentos facilita o cumprimento das determinações judiciais proferidas pelos magistrados, sem falar o fato de ser uma das formas de amenizar o problema de falta de servidores".

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a realização do estudo de projeto-piloto para as varas da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, o que deverá ser discutido em breve com os magistrados e presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

PROVIMENTO 30/2016

PEÇAS PROCESSUAIS DE CRIMES PRATICADOS POR MILITARES DEVEM SER ENVIADAS À PROCURADORIA

Em atendimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corregedoria Geral da Justiça disciplinou a remessa de cópias de peças processuais ao Ministério Público estadual, para fins de representação para perda de posto e de patente ou de graduação dos oficiais das polícias militares do Estado.

De acordo com o **Provimento nº 30/2016,** de 22/11/2016, os secretários judiciais das varas criminais do Poder Judiciário, no prazo de 30 dias do trânsito em julgado da sentença penal condenatória - que tenha determinado a oficiais ou praças graduados da Polícia Militar pena privativa de liberdade superior a dois anos -, encaminhem ao procurador geral da Justiça as cópias das peças processuais: denúncia, interrogatório, sentença condenatória, acórdão (se houver) e certidão de trânsito em julgado.

A determinação também se aplica quando do recebimento do processo submetidos à apreciação recursal, mas será dispensável na hipótese de praça graduado condenado já ter sido excluído da corporação por ato administrativo.

CNJ – O Conselho Nacional de Justiça, em autos do Pedido de Providência recomendou aos tribunais de Justiça a edição de ato normativo que determinou a remessa de cópias das principais peças processuais à Procuradoria Geral da Justiça ou Procuradoria Geral da Justiça Militar, para fins de representação ara declaração de indignidade/incompatibilidade no exercício da carreira militar.

No Provimento, a Corregedoria considerou que a Constituição Federal determina que a perda do posto e da patente dos oficiais das polícias militares dos estados, com a consequente exclusão do quadro da corporação, depende de processo específico perante o Tribunal de Justiça, a ser deflagrado por representação do Ministério Público, visando à declaração da indignidade ou compatibilidade ao oficialato, após a condenação criminal por crime comum ou militar, com trânsito em julgado a pena privativa de liberdade superior a dois anos.

No Provimento, a Corregedoria considerou que a Constituição Federal determina que a perda do posto e da patente dos oficiais das polícias militares dos estados, com a consequente exclusão do quadro da corporação, depende de processo específico perante o Tribunal de Justiça

DIGNIDADE

FAMÍLIAS RECEBEM REGISTRO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL EM AÇÃO NO BAIRRO DO COROADO

Na abertura, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, explicou sobre a situação do Coroado: "O que faremos hoje aqui é entregar o registro de imóveis dessas pessoas que, há 46 anos, compraram aqui seus terrenos, mediante contrato de compra e venda, e construíram suas casas, sendo que nunca conseguiram tirar esse registro. Quase todas essas pessoas, cerca de 99%, pagaram à SURCAP (Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital S/A) e não adquiriram o direito de propriedade. O Provimento 25 de 2015 da Corregedoria Geral da Justiça veio para garantir a essas pessoas a possibilidade de ter averbado o direito de propriedade no 2º Cartório de Registro de Imóveis".

"As entidades representativas do Coroado se uniram e formaram uma comissão de moradores. O papel do Poder Judiciário é basicamente de orientação, pois a legislação já está aí para ser cumprida. Hoje, são as comunidades que estão procurando o Judiciário. Esse trabalho já foi realizado em diversos bairros de São Luís, a exemplo de toda a região da Cidade Operária, Vila Janaína, Vila Riod, Santa Clara, Cidade Olímpica, Vila Luizão, Divinéia, Sol e Mar, Sá Viana, Pirapora. Já é um número significativo de bairros que estão tendo esse direito garantido. A situação aqui no Coroado deve estar toda regularizada até abril de 2017", explicou Luzia. Ela ressalta que a iniciativa beneficia pessoas que já ocupam as áreas por longos anos, e contempla famílias com renda não superior a cinco salários mínimos que vivam em imóveis com área do terreno não superior a 250 m²e área construída não superior a 70 m².

Neline Soares, moradora, ressaltou que esse movimento no bairro surgiu durante uma edição do Coroado de Natal, uma rede de solidariedade realizada na área há dois anos e que tem como parceira a 2ª Vara de Execuções Penais. "Eu passei mais de quatro anos andando entre SURCAP e cartório e ninguém me dava uma orientação correta. Durante uma edição do coroado de natal eu coloquei essa minha insatisfação. De pronto, o juiz Fernando Mendonça pediu que eu procurasse a juíza Luzia e que ela estaria com essa pasta de legalização fundiária. Luzia Neponucena analisou os contratos que a ela foram entregues e posso afirmar que a comunidade do Coroado deve muito à Corregedoria Geral de Justiça justamente por esse momento ímpar e a comunidade está começando a compreender isto", disse ela, que mora no bairro desde 1978.

Dezembro

Dezembro inicia com a participação da corregedora geral no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF).
No evento, a corregedora conheceu as metas nacionais a serem cumpridas pelos órgãos da Justiça em 2017, bem como o desempenho dos tribunais no cumprimento das metas de 2016. A corregedora também designou seis novos juízes para atuarem em zonas judiciais do interior do Estado e baixou o Provimento nº 31/2016, que determina o encaminhamento para o Exército, de armas apreendidas que estejam guardadas nas unidades judiciais.

PROVIMENTO 30/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CONCLUI CALENDÁRIO ANUAL DE CORREIÇÕES EM COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) concluiu no dia 1º de dezembro, o calendário de correições gerais ordinárias e extraordinárias nas unidades jurisdicionais do interior do Estado do ano de 2016, iniciado no dia 02 de maio. Na última semana de correições, uma equipe da CGJ-MA, presidida pela juíza Rosângela Prazeres, com o auxílio de cinco servidores, correicionou as comarcas de São Pedro da Água Branca (dia 28), Itinga (29) e Açailândia (30 e 1º/12).

Os trabalhos foram iniciados na comarca de São Pedro da Água Branca, onde foi verificado que o quadro de servidores é reduzido e o prédio do fórum não possui a estrutura necessária para atender às necessidades dos servidores e jurisdicionados. Em Itinga, o número de servidores é razoável e a estrutura, em geral atende às necessidades da demanda. A equipe da Corregedoria verificou as condições de funcionamento do fórum e da secretaria judicial da 1ª Vara Criminal e da 2ª Vara Cível de Açailândia.

Durante a visita às comarcas a magistrada e os servidores verificaram, dentre outros serviços, a regularidade na tramitação dos feitos, o tempo de duração dos processos; a qualidade do atendimento ao público pela secretaria judicial e as condições prediais e patrimoniais do fórum. "Estamos analisando, em média, 70 processos por unidade judicial", pontuou a juíza Rosângela Prazeres.

Os servidores: Sabrina Smith, Lilia Gonçalves, Eurico Rocha, Eryka Martins e Thayana Cruz foram encarregados de auxiliar a magistrada durante os trabalhos correicionais.

Após o encerramento são elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por unidade correicionada, dos fatos que forem constatados durante a correição.

DURANTE A VISITA ÀS COMARCAS A MAGISTRADA E OS SERVIDORES VERIFICARAM, DENTRE OUTROS SERVIÇOS, A REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS FEITOS, O TEMPO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS; A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELA SECRETARIA JUDICIAL E AS CONDIÇÕES PREDIAIS E PATRIMONIAIS DO FÓRUM.

AGILIDADE

PRIMEIRO ALVARÁ DE SOLTURA VIA MALOTE DIGITAL FOI CUMPRIDO EM UMA HORA E MEIA

Foi cumprido em uma hora e meia o primeiro alvará de soltura encaminhado à autoridade policial por meio do Sistema Malote Digital, implantado na Justiça estadual de primeiro grau pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

A decisão judicial partiu do juiz Marcelo Libério, titular do Juizado Cível e Criminal de São José de Ribamar e respondendo pela 1ª Vara Criminal e foi cadastrada no sistema às 9h6min, e lida às 10h29min. O despacho para cumprimento do alvará de soltura foi emitido pela autoridade policial às 12h04min do mesmo dia.

MALOTE DIGITAL – Por meio de Convênio de Cooperação Técnica assinado em setembro deste ano, pelo Poder Judiciário, foi implantado na Justiça estadual o Sistema "Malote Digital", desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, como meio de comunicação oficial entre os sitema de Justiça e Segurança Pública, para fins de cumprimento de alvarás de soltura de presos, no prazo máximo de 24 horas da decisão judicial de livramento, se o acusado não estiver preso por outro motivo.

• • •

73º ENCOGE

CORREGEDORES DE TODO O PAÍS DISCUTEM PROPOSTAS PARA A MAGISTRATURA

O 73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge), discutiu a relação do juiz com a imprensa e mídias sociais, ética, inovações do novo Código de Processo Civil (CPC) e registro civil após reprodução assistida.

RECONHECIMENTO

CORREGEDORA ANILDES CRUZ É ELEITA PARA A COMISSÃO EXECUTIVA DO CCOGE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi eleita para compor a nova comissão executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A eleição aconteceu, por aclamação, ao final do 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado em São Paulo (SP).

A nova composição do Colégio é formada pelos desembargadores Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP) como presidente; desembargador André Leite Praça (TJMG), vice-presidente; desembargador José Cruz Macedo (TJDF), 2º vice-presidente; e a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, como secretária. O corregedor-geral do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, foi conduzido ao cargo de tesoureiro. O mandato dos eleitos tem a duração de um ano.

A desembargadora Anildes Cruz, única mulher a compor a nova diretoria, agradeceu a confiança dos colegas para o mandato, e afirmou que as ações do CCOGE externadas nas ações e debates promovidos pelo Encoge, contribuem para as mudanças necessárias no Judiciário brasileiro frente à nova realidade social dada. "O Encoge tem essa missão de tornar a prestação jurisdicional e extrajudicial uniforme, ampla, célere e eficaz, daí a importância de discussões e debates atuais promovidos por esse encontro", ressaltou Anildes Cruz.

ORIENTAÇÃO

CORREGEDORES ESTADUAIS APROVAM A CARTA DE SÃO PAULO DURANTE O 73º ENCOGE

Os corregedores gerais das justiças estaduais de todo o país, lançaram, no dia 25 de novembro, a Carta de São Paulo após três dias de discussões e debates durante o 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado na capital paulista. A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça maranhense, contribuiu com a redação do documento.

Entre os pontos destacados está a intensificação do controle de assiduidade e disponibilidade dos juízes, garantindo a presença física do magistrado durante o período de expediente forense. Registro civil para nascimentos advindos de técnicas de reprodução assistida; rígido controle do excedente da remuneração dos interinos em cartórios; atendimento prioritário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o desenvolvimento e suporte do Projeto PJe, dentre outros.

REFORÇO

SEIS NOVOS JUÍZES DE DIREITO ENTRAM EM EXERCÍCIO NA MAGISTRATURA DE 1º GRAU

Os seis novos juízes empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, entraram em exercício no dia 12 de dezembro, perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

A juíza Talita de Castro Barreto vai atuar na 6ª Zona Judiciária, sediada na comarca de Caxias. A magistrada Urbanete de Angiolis Silva, foi designada para a 5ª Zona Judiciária, na comarca de Açailândia. Já os juízes Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, Hugo Alves Albarelli Ferreira, Paulo do Nascimento Junior e Felipe Soares Damous, entraram em exercício no cargo de juiz substituto na 4ª, 3ª, 2ª e 1ª Zonas Judiciárias, respectivamente, com sede na comarca de Imperatriz. Na assinatura dos termos, a desembargadora Anildes Cruz deu as boas vindas e ressaltou os desafios que os novos juízes vão enfrentar. "A magistratura é para ser amada, por isso, trabalhem observando as exigências do cargo", enfatizou a corregedora.

O juiz José Américo Abreu Costa, auxiliar da Corregedoria, destacou o contexto atual da atuação do magistrado. "Ao contrário de um passado remoto, o Judiciário não é mais um quartel forense, é sim um ambiente em que os juízes devem se manter em constante diálogo, com a troca de ideias e compartilhamento de experiências", ressaltou o juiz corregedor.

Também participaram da cerimônia os juizes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim, Marcia Chaves, Rosângela Prazeres, e o diretor da Corregedoria, Gustavo Campos.

NOVOS JUÍZES DA JUSTIÇA DE 1º GRAU CONHECEM A ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO EM VISITA À CGJ

Os novos juízes empossados durante sessão plenária do Tribunal de Justiça, conheceram a estrutura da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Ricardo Moyses, Felipe Damous, Urbanete Silva, Paulo Junior, Talita Barreto e Huggo Ferreira foram recebidos pela corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, e pelos juízes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim e Rosângela Prazeres. Os magistrados conheceram as diversas funcionalidades dos Sistemas PJe e Themis-PG, que gerenciam eletronicamente os processos da Justiça de 1º grau. As principais ferramentas dos sistemas foram apresentadas, passo-a-passo, aos novos magistrados do Maranhão.

Foi pontuado também, durante a visita, as demandas requeridas pela Corregedoria, Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apresentação de relatórios, cumprimento de metas estabelecidas, processos de vitaliciamento na carreira, correições e detalhes da execução penal, dentre outros.

Segundo a corregedora Anildes Cruz, que priorizou a realização desse momento para os novos magistrados, o juiz precisa ter um suporte de informações e orientações necessárias para o exercício da atividade judicante, principalmente, no início da carreira. "A Corregedoria vai continuar orientando e dialogando com o magistrado em busca do cumprimento das normas legais, e da melhoria na prestação jurisdicional e redução dos índices de congestionamento processual nas unidades" observou a corregedora.

PROVIMENTO 31/2016

CGJ DETERMINA ENVIO DE ARMA E MUNIÇÃO SOB CUSTÓDIA DO JUDICIÁRIO AO EXÉRCITO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou o envio de armas de fogo e munições que se encontram em unidades do Poder Judiciário ao comando do Exército Brasileiro para que sejam destruídas ou doadas, independentemente da fase em que se encontra o processo judicial.

No Provimento Nº 31/2016, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, justifica que essa medida é necessária por "questão de segurança", apesar do recolhimento mensal das armas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Conforme a determinação da Corregedoria, as armas e munições sob custódia do Judiciário, vinculadas a processos com sentenças já transitadas em julgado deverão ser encaminhadas ao Exército, assim como as desvinculadas de processos judiciais terão o mesmo encaminhamento. Armas brancas deverão ser enviadas – imediatamente – para destruição.

A Corregedoria informa que, antes do encaminhamento, as armas e munições deverão ser periciadas e os proprietários intimados para que, no prazo de dez dias, manifeste interesse na restituição.

Caso a arma apreendida seja de propriedade dos órgãos de Segurança Pública deverá ser devolvida à corporação, após a elaboração de laudo pericial e intimação das partes. Já a doação de armas aos órgãos da Segurança Pública e às Forças Armadas deverá ser realizada conforme a Lei Federal nº 10.826/2003.

MENSAGEM

8 DE DEZEMBRO: DIA DA JUSTIÇA

Criado pelo Decreto-Lei n.º 8.292/45, os tribunais, fóruns e órgãos ligados ao Judiciário comemoram essa data desde 1940, em homenagem à santa Imaculada Conceição, reconhecida pelo Papa Pio IX no dia 8 de dezembro de 1854.

A criação do Dia da Justiça teve por objetivo homenagear não apenas o Poder Judiciário, mas todos os profissionais que atuam na área do direito promovendo a justiça social.

ÉTICA - Para a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, a data deve ser comemorada porque resgata a discussão sobre valores como ética, cidadania, respeito, convivência e compreensão, pontos fundamentais de uma sociedade justa e igualitária. "A atuação da Justiça para garantir a solução de conflitos gerados na sociedade deve resgatar, sempre, tais valores, pois, dessa forma, estará contribuindo com a consolidação e o aperfeiçoamento das instituições brasileiras e a paz social".

"Todos os valorosos magistrados maranhenses que honram e dignificam o Judiciário estão de parabéns neste importante dia", finalizou a desembargadora corregedora.

TRANSPARÊNCIA

CORREGEDORIA PUBLICA PLANTÃO JUDICIÁRIO DA ILHA DE SÃO LUÍS EM 2017

A Corregedoria Geral da Justiça publicou a escala do Plantão Judiciário do 1º Grau da comarca da Ilha de São Luís para o ano de 2017, que tem início no dia 2 de janeiro de 2017 e encerramento no dia 6 de janeiro de 2018.

Na Portaria nº 4636/2016 são indicados os nomes dos juízes de direito e as datas que responderão pelos plantões semanais nos dias úteis e em recesso forense em toda a região metropolitana de São Luís, que abrange os termos judiciários de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A medida segue a orientação da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

RECONHECIMENTO

CORREGEDORIA RECONHECE EXCELÊNCIA DE SERVIÇOS PRATICADOS POR CARTÓRIOS DE SÃO LUÍS

Em solenidade realizada dia 19 de dezembro, a corregedora geral da Justiça reconheceu os serviços prestados por cinco cartórios extrajudiciais de São Luís que se destacaram pelas boas práticas de gestão administrativa e alcançaram grau de excelência, no ano de 2016.

A corregedora geral, desembargadora Anildes Cruz, entregou uma Portaria de Elogio, acompanhada de um Certificado, para os cartorários: Juliana Pereira Soares (5º Tabelionato de Notas), representada pela substituta Rafaela de Sousa Félix; Pedro Henrique de Cavalcante Lima (6º Tabelionato de Notas), Thyago Ribeiro Soares (2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas); Paulo de Tarso Guedes Carvalho (2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos) e Gustavo Dal Molin de Oliveira (7º Tabelionato de Notas).

Os cartorários homenageados cumpriram as exigências da legislação, conforme suas especialidades, para o bom funcionamento dos serviços extrajudiciais, que foram fiscalizados durante as inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria durante o mês de agosto deste ano.

Durante a solenidade, a corregedora Anildes Cruz parabenizou os cartórios e enalteceu a importância do trabalho do serviço extrajudicial para a população. "Esse reconhecimento é um incentivo para os cartorários que cumpriram com rigor a legislação. Que essas boas práticas sirvam de exemplo para que os demais cartórios atinjam suas metas. O jurisdicionado só tem a ganhar com isso", disse.

BOAS PRÁTICAS - Dois cartórios se destacaram por investimentos nos recursos humanos. O 5º Tabelionato de Notas adotou um Plano de Cargos e Carreira para contratação e gestão de pessoas, com prévio processo seletivo e cursos de formação para aperfeiçoamento do corpo funcional na área notarial e registral. Já 6º Tabelionato de Notas implantou dois programas de atenção à saúde ocupacional dos colaboradores, e cumprimento as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando minimizar a exposição dos funcionários aos riscos posturais no desempenho da função.

No 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas foram feitas duas intervenções: a primeira efetivou o acompanhamento em tempo real do ordenamento das notificações, via e-mail. E a segunda, por meio de convênio com a Receita Federal em curso, a emissão imediata do CNPJ, tão logo seja registrada uma empresa no cartório.

No cartório 2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos, foram feitos investimentos na informatização dos serviços, com resultados na agilização das intimações. Em paralelo, estão sendo regulamentadas, junto à Corregedoria, algumas práticas que ainda não estão expressamente definidas no Código de Normas. No 7º Tabelionato de Notas, a Corregedoria constatou eficiência na estruturação e organização dos serviços, notabilizados pelo zelo e responsabilidade, tanto do delegatário, quanto dos servidores.

"Esses cartórios cumpriram todas as recomendações do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e adotaram práticas inovadoras que geraram segurança jurídica, tanto para os cartorários quanto para os jurisdicionados", complementou a juíza auxiliar Sara Gama, responsável pela fiscalização das serventias extrajudiciais.

> OS CARTORÁRIOS HOMENAGEADOS CUMPRIRAM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO, CONFORME SUAS ESPECIALIDADES, PARA O BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS, QUE FORAM FISCALIZADOS DURANTE AS INSPEÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS PELA CORREGEDORIA DURANTE O MÊS DE AGOSTO DESTE ANO.

METAS

COMBATE À CORRUPÇÃO FOI UM DOS DESTAQUES DO JUDICIÁRIO EM 2016

O Poder Judiciário do Maranhão, em 1º Grau, deu ênfase ao combate aos maus gestores municipais em todo o Estado. Na berlinda, processos referentes aos mais diversos crimes praticados por prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais, vereadores, envolvendo convênios fraudulentos, recursos não aplicados em obra a que se destinava, contratação irregular de servidores, falta de prestação de contas, ilegalidade em contratação de transporte e merenda escolar, e outros. Foram centenas de condenações ao longo do ano, em sua maioria, confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Sobre o tema, membros da Magistratura, do Ministério Público do Estado do Maranhão e do Ministério Público de Contas deram início ao Movimento "Maranhão Contra a Corrupção", que priorizou o julgamento de ações penais e de improbidade administrativa, movidas contra gestores e ex-gestores. Os trabalhos do mutirão aconteceram em todo o Maranhão, envolvendo mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas. O mutirão foi idealizado por juízes e promotores e as atividades foram todas direcionadas às ações de crimes contra a administração pública. Os juízes da comissão organizadora foram Glender Malheiros, titular da 1ª vara de João Lisboa, Mirella Freitas, da 2ª vara de Itapecuru-Mirim, Holídice Barros, da 2ª vara de Codó, Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Marco Adriano Fonseca, da 1ª vara de Pedreiras e Jorge Antônio Leite, da 3ª vara de Bacabal.

Durante o evento, que ocorreu no período de 7 a 18 de março e movimentou mais de 1.500 processos, foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores. Mesmo com esse trabalho, o julgamento de ações de combate à corrupção aconteceram durante todo o ano. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu, publicamente, o trabalho dos juízes de direito que participaram do "Movimento Contra a Corrupção", atuando nos julgamentos do "Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública".

AVANÇO

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO CHEGOU A MAIS 50 UNIDADES DA JUSTIÇA ESTADUAL EM 2016

A tramitação processual na Justiça de 1º grau ganhou mais impulso este ano, com a chegada do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em mais 50 varas judiciais, que passaram a contar com esse sistema de gerenciamento dos processos em meio eletrônico.

Por meio do PJe, 125.035 processos passaram a tramitar no ambiente virtual em varas e juizados cíveis dessas 50 unidades, reduzindo prazos dos procedimentos nas secretarias judiciais, economizando custos com material de expediente e correspondências, agilizando o trabalho dos advogados e servidores da Justiça e as decisões dos juízes.

Na 5ª Vara da Família de São Luís, por exemplo, o sistema começou a ser utilizado em 27 de junho deste ano. Desde então, foram recebidos 511 processos via sistema Pje, dos quais 256 já foram julgados pela juíza Maria do Socorro Carneiro até o final da primeira quinzena de dezembro. Nessa unidade, o tempo médio de tramitação do processo em meio eletrônico é de 42 dias.

Para a juíza, a implantação do sistema representou "um significativo passo para a celeridade da prestação jurisdicional, pois reduz o trabalho burocrático para autuar os processos, juntar petições, mandados, Avisos de Recebimento, localização de autos e libera os servidores para a prática de outros serviços na secretaria judicial".

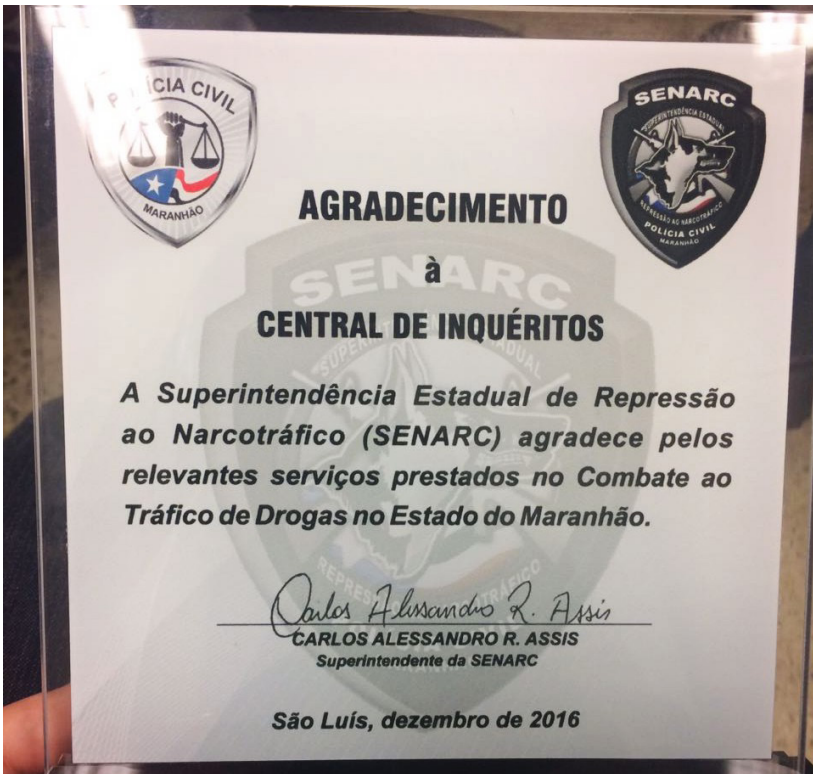
BALANÇO

CENTRAL DE INQUÉRITOS DE SÃO LUÍS REALIZOU MAIS DE 1500 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM 2016

A Central de Inquéritos de São Luís realizou em 2016, 1.544 audiências de custódia de presos. Desse total, somente 3,5% tiveram relaxamento de prisão e 1,2% concessão de liberdade. Nas demais situações a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (816) ou aplicada medida cautelar (655). Na unidade judiciária, o preso é ouvido por um juiz, no prazo de 48h, na presença do Ministério Público, Defensoria Pública ou o advogado do preso. A central chega a fazer até 20 audiências por dia.

Conforme a coordenadora da Central de Inquéritos, juíza Janaína Araújo de Carvalho, geralmente a audiência de custódia tem ocorrido antes do prazo de 48h, previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa agilidade se dá, de acordo com a magistrada, porque o promotor de justiça, o defensor público ou o advogado e também a equipe da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), responsável pela escolta do preso até o Fórum de São Luís, onde ocorre a audiência, são intimados por meio eletrônico. Destacou também que a escolta tem cumprido as requisições, independentemente da quantidade de presos a serem escoltados.

O Superintendente Estadual de Repressão ao Narcotráfico, Carlos Alessandro Assis, entregou aos juízes da Central de Inquéritos uma placa pelos relevantes serviços prestados pela unidade judiciária no combate ao tráfico de drogas no Maranhão. A grande maioria de audiências de custódia realizadas em 2016 pela central foi relativa a pessoas presas por tráfico de drogas. Houve também um número grande de presos por roubo, homicídio, porte ilegal e arma e incêndio. A maioria dos que foram levados à audiência de custódia foi do sexo masculino. Só de setembro a novembro deste ano, foram 308 homens e apenas 24 mulheres.



NOVOS PROCESSOS

JUSTIÇA ESTADUAL DE 1º GRAU RECEBEU 412.056 NOVOS PROCESSOS EM 2016

A Justiça estadual de Primeiro Grau registrou a distribuição de 412.056 novos processos em 2016, segundo dados da Corregedoria Geral da Justiça, contabilizados até o dia 19 de dezembro. A maioria dos processos é de área cível, que responde por 338.258 (82%) da demanda, contra 73.798 (18%) da área criminal.

As estatísticas foram repassadas pela assessoria de informática da CGJ-MA, e correspondem ao total de processos que entraram nas varas judiciais, juizados especiais e Turmas Recursais (recursos contra decisões dos juizados) e se somaram aos que já se encontravam em tramitação nas 228 varas judiciais e 33 juizados especiais em funcionamento no Maranhão.

De outro lado, mais 16 novos juízes de direito ingressaram na carreira este ano, reforçando o quadro de magistrados em atuação nas 109 comarcas instaladas no Estado. Atualmente são 294 juízes para enfrentar a demanda judicial, sendo 76 juízes atuando na entrância Inicial, 105 na intermediária e 119 na entrância final.

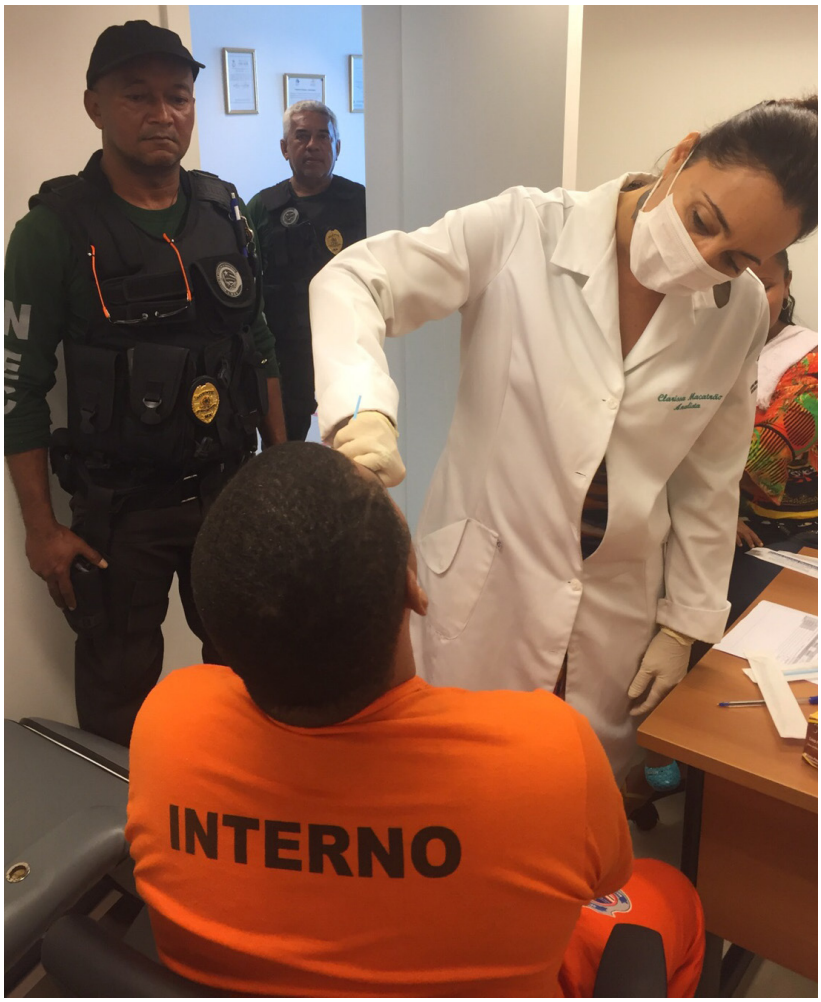
ISO 9001

LABORATÓRIO FORENSE REALIZOU MAIS DE 1.200 EXAMES DE PATERNIDADE EM 2016

Em 2016 o Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) realizou 1.256 exames de DNA. Os testes são requisitados por juízes da capital e do interior do estado, para fins processuais ou para fins pré-processuais por meio do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A grande maioria dos testes é solicitada nos processos de investigação de paternidade. O exame é gratuito e feito a partir da coleta da mucosa bucal.

Desde 2013, a unidade laboratorial é referenciada com a certificação ISO 9001, selo aplicado mundialmente, que atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames feitos pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

Criado em 1999, na gestão do corregedor Jorge Rachid, o Laboratório Forense conta atualmente com uma equipe de 10 profissionais, sendo três analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins. A atual gestão da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, tem dado o apoio necessário para os trabalhos do laboratório.



RESULTADOS

JUSTIÇA ESTADUAL DE 1º GRAU RECEBEU 412.056 NOVOS PROCESSOS EM 2016

A Corregedoria Geral da Justiça cumpriu todo o cronograma de correições e inspeções programadas para o ano de 2016. O trabalho de fiscalização das varas e juizados especiais foi executado pelos juízes auxiliares com o apoio dos servidores. O balanço das atividades do primeiro ano da atual gestão foi feito pela Coordenação das Serventias Extrajudiciais.

As correições foram contabilizadas em 82 unidades, sendo 67 unidades na modalidade presencial, abrangendo as comarcas do interior do Estado e capital e 15 unidades na modalidade virtual. Essa modalidade foi implantada pela atual gestão da corregedora Anildes Cruz, a partir do ano de 2016, tendo sido realizada, até o momento, apenas em São Luís.

Os relatórios foram elaborados de forma individualizada, relativo aos trabalhos correicionais de cada comarca e posteriormente encaminhados para ciência e providências aos respectivos juízes, para saneamento das irregularidades encontradas, bem como à presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão e à Corregedoria Nacional de Justiça para o devido conhecimento.

Metas nacionais

2016
META 1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
Instância	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	91,84%	79,75%	74,53%	Diminuiu 18,85%	Diminuiu 6,55%
Juizados Especiais	137,03%	113,80%	101,37%	Diminuiu 26,02%	Diminuiu 10,92%
Turmas Recursais	79,97%	102,91%	127,84%	Aumentou 59,86%	Aumentou 24,23%
Geral (1º GC/JE/TR)	99,86%	89,56%	83,49%	Diminuiu 19,23%	Diminuiu 9,94%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

DESTAQUE: **META 1 DE 2016 CUMPRIDA**
NOS JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS.

META 2

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
No 2º grau, pelo menos 80% dos distribuídos até 31/12/2013 e;
Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

	% Julgamento	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
Instância	2016	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	79,38%	102,32%	99,78%	99,22%	Diminuiu 3,03%	Diminuiu 0,56%
Juizados Especiais	95,15%	92,20%	93,76%	95,15%	Aumento 3,20%	Aumentou 1,48%
Turmas Recursais	99,01%	70,46%	97,59%	99,01%	Aumento 40,52%	Aumentou 1,46%
2º Grau	98,74%	114,40%	123,76%	123,42%	Aumentou 7,88%	Diminuiu 0,27%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

META 3

Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSCs.

	% Conciliação		Diferença
Instância	2015	2016	2016 - 2015
1º Grau Comum	15,19%	15,38%	0,19%
Juizados Especiais Cíveis	26,53%	23,24%	-3,29%
Juizado Esp. Fazenda Pública	6,37%	6,01%	-0,36%
Geral	16,03%	15,42%	-0,61%

DESTAQUE: **META 3 DE 2016 CUMPRIDA**
NO 1º GRAU COMUM.

META 4

Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.

	% Julgamento	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
Instância	2016	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	54,12%	53,10%	82,80%	77,32%	Aumentou 45,61%	Diminuiu 6,62%
Juizados Especiais Criminais	81,81%	35,37%	43,29%	116,88%	Aumentou 230,45%	Aumentou 169,99%
2º Grau	99,45%	98,98%	142,86%	142,08%	Aumentou 43,54%	Diminuiu 0,55%
Geral (1º GC/JE/2º Grau)	56,80%	54,34%	83,46%	81,15%	Aumentou 49,34%	Diminuiu 2,77%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016.

META 5

Identificar o número e a situação dos processos de execução até 31/12/2016.
Percentual de cumprimento: **98,43%**

META 6

Julgar, até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 2º grau.

	% Julgamento	% Cumprimento			Comparação 2016 com	
Instância	2016	2014	2015	2016	2014	2015
1º Grau Comum	40,49%	66,36%	71,62%	67,49%	Aumentou 1,70%	Diminuiu 5,77%
2º Grau	70,28%	100%	99,38%	117,14%	Aumentou 17,14%	Aumentou 17,87%

Na tabela acima, em negrito, destaque pra 2016

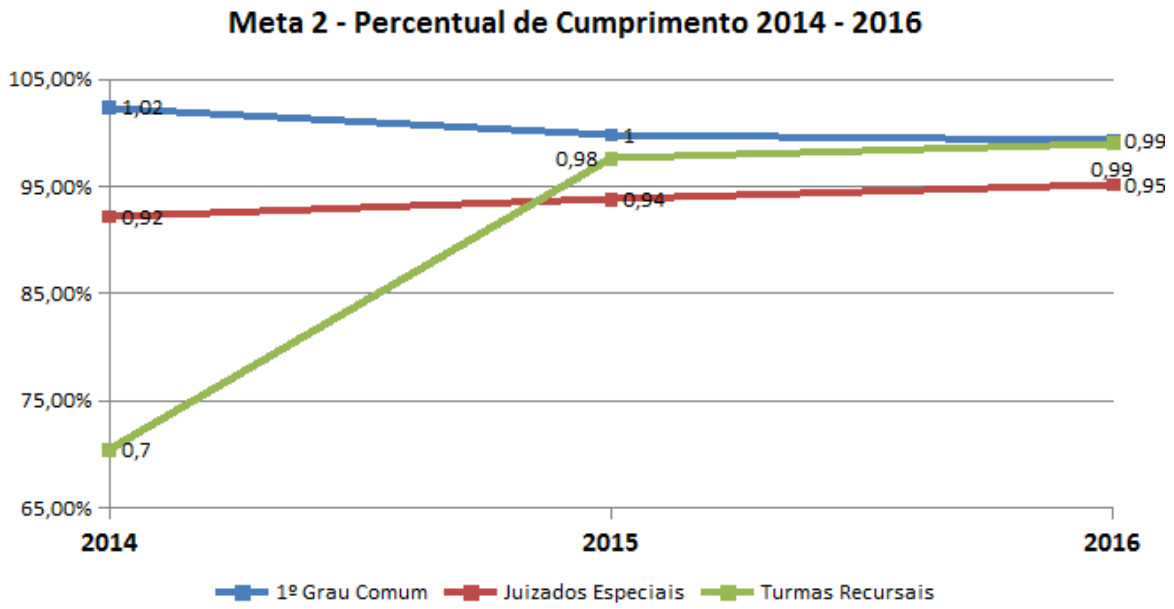
META 8

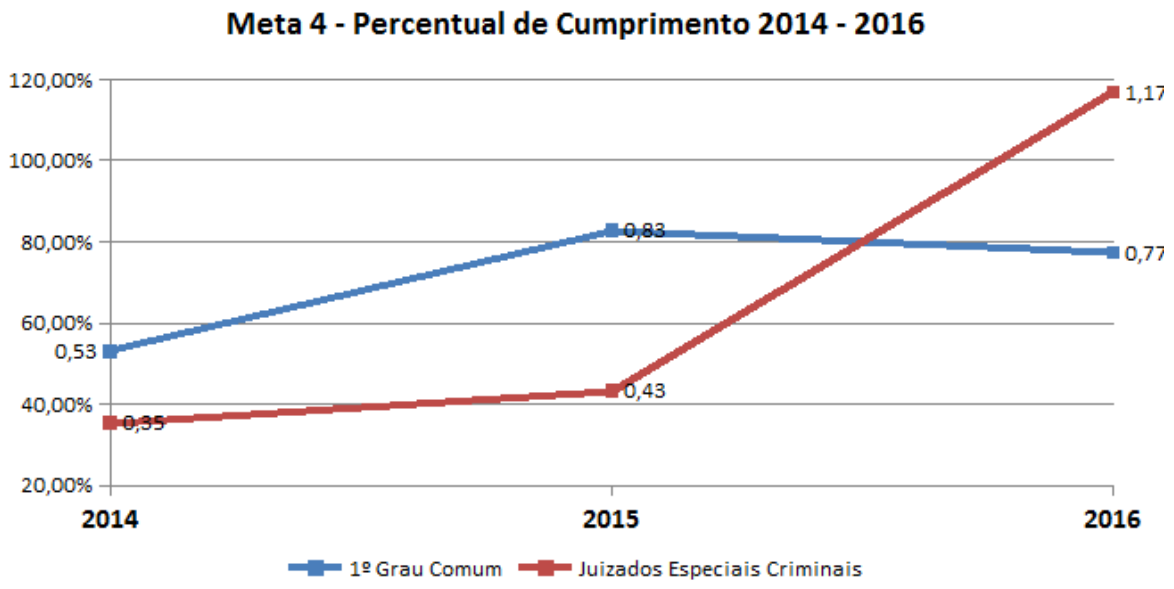
Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim até 31/12/2016.

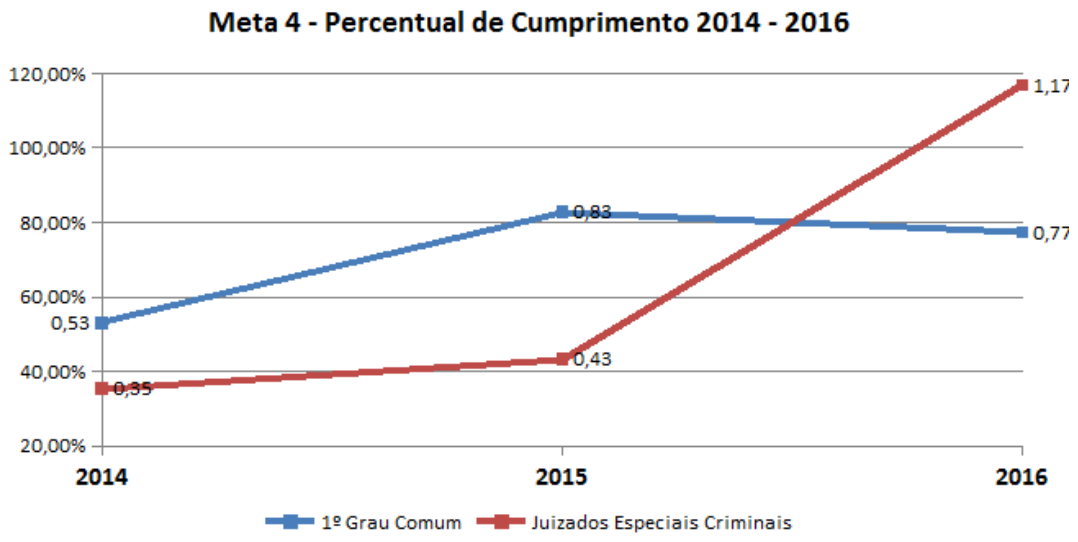
Percentual de cumprimento: 14,29%
8.1 O Tribunal instituiu formalmente programa para a realização de procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**
8.2 O tribunal destinou espaço físico adequado para o atendimento restaurativo, diretamente ou por meio de parcerias, de forma adequada e segura para receber a vítima, o ofensor e as suas comunidades de referência,

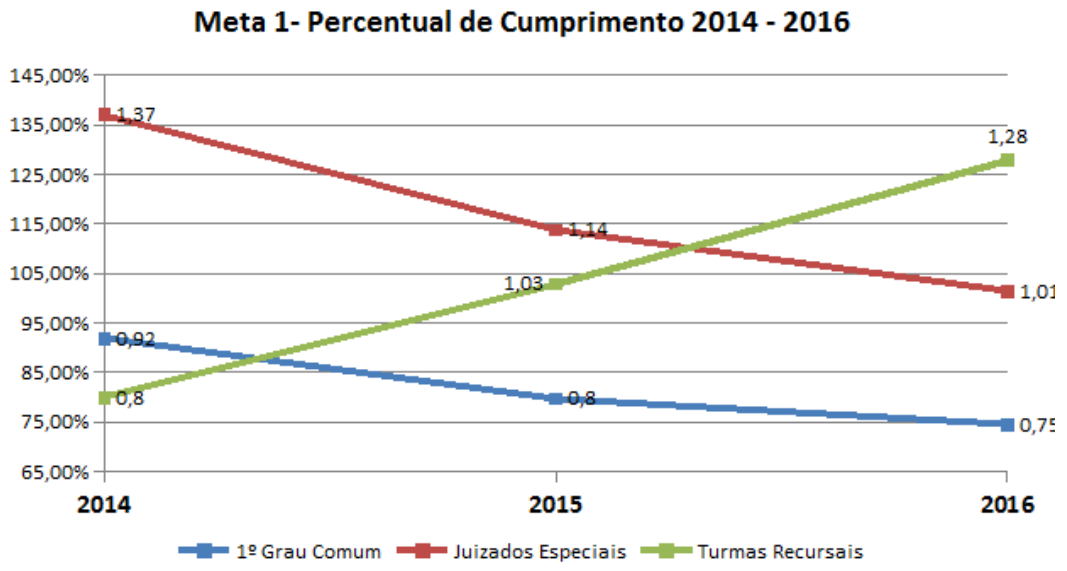
além de representantes da sociedade? **NÃO**
8.3 O Tribunal disponibiliza, direta ou indiretamente, as condições materiais para a realização do procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**
8.4 O Tribunal disponibiliza recursos humanos para a realização do procedimento de Justiça Restaurativa? **NÃO**
8.5 O Tribunal disponibiliza ações de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento em Justiça Restaurativa, para desenvolver as competências profissionais requeridas no procedimento de Justiça Restaurativa? **SIM**
8.6 O procedimento de Justiça Restaurativa promove encontros entre as partes (vítima e agressor), de modo a incentivar a reparação do dano e o resgate das relações sociais e afetivas? **NÃO**
8.7 O procedimento de Justiça Restaurativa do Tribunal oferece atendimento para as pessoas indiretamente atingidas (familiares das vítimas, familiares dos ofensores e comunidades, etc)? **NÃO**

GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS METAS 2014 - 2016






Meta 4 - Percentual de Cumprimento 2014 - 2016
120,00%
100,00%
80,00%
60,00%
40,00%
20,00%
0,53
0,35
0,83
0,43
1,17
0,77
2014
2015
2016
1º Grau Comum
Juizados Especiais Criminais


Meta 1- Percentual de Cumprimento 2014 - 2016
145,00%
135,00%
125,00%
115,00%
105,00%
95,00%
85,00%
75,00%
65,00%
1,37
1,14
1,01
0,92
0,8
0,75
0,8
1,03
1,28
2014
2015
2016
1º Grau Comum
Juizados Especiais
Turmas Recursais

Casamentos comunitários

2016

MES	COMARCA	
Abril	Imperatriz – 2ª Vara	300
Maio	Colinas	160
Junho	São Luís – V. Cascavel	60
Julho	Coroatá	72
Setembro	Cantanhede	134
Outubro	Estreitos	49
	São Luís – FÓRUM	120
	Açailândia	180
	Bacabal – 3ª Vara	62
	Bom Jardim	22
	Imperatriz – 50 BIS	750
	São José de Ribamar	100
	Timon	302
	Anajatuba	153
	São Luís – UFMA	924
Dezembro	Tutóia	100
	Alto Parnaíba	53
TOTAL		**3.541**

MAIOR DO ANO

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CELEBRA O MAIOR CASAMENTO COMUNITÁRIO DO ANO, COM 924 CASAIS

Assim que as portas do Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foram abertas, às 8h da manhã do dia 12 de novembro, começaram a chegar os primeiros noivos para o maior casamento comunitário do ano, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça. A cerimônia reuniu 924 casais numa cerimônia que durou pouco menos de uma hora e reuniu mais de cinco mil pessoas, entre nubentes, familiares, servidores do Poder Judiciário e convidados.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em mensagem aos noivos, disse que a expressiva responsabilidade social do projeto Casamentos Comunitários adentra em outra dimensão: "Casamento é comunhão de vida, é construção de famílias, consolidação de relacionamentos afetivos, enfim, a legitimação de uma união duradoura", declarou.

"Ver esse centro de convenções cheio e a alegria no rosto dos senhores e senhoras, são provas do reconhecimento público a essa louvável iniciativa do Judiciário, que deve receber não apenas da nossa, mas das futuras administrações do Tribunal e da Corregedoria, dos juízes e servidores, a devida atenção e continuidade", finalizou a desembargadora corregedora.

HOMENAGEM - O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto "Casamentos Comunitários" e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.

Cerca de 50 magistrados de todas as comarcas do Estado participaram da cerimônia celebrando os casamentos. Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres, José Américo Abreu Costa, Sara Gama e Gladiston Cutrim atuaram como concelebrantes.

> "Ver esse centro de convenções cheio e a alegria no rosto dos senhores e senhoras, são provas do reconhecimento público a essa louvável iniciativa do Judiciário"
>
> **Anildes Cruz,** desembargadora

HOMENAGEM

O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto "Casamentos Comunitários" e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.

ALCANCE SOCIAL

CANTANHEDE PROMOVE CASAMENTO COMUNITÁRIO COM MAIS DE 130 CASAIS

A Comarca de Cantanhede realizou uma grande cerimônia de casamento comunitário. O evento, coordenado pelo juiz titular Eduardo Girão, uniu 134 casais e ocorreu na Praça da Cruz, no centro da cidade.

Além do juiz Eduardo Girão (que presidiu a cerimônia), o casamento contou com a participação dos magistrados Samir Mohana, titular de Santa Rita, e Luiz Emílio Bittencourt, da Comarca de Olinda Nova do Maranhão. Após a abertura oficial, os magistrados realizaram a união do casal mais idoso, formado por Sabino Bispo de Lima e Maria dos Milagres Andrade, ambos de 73 anos de idade. Na sequencia, aconteceu a união do casal mais jovem formado por Raimundo Sousa Santos (22 anos) e Ana Raquel Pinto Sousa (14).

DIREITO SOCIAL

CASAMENTO COMUNITÁRIO CELEBRA A UNIÃO DE 120 CASAIS NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

O Fórum "Desembargador Sarney Costa" foi o palco da realização de uma cerimônia do Projeto "Casamento Comunitário" gratuito oferecido pelo Poder Judiciário, reunindo 120 casais, organizado pela 3ª Vara da Família de São Luís.

A cerimônia foi realizada no pátio interno do Fórum, decorado para a ocasião pelas igrejas evangélicas da capital, que inscreveram a maioria dos noivos participantes e ofereceram um café da manhã aos casais e familiares. Os noivos se inscreveram para o projeto gratuitamente, dois meses antes do evento, junto às suas igrejas e deram entrada nos proclamas junto ao 3ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais, no bairro do João Paulo.

A cerimônia foi celebrada, conjuntamente, pelos juízes de direito Sebastião Bonfim, diretor do fórum; Joseane Bezerra (3ª Vara da Família), André Ewerton Martins (1ª Vara Criminal de Açailândia), Nelson Moraes Rego (Auditoria Militar) e pela juíza de paz Ana Paula Carvalho, com participação do Daniel Morais Sousa, chefe da Central de Mandados e pastor da Assembleia de Deus, que compuserem a mesa diretora da solenidade.

ELOGIOS

CORREGEDORIA ELOGIA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA DE JUÍZES NO CASAMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO LUÍS

Por meio da Portaria nº 4335/2016, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, elogiou a participação voluntária dos juízes de direito na celebração do casamento comunitário de São Luís.

Cerca de 50 juízes oriundos de diversas comarcas do Estado participaram como concelebrantes da cerimônia de Casamento Comunitário realizada pela Corregedoria Geral da Justiça no dia 12 de novembro, no campus universitário da UFMA, em São Luís.

Os magistrados atuaram voluntariamente – sem ônus para o Poder Judiciário - da cerimônia, que teve como anfitriã a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e como presidente da mesa de honra o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

SUL DO ESTADO

CASAMENTO COMUNITÁRIO - PROJETO DA CORREGEDORIA REÚNE 49 CASAIS EM ESTREITO

Uma cerimônia de casamento comunitário promovida pela 2ª vara da comarca de Estreito reuniu 49 casais para a oficialização da união. Comandada pelo titular da vara, juiz Frederico Feitosa, a cerimônia foi realizada na quadra do Colégio Transamazônico, no município.

UNIÃO

CASAMENTO COMUNITÁRIO UNIU 72 CASAIS EM COROATÁ

Uma cerimônia de casamento comunitário realizada na Comarca de Coroatá, oficializou a união de 72 casais. O evento, promovido pela 2ª Vara da unidade, foi capitaneado pelo titular da Vara, juiz Francisco Ferreira de Lima. A juíza Josane Braga, titular da 1ª Vara da Comarca, ajudou na celebração que contou com a presença do desembargador Jorge Rachid, idealizador do projeto Casamentos Comunitários. O evento contou com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA).

Nas palavras do juiz Francisco Ferreira de Lima, a cerimônia foi simples, porém muito bonita. Para o magistrado, a presença do desembargador Jorge Rachid à cerimônia foi muito importante. "Foi uma presença simbólica", afirma o juiz destacando que o projeto Casamentos Comunitários foi idealizado pelo desembargador em 1999".

TROCA DE ALIANÇAS

153 CASAIS DIZEM SIM EM CASAMENTO COMUNITÁRIO DE ANAJATUBA

A comarca de Anajatuba sediou uma grande cerimônia de Casamento Comunitário, com a presença de 153 casais da comunidade. A solenidade foi presidida pela juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, titular da comarca, com a participação dos juízes de paz Cildilene Cristina Silva e Guilherme Morais Gazzinelli.

Para a juíza Jaqueline Rodrigues, o projeto casamentos comunitários é "de relevante valor social, visto que possibilita a união de casais que necessitam do reconhecimento oficial do Estado para obtenção de garantias e direitos".

Durante a cerimônia os noivos foram presenteados com brindes sorteados após a solenidade.

SOLENIDADE

CASAIS DE QUATRO MUNICÍPIOS PARTICIPAM DE CASAMENTO COMUNITÁRIO EM BACABAL

A comarca de Bacabal realizou cerimônia de Casamento Comunitário com a participação de 62 casai s residentes na sede e nos termos judiciários de Bom Lugar, Lago Verde e Conceição do Lago Açu.

O evento aconteceu dia 1º de dezembro, às 17h30min, no Templo Central da Igreja da Assembleia de Deus, na cidade de Bacabal, e teve início com a celebração da união dos casais mais velho e mais jovem presentes.

A solenidade foi presidida pelo juiz titular da 3ª Vara de Bacabal, Jorge Sales Leite, com a participação de juízes convidados Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial), Vanessa Ferreira Lopes (1ª Vara) e Daniela Bonfim Ferreira (2ª Vara) como concelebrantes.

"É um evento é beneficente e gratuito e serve para regularizar o estado civil dos nubentes e proporciona maior dignidade para as famílias, além de aproximar o Judiciário a comunidade na construção de uma sociedade mais justa, participativa e fraterna, um verdadeiro encontro com a cidadania", declarou o juiz Jorge Leite.

O casamento foi possível com a parceria dos cartórios extrajudiciais do 2º, 3º e 4º ofícios da comarca de Bacabal, que habilitaram os casais interessados em participar do projeto.

INÉDITO

COMARCA DE TUTÓIA REALIZA CASAMENTO COMUNITÁRIO À BEIRA MAR

A Praia da Barra foi cenário da primeira cerimônia do projeto Casamentos Comunitários realizada à beira mar, pela comarca de Tutóia, no dia 9 de dezembro. O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, anfitrião da festa, conduziu o casamento que contou com a participação de 110 casais da sede e do termo judiciário de Paulino Neves. A vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria das Graças Duarte, e o idealizador do projeto, desembargador Jorge Rachid, prestigiaram o evento.

A cerimônia, iniciada às 17h20, ao entardecer, teve a participação de outros sete juízes concelebrantes, Francisco Eduardo Girão Braga (Cantanhede), Marco Adriano Fonseca (1ª vara de Pedreiras), Isaac Sousa e Silva (São Bernardo), José Lima Filho (Buriti), Aurimar Arrais Sobrinho (Governador Nunes Freire), Marcelo Fontenele Vieira (1ª vara de Araioses) e Jerusa Duarte Mendes (2ª vara de Araioses), que compareceram voluntariamente.

COMARCA DA ILHA

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO NO JARDIM TROPICAL

Em cerimônia de casamento comunitário realizada pela 3ª vara da Família do termo judiciário de São José de Ribamar no dia 7 de dezembro, às 18h, na quadra poliesportiva do Instituto Filadélfia, no Bairro Jardim Tropical I, o juiz Márcio Matos Costa celebrou a união de 100 casais. Os noivos foram habilitados para o casamento no cartório extrajudicial do 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais daquele município.

Em clima de alegria e expectativas, os casais e familiares lotaram o local do evento, após terem atendido as exigências legais para a cerimônia. Nos casamentos comunitários, cada casal tem, individu-

Medalhas

DO STJ

CORREGEDORA ANILDES CRUZ ENTREGA MEDALHA '200 ANOS DO TJMA' À MINISTRA ISABEL GALLOTTI

A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Isabel Galllotti, recebeu homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão, sendo agraciada com a 'Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes', em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. A ministra recebeu também, na ocasião, a Medalha Comemorativa dos 200 anos do TJMA entregue pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

A concessão da Medalha Cândido Mendes foi indicação do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, representado no ato pela vice-presidente, desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. Participaram da solenidade o ministro Reinaldo Fonseca (STJ), o desembargador federal Ney Bello, o juiz federal Roberto Veloso, os desembargadores do TJMA, além do secretário estadual de Governo, Antonio Nunes.

AOS JUÍZES

CORREGEDORA ANILDES CRUZ ENTREGA MEDALHAS DURANTE AS COMEMORAÇÕES DOS 203 ANOS DO

A corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz fez a entrega de medalhas comemorativas dos 203 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão, durante sessão solene realizada dia 4 de novembro. Magistrados, servidores, autoridades e personalidades públicas que prestaram relevantes serviços à Justiça receberam a honraria. A corregedora Anildes Cruz entregou a 'Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima' - categoria bronze - aos juízes Ana Lucrécia Sodré Reis, Ângelo Antonio Alencar e Denise Pedrosa, concedida a magistrados que completam dez anos de prestação de serviços. Ao desembargador do TJSP, Ricardo Henry Marques Dip, a desembargadora corregedora entregou a 'Medalha Antonio Rodrigues Vellozo', concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

30 ANOS

CORREGEDORA RECEBE HOMENAGEM DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO

Durante a solenidade em comemoração aos 30 anos da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), na noite do dia 17 de novembro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi homenageada com o "Troféu 30 anos", dedicado a magistrados, servidores e personalidades que contribuíram de forma especial à Esmam.

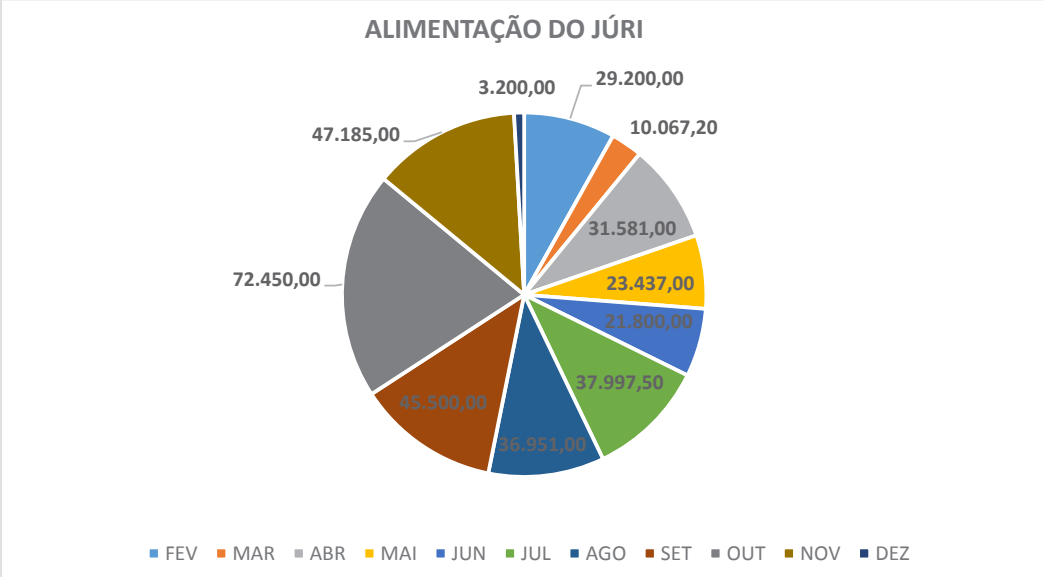
A corregedora Anildes Cruz ressaltou que a parceria entre Esmam e Corregedoria proporciona a magistrados e servidores, cursos direcionados às práticas judiciais. "As alterações na legislação jurídica exigem reciclagem constante, e nesse particular, a Esmam cumpre o seu papel ímpar de formar com excelência", finalizou a desembagadora.

A solenidade festiva, realizada na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e pelo diretor da Esmam, desembargador Jamil Gedeon, com as presenças do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Eustáquio Soares Martins e do desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Fernando Cerqueira dos Santos.

RELATÓRIO FINANCEIRO

ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS (CARTÃO CORPORATIVO)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R$)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PRONTO PAGAMENTO	-	114.000	51.000	42.000	42.000	45.000	43.000	54.000	50.000	58.000	41.000	-	540.000,00
ALIMENTAÇÃO DO JÚRI	-	29.200,00	10.067,20	31.581,00	23.437,00	21.800,00	37.997,50	36.951,00	45.500,00	72.450,00	47.185,00	3.200,00	359.368,70

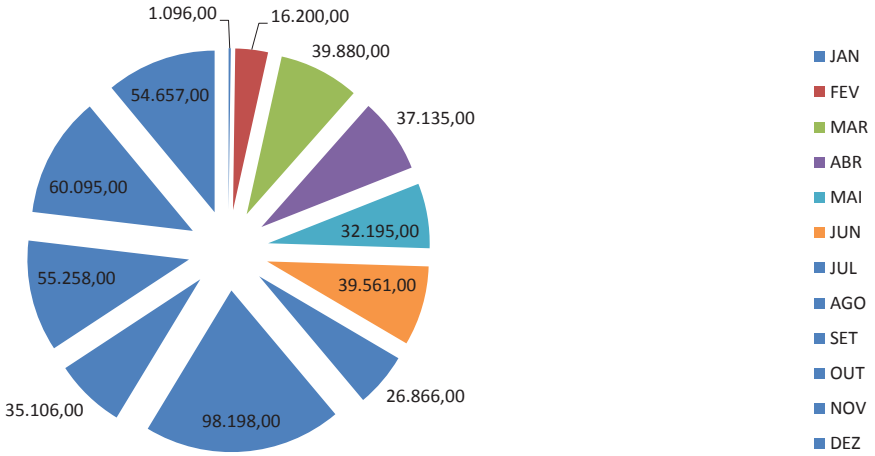


DIÁRIAS

Período: Jan a Dez 2016

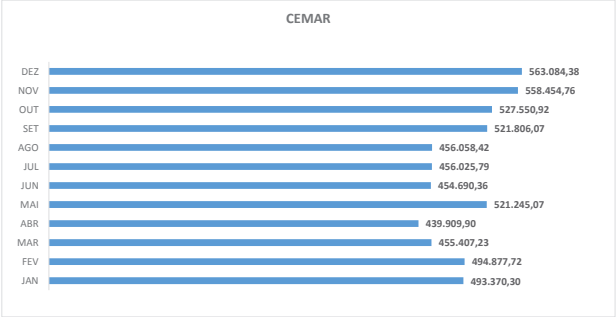
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	ORÇADO (R$)	REALIZADO (R$)	REALIZAÇÃO (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	875.000,00	496.247,00	56,71

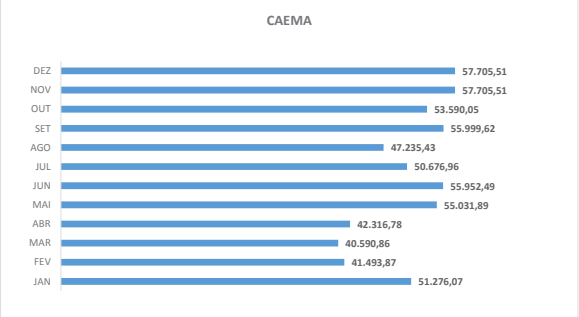
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R$)													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	SALDO
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.096,00	16.200,00	39.880,00	37.135,00	32.195,00	39.561,00	26.866,00	98.198,00	35.106,00	55.258,00	60.095,00	54.657,00	496.247,00	378.753,00

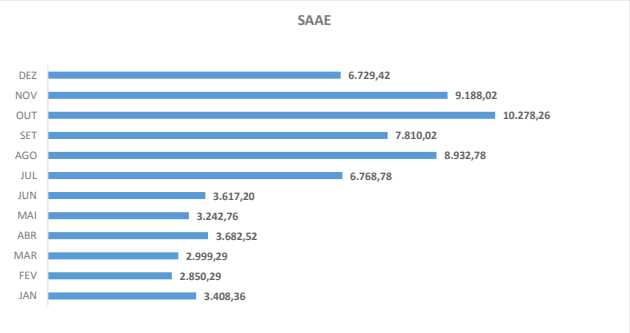


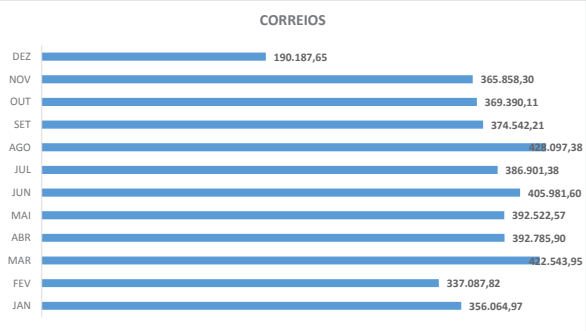
FATURAS

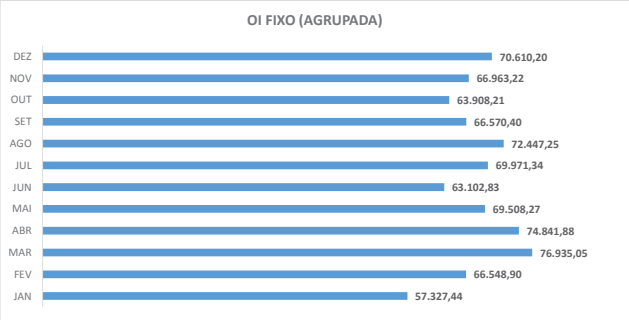
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R$)												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CEMAR	493.370,30	494.877,72	455.407,23	439.909,90	521.245,07	454.690,36	456.025,79	456.058,42	521.806,07	527.550,92	558.454,76	563.084,38	5.942.480,92
CAEMA	51.276,07	41.493,87	40.590,86	42.316,78	55.031,89	55.952,49	50.676,96	47.235,43	55.999,62	53.590,05	57.705,51	57.705,51	609.575,04
SAAE	3.408,36	2.850,29	2.999,29	3.682,52	3.242,76	3.617,20	6.768,78	8.932,78	7.810,02	10.278,26	9.188,02	6.729,42	69.507,70
CORREIOS	356.064,97	337.087,82	422.543,95	392.785,90	392.522,57	405.981,60	386.901,38	428.097,38	374.542,21	369.390,11	365.858,30	190.187,65	4.421.963,84
OI FIXO (AGRUPADA)	57.327,44	66.548,90	76.935,05	74.841,88	69.508,27	63.102,83	69.971,34	72.447,25	66.570,40	63.908,21	66.963,22	70.610,20	818.734,99
OI FIXO (PIAUÍ)	1.203,02	1.130,79	1.510,83	1.338,52	1.031,35	1.217,89	1.646,77	1.454,06	1.730,91	1.183,56			13.447,70
OI FIXO (CENTRAL TIMON)	1.089,16	1.323,86	1.218,72	1.472,62	1.198,19	1.256,27	1.261,41	1.446,58	1.482,60	1.328,54			13.077,95
TOTAL	**963.739,32**	**945.313,25**	**1.001.205,93**	**956.348,12**	**1.043.780,10**	**985.818,64**	**973.252,43**	**1.015.671,90**	**1.029.941,83**	**1.027.229,65**	**1.058.169,81**	**888.317,16**	**11.888.788,14**

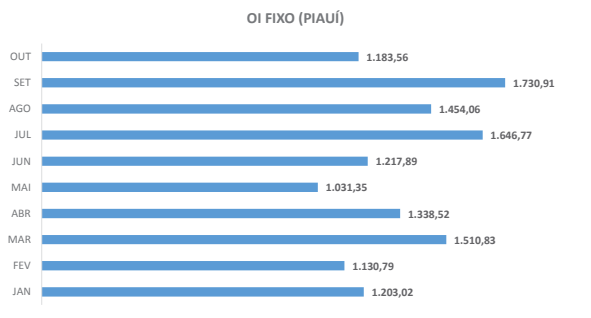


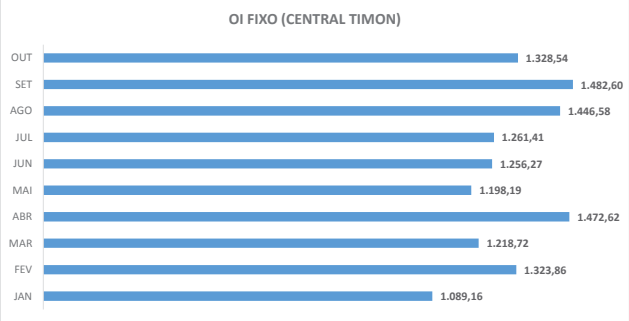












EXPEDIENTE

ASSCOM CGJ
Márcio Rodrigo
Edgar Ribeiro
Helena Barbosa
Michael Mesquita
Marta Barros
Jodeilse Mafra

NÚCLEO DE COMUNIÇÃO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
Nonato Reis
Valquíria Santana
Priscilla Costa
Josy Lord

FOTOS
Asscom CGJ
Núcleo do Fórum
Ribamar Pinheiro

DIAGRAMAÇÃO
Carlos Eduardo Sales

CONTATOS
Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma
www.twiter.com/CGJ_MA
(98) 3198-4636/ 3198-4624.